

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM AGRONEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

Carla Weiss

**AS MUDANÇAS NO AMBIENTE INSTITUCIONAL FORMAL E O
DIRECIONAMENTO DA CADEIA AGROINDUSTRIAL DO TABACO NO RS**

Porto Alegre

2015

Carla Weiss

**AS MUDANÇAS NO AMBIENTE INSTITUCIONAL FORMAL E O
DIRECIONAMENTO DA CADEIA AGROINDUSTRIAL DO TABACO NO RS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios do Centro de Estudos e Pesquisa em Agronegócios (CEPAN) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Agronegócios.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva.

Porto Alegre

2015

Carla Weiss

**AS MUDANÇAS NO AMBIENTE INSTITUCIONAL FORMAL E O
DIRECIONAMENTO DA CADEIA AGROINDUSTRIAL DO TABACO NO RS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios do Centro de Estudos e Pesquisa em Agronegócios (CEPAN) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Agronegócios.

Aprovada em 14 de outubro de 2015.

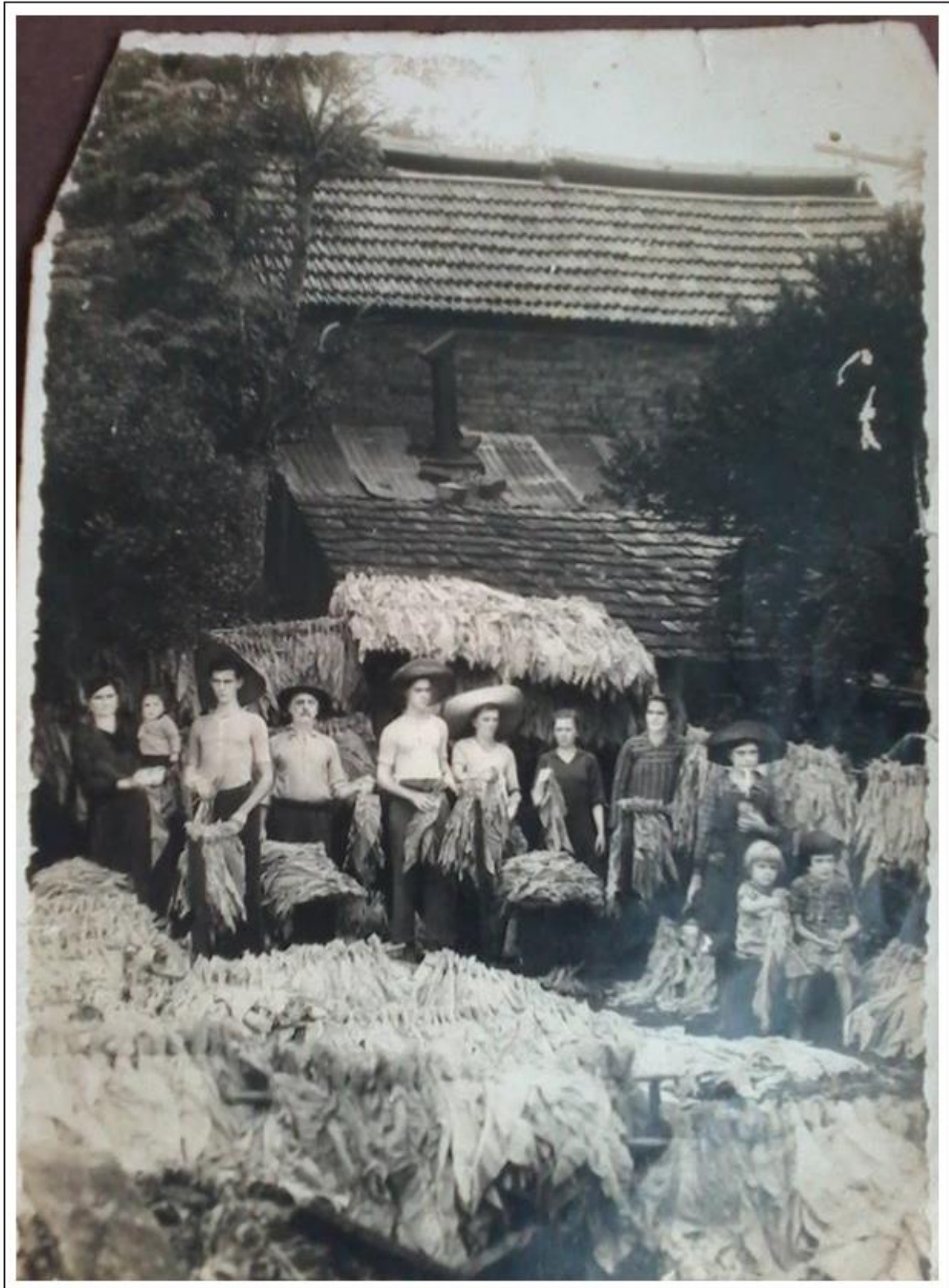
BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Ângela Rozane Leal de Souza – UFRGS – PPG Agronegócios

Prof. Dra. Letícia de Oliveira – UFRGS – PPG Agronegócios

Prof. Dr. Adriano Lago – UFSM

Orientador Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva – UFRGS – PPG Agronegócios.



Fotografia encontrada nos escombros de uma casa no interior de Santa Cruz do Sul, RS, no final da década de 1980 (Arquivo Pessoal).

AGRADECIMENTOS

Ao Centro de Estudos em Agronegócios, que me abrigou neste período de questionamentos e inquietações.

À Coordenação e ao Conselho do CEPAN...

Ao orientador Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva, pela oportunidade de convivência e a troca de ideias. Levo comigo ensinamentos de um impecável profissional, motivador, empático e simplista, algo extremamente raro num ambiente com tantos egos inflados.

À minha mãe Valéria Gartner e aos meus irmãos Raquel e Jorne (*In memoriam*).

Aos professores, em especial ao prof. Homero Dewes (pelas aulas instigantes), Luiz Carlos Federizzi (pelo inestimável conselho da caixa de ferramentas), Edson Talamini, Paulo Dabdab Waquil e Leonardo Xavier da Silva pelos seus ensinamentos.

Aos colegas, Janaína, Felipe, Marco, Juliano, Willian, Pedro, Leandro, Ana, Débora, Elder, Décio e Valéria, parceiros de estudos, churrascadas e divertimento. Acima de tudo, amigos.

Aos amigos, Andreia, Lúcia, Adriana, Rosemere, Suzi e demais que, de alguma maneira, contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação.

Aos entrevistados, meus sinceros agradecimentos pela colaboração à pesquisa.

Aos professores Adriano Lago, Letícia de Oliveira e Ângela Rozane Leal de Souza pelas relevantes e indispensáveis contribuições.

E acima de tudo, a Deus, que me guiou e me deu forças para prosseguir mesmo diante das dificuldades.

I Can See Clearly Now

I can see clearly now the rain is gone.
I can see all obstacles in my way.
Gone are the dark clouds that had me blind.

It's gonna be a bright (bright)
bright (bright) sunny day.
It's gonna be a bright (bright)
bright (bright) sunny day.
yes, I can make it now the pain is gone.
All of the bad feelings have disappeared.
Here is the rainbow I've been praying for.
It's gonna be a bright (bright)
bright (bright) sunny day.

Look all around, there's nothing but blue skies.
Look straight ahead, there's nothing but blue skies.

I can see clearly now the rain is gone.
I can see all obstacles in my way.
Here's the rainbow I've been praying for.

It's gonna be a bright (bright)
bright (bright) sunny day.
It's gonna be a bright (bright)
bright (bright) sunny day.

Jimmy Cliff

RESUMO

A construção dessa dissertação partiu das reflexões acerca das mudanças restritivas ao consumo e as implicações socioeconômicas sobre a cadeia agroindustrial do tabaco. Em vigência desde 2005 no Brasil, a Convenção-Quadro de Controle do Tabaco (CQCT) agrava os atritos e a disputa entre os diversos agentes interessados, tanto na promoção quanto no combate através de diversas medidas restritivas suscitando, desse modo, incertezas quanto ao rumo das regiões produtoras. O país é o segundo maior produtor mundial e o maior exportador de tabaco em folhas. O Rio Grande do Sul, objeto desse estudo, é o estado brasileiro com maior produção e envolve 84 mil famílias no cultivo, em 274 municípios. Dada a importância do setor, esse estudo tem como objetivo analisar a cadeia agroindustrial do tabaco no RS, a partir das mudanças institucionais derivadas da CQCT. A pesquisa tem caráter qualitativo e os dados primários foram coletados através de entrevistas, com o auxílio de roteiros semiestruturados e questionários junto a instituições formais, organizações formais e setores de apoio ligados à cadeia, sob o recorte do RS. A seleção, caracterizada por critério de conveniência, buscou a pluralidade de discursos sobre as possíveis mudanças na cadeia agroindustrial do tabaco no RS, a partir da adesão ao tratado pelo país. Em termos conceituais, este trabalho fundamenta-se em torno de dois eixos centrais, que apresentam relevância no estudo: Cadeias Agroindustriais, sob o ponto de vista de suporte analítico e, pelo aporte teórico, a Nova Economia Institucional (NEI), com ênfase em Instituições Formais. As instituições estão presentes no ambiente interferindo no comportamento dos agentes através das regras formais para a manutenção da ordem e do desenvolvimento da sociedade. O que se pode constatar é que o país vem se destacando com suas medidas de controle e combate ao tabagismo. Não obstante, merecem destaque os avanços das políticas públicas para a agricultura familiar, subsidiando o processo de diversificação da produção e renda. Ainda assim, diante das mudanças no ambiente institucional formal, constata-se que as corporações revelam força e habilidade nas suas relações com os governos nacionais, regionais e locais, como é o caso do RS, onde se concentram as principais subsidiárias das transnacionais tabaqueiras. O apoio governamental, a associação com governos locais e a corroboração de diversas representações constituem um fator crítico para as iniciativas que buscam implantar as medidas propostas pela CQCT. Os investimentos e incentivos consolidados no setor nos últimos anos evidenciam que a cadeia do fumo não está fadada a extinguir-se e isso não implicará numa grande desaceleração da produção a curto e médio prazos. Arelado a isso, está o aumento da demanda de consumo nos países emergentes, esforços das corporações nos mercados de baixa e média rendas e legislações de controle ao tabaco brandas ou inexistentes. Os interesses entre a cadeia e as políticas de saúde são irreconciliáveis e suas prioridades conflitantes, o que torna o trabalho da implementação da CQCT ainda um caminho bastante árduo e desafiador.

Palavras-chave: Tabaco, RS, CQCT, Ambiente Institucional Formal, Mudanças

ABSTRACT

The construction of this dissertation started from the reflections on the restrictive changes to consumption and socioeconomic implications on tobacco agroindustrial chain. Since 2005, in Brazil, the Framework Convention on Tobacco Control (FCTC) aggravates the attrition and the dispute between the various agents interested, in promoting as much in the conflict, through several restrictive measures raising, thus, uncertainties about the direction of the producing regions. The country is the second largest global producer and the largest exporter leaves. Rio Grande do Sul, object of this study, is the Brazilian state with the largest production; it involves 84 thousand families in cultivation, in 274 municipalities. Given the importance of the sector, this study aims to analyze the tobacco agroindustrial chain in RS, from the institutional changes brought about by the FCTC. The research is qualitative and primary data were collected through interviews, with the help of semi structured itineraries and questionnaires, along the formal organizations and chain sector supporting, under the focus of the RS. The selection, characterized as a criterion of convenience, sought the plurality of views on possible changes in the tobacco agroindustrial chain in the RS, from the country's accession to the treaty. This work, in conceptual terms, is based around two central axes, which are relevant in the study: Agroindustrial Chains (AC), from the point of view analytical support and theoretical framework and the New Institutional Economics (NIE), focusing on Formal Institutions. The institutions are present in the environment interfering with the behavior of agents through the formal rules for maintaining the society order and development. What can be evident is that the country has stood out with their control measures and the fight against smoking. Nevertheless, particular emphasis should also be given to, the advances of public policies for family agriculture, subsidizing the diversification process of production and income. Still, given the changes in the formal institutional environment governed by laws, rules and public policies, it appears that corporations reveal strength and skill in its relations with national, regional and local governments, as is the case of the RS, where concentrate the main subsidiaries of transnational tobacco companies. Government support, the association with local governments and corroboration of several representations are a critical factor for initiatives that seek to implement the measures proposed by the FCTC. The investment and incentives in the sector in recent years, shows that the tobacco chain is not doomed to disappear and this will not involve a major slowdown in production in the short and medium term. Coupled to this, is the increase in consumer demand in emerging countries, efforts of corporations on low and middle-income markets and inexistent or mild tobacco control legislation. The interests between the chain and health policies are irreconcilable and their conflicting priorities, which make the work of the implementation of the FCTC still, a pretty hard and challenging way.

Keywords: Tobacco, RS, FCTC, Formal Institutional Environment, Changes

LISTA DE ABREVIATURAS

ABIFUMO – Associação Brasileira da Indústria do Fumo
ACTBR – Aliança de Controle do Tabagismo do Brasil
AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CAPA - Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNCT – Comissão Nacional para o Controle do Uso do Tabaco
CONICQ – Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle de Tabaco
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COP – Conferência das Partes
COREDES - Conselhos Regionais de Desenvolvimento
CQCT - Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco
CSA - *Commodity System Approach*
CSCPF - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo
DESER - Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública
FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FAESC - Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina
FARSUL - Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FEE - Fundação de Economia e Estatística
FENTIFUMO - Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Afins
FEPAGRO - Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FETAEP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FETAESC - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
FETAG/RS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul
FETRAF-SUL - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FUNDOPEM - Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCA - Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva
IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados
ITC - Projeto Internacional de Avaliação das Políticas de Controle do Tabaco
ITGA - *International Tobacco Growers Association*
MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MF - Ministério da Fazenda
MJ - Ministério da Justiça
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MPT - Ministério Público do Trabalho
MS - Ministério da Saúde
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PGPM - Política de Garantia dos Preços Mínimos
PMI - Philip Morris International
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNDACT - Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF - Secretaria da Agricultura Familiar
SINDIFUMO - Sindicato da Indústria do Fumo
SINDITABACO - Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco
SIPT - Sistema Integrado de Produção de Tabaco
SRF - Secretaria da Receita Federal
STIFA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação de SCS e Região
UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul
WHO - *World Health Organization*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Caracterização sintética de uma cadeia produtiva	23
Figura 2- Caracterização de uma cadeia produtiva inserida em um ambiente institucional, com organizações e setores de apoio.....	24
Figura 3- Os agentes que compõem o universo de investigação.....	36
Figura 4- Os subprodutos do tabaco consumidos no mundo.....	39
Figura 5- Países com maior consumo de tabaco no mundo em 2012	47
Figura 6- Taxas de impostos sobre cigarros no mundo em 2012	48
Figura 7- As grandes empresas de tabaco e a aquisição de marcas de cigarros eletrônicos	50
Figura 8- As principais regiões importadoras do tabaco sul-brasileiro em 2014.....	56
Figura 9- Localização da produção de fumo no Rio Grande do Sul (2013).....	60
Figura 10- Cadeia agroindustrial do tabaco no Rio Grande do Sul.....	63
Figura 11- Ciclo vegetativo do cultivo do fumo	66
Figura 12- A cadeia agroindustrial do tabaco inserida num ambiente institucional formal, com organizações formais e setores de apoio.....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Série de dados utilizados no trabalho.....	34
Quadro 2 - Companhias associadas ao SINDITABACO	70
Quadro 3 - Ministérios e órgãos que compõem a CONICQ.....	78
Quadro 4 - A Conferência das Partes e as principais decisões.....	79
Quadro 5 - Câmara Setorial da Cadeia do Tabaco	82
Quadro 6 - Medidas adotadas pelo Brasil entre os anos de 2000 e 2016	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - O faturamento das dez empresas de tabaco em 2014 (bilhões de dólares).....	41
Gráfico 2 - O mercado internacional de cigarros (em porcentagem) em 2013	42
Gráfico 3 - Área produzida (ha) e a produção (ton) de tabaco mundial em milhões no período entre 2005 e 2013.....	43
Gráfico 4 - Valores recebidos pelos produtores e respectivos custos de produção na safra 2011/12	44
Gráfico 5 - Consumo mundial de cigarros no período de 2012 a 2014	45
Gráfico 6 - Os mercados emergentes de cigarros nos anos de 2005 e 2013	46
Gráfico 7 - A região Sul do Brasil, área cultivada, produção em toneladas e o número de famílias - período entre 1995 a 2014	54
Gráfico 8 - Exportações Brasileiras de tabaco em folha entre 2005 a 2014 (em mil t).....	56
Gráfico 9 - Área plantada (ha) e produção (t) de tabaco no Rio Grande do Sul - 2004 a 2013	59
Gráfico 10 - Número de produtores envolvidos na produção de tabaco do RS - 2004/05 a 2013/14.....	62
Gráfico 11- Crescimento dos lucros da indústria tabaqueira no Brasil no período de 2010 a 2013	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Exportações brasileiras de tabaco em folha e cigarros (%).....	57
Tabela 2- Produção de tabaco nas 28 regiões do RS (2005 a 2013).....	61
Tabela 3- Rendimento médio (kg/ha) da produção de tabaco do RS entre os anos de 2004 a 2013.	61
Tabela 4 - O consumo interno de tabaco e as exportações brasileiras (2012 - 2013)	75
Tabela 5- Apreensão e destruição de cigarros (2001 a 2014).....	91
Tabela 6- Financiamento do BNDES com a Cadeia do Fumo.....	101

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 OBJETIVOS	19
1.1.1 Objetivo Geral	19
1.1.2 Objetivos Específicos	19
1.1.3. Justificativa	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 CADEIAS AGROINDUSTRIAIS (CAG)	22
2.2 NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI)	26
2. 2. 1 As Instituições Formais	29
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
3.1 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	33
3.2 O RECORTE DO ESTUDO, A DEFINIÇÃO DA AMOSTRA E OS INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS	35
3.3 ANÁLISE DE DISCURSO	37
4 A ATUAL CONJUNTURA MUNDIAL DO TABACO E O CONTEXTO BRASILEIRO	39
4.1 AS PRINCIPAIS EMPRESAS TRANSNACIONAIS, PRODUÇÃO E CONSUMO NO MUNDO	41
4.2. OS NOVOS SUBPRODUTOS DO TABACO	49
4.3 DIMENSÕES DO MERCADO DE TABACO BRASILEIRO	53
5 A CADEIA AGROINDUSTRIAL DO TABACO NO RIO GRANDE DO SUL APÓS A CQCT	59
5.1 A PRODUÇÃO DE FUMO NO RIO GRANDE DO SUL.....	59
5.2 OS ELOS QUE COMPÕEM A CADEIA AGROINDUSTRIAL DO TABACO NO RIO GRANDE DO SUL	63
5.2.1 O Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT)	63
5.2.2 Características das propriedades e o cultivo do fumo	65
5.2.3 Fornecedores de fatores e insumos	68
5.2.4 A indústria de beneficiamento de tabaco, cigarros e o destino das exportações	69
5.2.5 O mercado varejista e o consumo interno	74
5.2.6 Importação de tabaco e o mercado ilícito de cigarros	76

5.3 A CONVENÇÃO-QUADRO DE CONTROLE DO TABACO (CQCT) E AS CONFERÊNCIA DAS PARTES (COP).....	77
6 A CADEIA AGROINDUSTRIAL DO TABACO A PARTIR DA CQCT: INTERPRETAÇÕES ACERCA DOS DISCURSOS.....	81
6.1 AS AÇÕES E OS PROGRAMAS PÚBLICOS ADOTADOS APÓS A CQCT	86
6.2 INCENTIVOS PÚBLICOS INDUSTRIAIS E POLÍTICAS DE CRÉDITO RURAL....	100
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS.....	108
APÊNDICES	127

1 INTRODUÇÃO

A compreensão do modo como os diferentes agentes envolvidos interagem no processo produtivo é extremamente importante quando se analisa o agronegócio do tabaco. Os atritos e debates acerca do direcionamento das regiões produtoras ainda são veementes, principalmente após a adesão do Brasil à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) em 2005. Esse tratado de saúde pública internacional, sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde (OMS) visa reduzir a epidemia global do tabagismo, através de uma série de medidas restritivas.

O Brasil é o principal exportador mundial de tabaco em folha e o segundo maior produtor mundial. A fumicultura brasileira possui importância socioeconômica para 182.970 famílias em quinze estados, sendo a região Sul responsável por 97,4% da produção nacional segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA,2015). Não obstante, o Rio Grande do Sul, como maior produtor e recorte dessa pesquisa, detém milhares de pequenos produtores familiares envolvidos na produção de tabaco e diversas atividades satélites ligadas ao setor.

Dada essa representatividade, procura-se analisar as mudanças no ambiente institucional formal da cadeia agroindustrial de tabaco no Rio Grande do Sul após a Convenção-Quadro de Controle do Tabaco (CQCT) e os potenciais efeitos do tratado quanto ao consumo, produção e incentivos à cadeia.

Tendo em vista as questões expostas anteriormente, o presente estudo tem como problema: quais as mudanças que ocorreram no ambiente institucional formal na cadeia agroindustrial do tabaco no RS, após a implementação da CQCT?

Como suporte analítico, o trabalho está alicerçado em “Cadeias Agroindustriais” (CAG). Através dessa acepção, a compreensão dos segmentos envolvidos na produção, transformação e comercialização do produto agropecuário, até chegar ao consumidor. Como aporte teórico foi utilizada a Nova Economia Institucional (NEI), com foco nas Instituições Formais, que constituem as regras do jogo e as restrições impostas, limitantes do comportamento das pessoas e organizações.

Dessa forma, este trabalho foi estruturado em seis capítulos. O primeiro apresenta a introdução, os objetivos e a justificativa. O segundo, a fundamentação teórica pertinente. O terceiro, a metodologia de pesquisa utilizada. O quarto capítulo trata de contextualizar a atual

conjuntura mundial sobre a produção, tipos de consumo do tabaco, as principais corporações e mercados em ascensão. Refere-se também, a informações sobre as principais regiões produtoras e importadoras do tabaco brasileiro. No quinto capítulo, as discussões e resultados através das proposições e do posicionamento dos diversos agentes entrevistados acerca da CQCT, o sentido das políticas públicas, a importância socioeconômica e o direcionamento da cadeia agroindustrial do tabaco no RS. Por último, algumas considerações e sugestões de pesquisa.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a cadeia agroindustrial do tabaco no Rio Grande do Sul, a partir das mudanças institucionais derivadas da Convenção-Quadro de Controle do Tabaco.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Delimitar o ambiente institucional formal, as organizações formais e setores de apoio envolvidos na cadeia agroindustrial do tabaco no Rio Grande do Sul
- Analisar os potenciais efeitos da CQCT quanto ao consumo, produção, políticas públicas e incentivos à cadeia

1.1.3. Justificativa

O fumo é uma cultura difundida pelas migrações indígenas, em especial os Tupis-guaranis. As primeiras áreas cultivadas no Brasil estavam localizadas no Nordeste, porém,

com a chegada dos imigrantes alemães e italianos, a cultura se propagou nos três estados da região Sul (BONATO, 2007).

Presente em 651 municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, responsável por 97,4% da produção nacional, a cultura do fumo apresenta magnitude nessas localidades. O tabaco produzido nessa região é dividido em tabaco de galpão e tabaco de estufa. Neste último grupo, encontram-se todas as cultivares da variedade Virgínia, responsável por 85% do volume produzido na safra de 2013/2014 de acordo com o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SINDITABACO, 2015). Essa variedade de fumos claros, do tipo “*flavour*” é responsável pelo “*blend*”, ou seja, a característica fundamental do cigarro e que alcança o melhor preço no mercado mundial (SILVA, 2008).

A relação entre os agentes produtivos da cadeia é regida por contratos e pelo Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT), que consiste em um vínculo formal entre a empresa fumageira e o produtor. O SIPT é apontado como o principal responsável pelo sucesso e desempenho da atividade. De acordo com o Anuário Brasileiro do Tabaco (2014, p. 45), no ano de 2013, o setor movimentou R\$ 24,88 bilhões, o consumo doméstico perfaz R\$ 17,66 bilhões e as exportações resultaram em R\$ 7,22 bilhões.

No Rio Grande do Sul (RS), objeto deste trabalho, a safra de 2013/14 abarcou 84 mil produtores em 274 municípios, o que representou 53,1% da renda total das pequenas propriedades, com média de 15,7 hectares (AFUBRA, 2015).

Todavia, com a ratificação do Brasil à Convenção-Quadro de Controle ao Tabaco (CQCT) em 2005, acentuaram-se as pressões para a erradicação da cultura, ocasionando em uma indefinição no cenário da cadeia produtiva.

A CQCT, de acordo com a *World Health Organization* (WHO, 2015), traz diversas medidas para reduzir a epidemia global de tabagismo, abordando temas como propaganda, publicidade e patrocínio, advertências, tabagismo passivo, tratamento de fumantes, comércio ilegal, impostos, composição dos produtos de tabaco e diversificação das áreas com produção de tabaco. Segundo o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA, 2015), o tratado possui a adesão de 180 países até março de 2015.

O país, de modo geral, há tempos adota medidas exemplares na regulação do consumo de tabaco, mas, com a implementação do tratado, o governo brasileiro criou a Política de Controle do Tabaco, que ocasionou numa revisão das políticas públicas adotadas em relação ao setor tabaqueiro. Entre as principais medidas, a regulação e fiscalização dos derivados de tabaco, vigilância epidemiológica, inclusão dos princípios da CQCT na política nacional sobre drogas, programa nacional de controle do tabagismo, política de preços e

impostos para o setor fumo, combate ao mercado ilegal de produtos de tabaco e programa nacional de diversificação da produção em áreas cultivadas com tabaco (INCA, 2014).

Dentro desse contexto, diante da importância socioeconômica da atividade e dos problemas de saúde que o uso do fumo causa, constata-se que, se de um lado agentes se coordenam para propor a diminuição do consumo e a redução ou a substituição da produção de tabaco, não obstante, de outro, as empresas e as atividades satélites ligadas ao setor, se articulam para manter a produção.

Atrelado a isso, outro aspecto crítico e desafiador na execução dos objetivos pactuados junto a CQCT, refere-se à dificuldade de atuação de uma política unificada entre os diferentes órgãos governamentais (Federal, Estadual e Municipal), onde se combate e, ao mesmo tempo, se incentiva o setor, em disputa sobre o sentido das políticas públicas.

Assim, diante do exposto, constata-se que este estudo possui relevância, pois permite refletir sobre as implicações das mudanças no ambiente institucional formal, decorrentes da CQCT e as perspectivas quanto ao futuro da cadeia em questão.

Esse estudo tem como sustentação as contribuições analíticas das Cadeias Agroindustriais e o embasamento teórico da Nova Economia Institucional (NEI), através do papel das Instituições Formais. Nesse sentido, a abordagem de North (1991) é útil para entender que a cadeia agroindustrial do fumo passa por uma remodelação com vistas a se adaptar e acompanhar as regras decorrentes por cada nova mudança no ambiente institucional formal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-ANALÍTICO

Em termos conceituais, este trabalho fundamenta-se em torno de dois eixos centrais, que apresentam relevância no estudo: Cadeias Agroindustriais, sob o ponto de vista de suporte analítico, e, pelo aporte teórico, a Nova Economia Institucional (NEI), com ênfase em Instituições Formais.

2.1 CADEIAS AGROINDUSTRIAIS (CAG)

Os processos agroindustriais começaram a ser estudados através de duas vertentes metodológicas. A *commodity system approach* (CSA) foi desenvolvida por Goldberg em 1968, na escola americana, em estudos dos sistemas produtivos do trigo, da soja e dos citros (NEVES et al., 2015). A outra abordagem tradicional para sistemas agroindustriais foi proposta por Morvan (1985), na França, o que define uma sequência de caracteres ("*filière*"), como um conjunto de operações relacionadas para transformar um produto. De acordo com Neves et al. (2015, p. 2), “a análise *filière* é uma ferramenta importante para descrever sistemas, organizar a integração dos estudos e analisar as políticas industriais, empresas e estratégias coletivas”.

Enquanto o enfoque francês baseia-se em relações tecnológicas, a óptica americana enfatiza a coordenação (ZYLBERSZTAJN, 1995). Apesar de apresentarem metodologia e enfoques distintos, evidenciam diversos aspectos em comum. Ambos veem o processo produtivo como uma sequência de ações dependentes, ao focalizar as relações dos agentes de diferentes setores da economia, a partir de determinado produto, incorporando a visão sistêmica.

À vista disso, nesse trabalho optou-se por empregar a estrutura analítica baseada nas Cadeias Agroindustriais (CAGs). A razão para essa escolha é a compreensão, a partir desse conceito, dos segmentos envolvidos na produção, transformação e comercialização do produto agropecuário, até chegar ao consumidor final (FARINA et al., 1997). O primeiro engloba o estudo da indústria de insumos e produção agropastoril; no segundo ocorre a

transformação agroindustrial do produto bruto em produto final destinado ao consumo; o terceiro trata das forças de mercado (distribuição e venda).

Zylbersztajn (2000) evidencia que a escola da “cadeia de produção” ou “cadeias agroindustriais” propõe estudar os processos de integração no que chama de setor agroalimentar. Ou seja, “à ligação entre os agentes e das operações que contribuem à formação e transferência do produto até o seu estado final de utilização, bem como aos mecanismos de ajustamento do fluxo dos produtos e dos fatores de produção” (ZYLBERSZTAJN, 2000, p. 12).

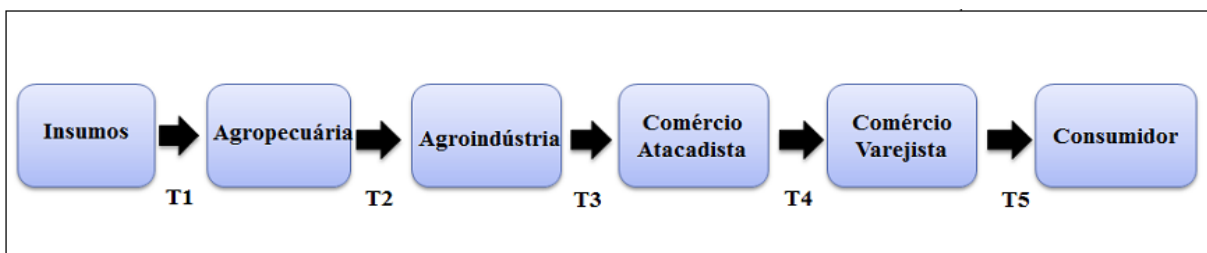
Batalha e Silva (2001) ressaltam que uma cadeia de produção agroindustrial pode ser segmentada, de jusante a montante, em três macrosegmentos:

- a) comercialização - são as empresas que estão em contato direto com o cliente final da cadeia de produção e que viabilizam o consumo e o comércio dos produtos finais (supermercados, mercearias, restaurantes, cantinas etc.). Logística de distribuição também é incluída;
- b) industrialização - são as empresas responsáveis pela transformação das matérias-primas em produtos finais destinados ao consumidor. O consumidor pode ser uma unidade familiar ou outra agroindústria;
- c) produção de matérias-primas - são as empresas fornecedoras de matérias-primas iniciais para que outras firmas sigam no processo de produção de produtos finais (agricultura, pecuária, pesca etc.).

Ainda segundo os autores, podem ser visualizados diferentes mercados, como entre produtores de insumos e produtores rurais, entre produtores rurais e agroindústrias, entre agroindústria e distribuidores, entre distribuidores e consumidores finais.

A cadeia produtiva agroindustrial, dessa forma, pode ser vista como um fluxo que envolve fornecedores, produtores de matéria-prima, indústrias de transformação, distribuição e consumidores finais. A figura 1 denota uma caracterização sintética de todos os segmentos existentes no agronegócio e os fluxos de produtos:

Figura 1 - Caracterização sintética de uma cadeia produtiva



Fonte: Zylbersztajn e Farina (1997).

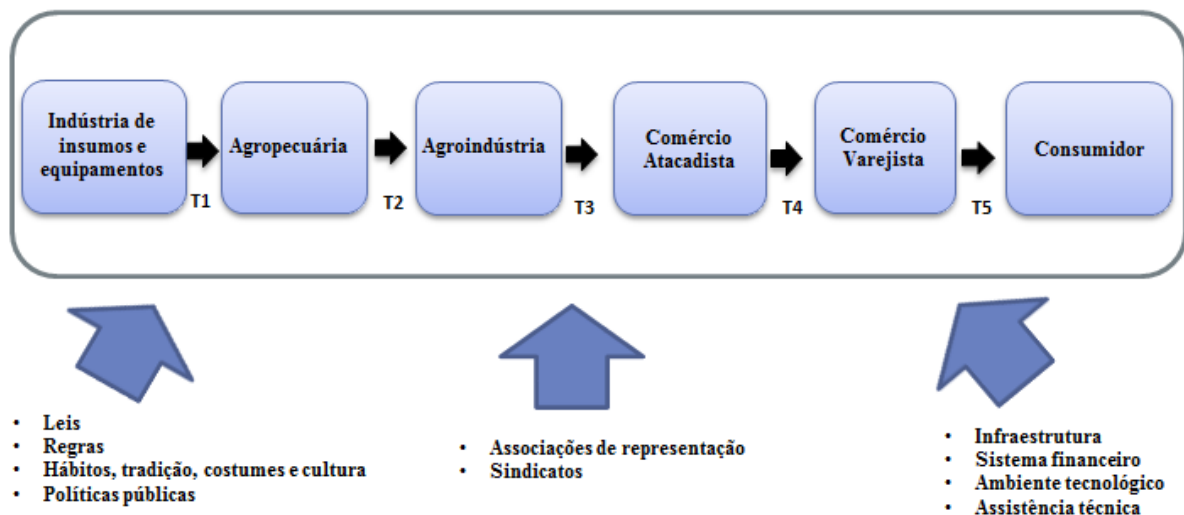
Nesse esboço, fica evidente a importância dos encadeamentos dos diversos elos que compõem a cadeia e das transações realizadas entre eles. Os agentes de produção que compõem a cadeia produtiva, estão ligados por um conjunto de relações mercantis e não-mercantis que fazem parte de uma estrutura organizacional e institucional (CARVALHO JUNIOR, 1995).

Ainda de acordo com Carvalho Junior (1995), a análise de uma cadeia produtiva aborda os diferentes segmentos dos ambientes institucional e organizacional que possuem vínculo, direto e/ou indireto, com a cadeia estudada. Esses ambientes devem ser mensurados dentro do contexto de qualquer cadeia produtiva.

Andrade (2002) frisa que, além de identificar os participantes na geração do produto, a cadeia produtiva em sequência é uma ferramenta importante no processo de formulação, seja de políticas públicas, seja de estratégias empresariais, onde a variável ambiente tem peso significativo.

Assim sendo, a figura 2 demonstra uma caracterização sintética da cadeia produtiva inserida em um ambiente institucional, com organizações e setores de apoio:

Figura 2 - Caracterização de uma cadeia produtiva inserida em um ambiente institucional, com organizações e setores de apoio



Fonte: Miele, Waquil e Schultz (2011) adaptado de Zylbersztajn, Neves (2000); Batalha (1997).

Conforme Miele, Waquil e Schultz (2011), o ambiente institucional molda e restringe o comportamento dos agentes do agronegócio, mas pode ser alterado por esses agentes. Ele é formado pela tradição, pelos costumes e pela cultura local e regional, os quais determinam em grande parte hábitos de consumo, de produção e de distribuição. As leis, regras e políticas públicas também integram esse ambiente e representam as instituições formais.

Além do ambiente institucional formal e informal, os autores evidenciam a existência de organizações de apoio às cadeias produtivas como as associações representativas de interesse específico, federações e sindicatos patronais e de trabalhadores rurais e organizações não-governamentais. E, por fim, um conjunto de setores econômicos que não integram a cadeia produtiva, mas contribuem para o seu funcionamento e desempenho: logística e transporte, sistema financeiro e de capitais (bancos, seguradoras, bolsas de mercadorias, etc.), instituições tecnológicas (ensino, pesquisa e desenvolvimento), extensão rural, órgãos públicos e empresas de classificação, certificação e fiscalização.

Por conseguinte, verifica-se que as referências aos estudos sobre cadeias produtivas agroindustriais são frutos de pesquisas realizadas por vários especialistas, que de um modo geral, objetivaram entender a dinâmica de uma cadeia produtiva e as articulações com o ambiente. Pode-se observar ainda, que as diversas cadeias produtivas têm suas próprias peculiaridades, como a do tabaco, e como objeto de análise, foram explicadas por diferentes metodologias e fundamentos teóricos. A seguir, são descritas algumas evidências empíricas da cadeia agroindustrial, que serviram para consubstanciar esse trabalho.

O estudo de cadeias produtivas também foi realizado por Colle (1998) em: “A cadeia produtiva do trigo no Brasil: Contribuição para a geração de emprego e renda”. Nesse trabalho, o autor analisou as características da cadeia produtiva do trigo no país, a produção e sua evolução, renda e emprego. Para quantificar o número de empregos gerados na cadeia, ele utilizou a matriz insumo-produto. Como resultado, a necessidade de se ampliar o cultivo, pois absorve mão de obra e, portanto, evita o êxodo rural (COLLE, 1998).

No trabalho “A governança na cadeia agroindustrial da erva-mate na região do Alto Uruguai Rio-Grandense, sob a ótica da cadeia de suprimentos”, Mosele (2002) analisou o setor ervateiro na microrregião de Erechim. Com 9.363 famílias envolvidas na produção e 42 agroindústrias processadoras de erva-mate, o estudo objetivou caracterizar as cadeias de suprimentos de seis empresas privadas e uma empresa privada cooperativa, descrever os fluxos de informações, produtos, recursos e serviços, além de verificar se existe uma lógica de mercado ou um maior poder de barganha de alguns elos sobre outros, nas cadeias de suprimentos.

No estudo, o autor conclui que o conhecimento dos fluxos de informações, produtos, recursos e serviços, associados ao conhecimento do canal de distribuição, permitem uma melhor compreensão da cadeia de suprimentos e da cadeia genérica, de seus potenciais e de seus gargalos. Inclusive, que o custo de colheita é um dos problemas mais relevantes para os produtores, associado a dificuldades no fluxo de informações. Com relação às agroindústrias,

o pesquisador ressalta que o poder de barganha do varejo e das grandes redes de hipermercados impõem uma série de normas e que acaba por elevar os custos das ervateiras.

No artigo intitulado “Dinâmica da cadeia agroindustrial do café (*coffea Arábica L.*) Brasileiro após a desregulamentação”, Ponciano et al. (2008), objetivaram analisar a estrutura e a dinâmica da cadeia agroindustrial do café brasileiro, após a desregulamentação e seus ajustamentos para atender às exigências do mercado.

Os resultados evidenciaram que o café continua sendo um dos produtos mais importantes do agronegócio brasileiro. Com a desregulamentação, houve instabilidade nos valores e os ajustamentos tanto dos preços quanto das imperfeições dos agentes da cadeia ocorreram de forma lenta. Por outro lado, o mercado imprimiu certa dinâmica em toda a cadeia agroindustrial do café. Criaram-se novos nichos de mercado, com ênfase na diferenciação do produto, qualidade, certificação, responsabilidade social e o mínimo de agressão ao meio ambiente.

Assim sendo, esses trabalhos pontuais aclaram uma gama de possibilidades, que podem existir para explicar a dinâmica das cadeias agroindustriais, pois contribuem para a construção das análises abordadas no presente estudo.

2.2 NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (NEI)

A Nova Economia Institucional (NEI) é um vasto campo multidisciplinar que inclui aspectos de economia, história, sociologia, ciência política, organização empresarial e de direito (KHERALLAH; KIRSTEN, 2001).

Conceição (2002) ressalta que a NEI tem seu marco teórico instituído a partir da segunda metade do século XX com os artigos de Ronald H. Coase escritos no ano de 1937, com destaque para o intitulado ‘A Natureza da Firma’. Ainda segundo Conceição (2002, p. 129), Coase trata de dois pontos fundamentais, primeiro não é a tecnologia, mas as transações e seus respectivos custos que constituem o objeto central da análise; e, segundo, a incerteza e, de maneira implícita, a racionalidade limitada constituem-se em elementos-chaves na análise dos custos de transação.

Farina et al. (1997) e Zylbersztajn (2005) apontam para Coase como o responsável pela maior contribuição ao corpo teórico da Nova Economia Institucional. No momento em que a firma era entendida como uma função de produção, cujas entradas são os vários

insumos necessários à produção e as saídas dos produtos produzidos, Coase procurou entender o escopo, abrangência e limites de uma firma, centrando sua análise em duas formas abstratas de coordenação: o mercado e a firma.

Segundo Harris, Hunter e Lewis (1995), a importância da Nova Economia Institucional (NEI) foi confirmada com as obras de Ronald Coase e Douglass North e, conseqüentemente, o papel das instituições para o desenvolvimento tem recebido considerável atenção de economistas, pesquisadores do desenvolvimento, decisores políticos e muitos outros. O objetivo da NEI é explicar as instituições e a sua evolução ao longo do tempo, além de avaliar o seu impacto sobre o desempenho econômico, eficiência e distribuição (NABLI; NUGENT, 1989).

Todavia, primeiramente importa definir o que são instituições. A definição de instituição não é uma tarefa fácil, principalmente porque se trata de um termo utilizado para definir situações e aspectos. Para North (1990, p. 3), "as instituições são as regras do jogo de uma sociedade, ou, mais formalmente, são as restrições humanamente inventadas". North utiliza a palavra-chave "constrangimento", ou seja, qualquer forma de restrição que os seres humanos concebem para moldar a interação humana (BOLIARI; TOPYAN, 2007, p. 2).

Essas restrições podem reduzir o custo das ações entre os seres humanos, constituindo um fator importante à qualidade e o desenvolvimento econômico. Instituições incluem qualquer forma de restrição que os seres humanos concebem para moldar a interação humana (TAMANAH; HAMMOND, 2015).

North apontou que, em frente à incompletude de informação e à necessidade de se estabelecerem comportamentos regulares, a fim de diminuir incertezas, dada uma realidade em constante mudança e situações normalmente únicas, são desenvolvidos padrões de comportamento. Instituições, para o autor, "seriam esses comportamentos regulares" (HIRA; HIRA, 2000, p. 270). As instituições têm uma influência sobre o nosso comportamento e, portanto, sobre os resultados, tais como o desempenho econômico, eficiência, crescimento e desenvolvimento econômico (KHERALLAH; KIRSTEN, 2001).

A Nova Economia Institucional tem a preocupação de estudar as relações entre instituições e eficiência, e há, para isso, duas vertentes que abordam esses assuntos: o ambiente institucional e as instituições de governança. O ambiente institucional contempla as macroinstituições, sendo a base das interações entre os seres humanos; e as estruturas de governança, que contemplam as microinstituições e regulam uma transação específica (AZEVEDO, 2000).

No nível microinstitucional está o braço da NEI denominado Economia dos Custos de Transação (ECT), estruturado por Williamson; e no nível macroinstitucional, o braço da NEI que se ocupa do ambiente institucional, estruturado por Douglass North.

A ECT apresenta a transação como unidade de análise e tem como preocupação central criar valor a partir da coordenação de estruturas de governança (WILLIAMSON, 1989). O objetivo é, em última instância, reduzir os custos de transação através da eficiência, visando a alcançar vantagens competitivas. Ainda segundo o autor, a origem dos custos de transação é a racionalidade limitada dos agentes, a incerteza associada ao ambiente e risco de comportamento oportunista. Ou seja, os agentes são parcialmente racionais e podem adotar comportamentos oportunistas, sendo que essas asserções comportamentais dos indivíduos atingem diretamente a estrutura de incerteza associada às relações econômicas.

No nível macroinstitucional encontra-se o ambiente institucional, que constitui as regras do jogo (NORTH, 1990). Estas promovem o desenvolvimento das atividades econômicas, bem como as ações políticas, legais e sociais que governam a base da produção, troca e distribuição (WILLIAMSON, 1996).

Para North (1990), as instituições podem ser formais, como regras escritas nas leis e regulamentos, criadas para resolver problemas específicos de coordenação econômica, social e política; e informais, regras que não estão escritas, que se acumulam ao longo do tempo, originadas dos usos, costumes, normas de comportamento, costumes, valores, religiões e cultura. Esses, são gerados a partir de informações transmitidas e socialmente impostas pelo povo sobre si mesmos, a fim de estruturar as suas relações uns com os outros (BOLIARI; TOPYAN, 2007, p. 2).

Ainda de acordo com os autores, North também enfatiza a interação entre instituições e organizações, chama ainda a atenção para o papel das instituições como as regras fundamentais do jogo de um lado e do papel das organizações (e seus empresários) como agentes de mudança institucional, por outro. A maneira como as organizações passam a existir e a forma como evoluem são fundamentalmente influenciados pelo enquadramento institucional de uma sociedade.

North (1990, p. 3) define organizações como "grupos de indivíduos ligados por um objetivo comum em alcançar os objetivos", e no curso dessas tentativas, um importante agente de mudança institucional. As instituições criam e delimitam o ambiente onde ocorrerá a transação e onde as organizações irão atuar.

North (1990) ressalta ainda, que as instituições representam, ao longo da história, a manutenção da ordem e a redução das incertezas nas sociedades e que as mudanças

institucionais revelam o modo como as sociedades evoluem e são a chave para entender a mudança histórica.

As organizações como “jogadores”, compõem-se de grupos de indivíduos dedicados a alguma atividade executada com determinado fim. As limitações impostas pelo contexto institucional (ao lado de outras restrições normais em qualquer economia) definem o conjunto de oportunidades e, portanto, o tipo de organizações que serão criadas. Conforme a função objetiva da organização (...) buscam adquirir conhecimentos e especialização que reforcem suas possibilidades de sobrevivência em um ambiente de onipresente competição (NORTH, 1994b, p. 11).

Nesse ambiente incerto, faz-se necessário o estabelecimento de regras claras, de tal forma que a interação entre os agentes sejam resolvidas e os acordos de troca sejam estabelecidos e cumpridos (NORTH, 1991).

As formulações analíticas de Douglas North (1991), em sua essência, vieram contribuir efetivamente para a perspectiva da Nova Economia Institucional em um nível macroinstitucional de análise, relacionando instituições e desempenho econômico. Em outras palavras, focalizam a formação de instituições econômicas e políticas e as consequências dessas instituições na performance econômica através dos tempos (NORTH, 1994b).

2. 2. 1 As Instituições Formais

As regras, em toda a sociedade, por mais primitiva que seja, limitam o comportamento das pessoas. O principal papel das instituições, entendidas como as “regras do jogo”, formais e informais, que “estruturam a interação social, econômica e política” (North, 1991, p. 97) é restringir as ações humanas. Ainda segundo o autor:

As instituições compreendem regras formais, limitações informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta auto impostos) e os mecanismos responsáveis pela eficácia desses dois tipos de normas. Em suma, constituem o arcabouço imposto pelo ser humano a seu relacionamento com os outros. O grau de identidade existente entre as normas institucionais e as opções feitas pelo indivíduo no contexto institucional depende da eficácia do sistema de fiscalização do cumprimento de tais normas. Essa fiscalização é exercida pela primeira parte (códigos de conduta auto impostos), pela segunda parte (represálias) ou por uma terceira parte (sanções por parte da sociedade ou exigência coercitiva por parte do Estado) (NORTH, 1994b, p.13).

As instituições formais são leis e constituições formalizadas e escritas, em geral impostas por um governo ou agente com poder de coerção (North, 1990, p. 46), e as informais, normas ou códigos de conduta, formados em geral no seio da própria sociedade (NORTH, 1990, p. 36).

Existem regras e acordos que funcionam em um nível macro, como por exemplo, a legislação de um país ou as normas que regem a atuação de órgãos públicos e empresas. Numa escala menor, regras que operam, sobretudo, no âmbito de municípios cobrindo questões mais localizadas. O cumprimento é obrigatório, requer-se um poder coercitivo para aplicá-las e pertencem ao âmbito público.

Ao abrigar as instituições formais e informais de uma sociedade num momento específico do tempo, a matriz institucional será responsável por definir o vetor de estímulos para os diversos agentes sociais, especialmente os envolvidos em atividades econômicas (GALA, 2003). O conceito de matriz institucional procura dar operacionalidade à teoria, pois apresenta-se de forma mais concreta. Para entendermos o desempenho de diversas sociedades ao longo da história, basta analisarmos a dinâmica de suas matrizes institucionais (NORTH, 1990, p. 5).

A matriz institucional de uma sociedade em um determinado tempo é constituída de regras e normas formais e informais, bem como pelas instituições que garantem a aplicação (*enforcement*) dessas regras, e é em razão principalmente das restrições comportamentais informais que se pode dizer que a evolução dessa matriz, ao longo de tempo, é *path dependence*. Isto porque são estas que em última instância dão legitimidade às regras formais (BUENO, 2004, p. 375).

Para North, os principais agentes de mudança são as organizações. É a partir destas que se pode entender a dinâmica institucional a que o autor propõe. Para maximizar o retorno de suas atividades, organizações investem, na margem, em atividades econômicas ou políticas. Ao se depararem com mudanças de preços relativos e preferências — ou algum tipo de mudança exógena ao ambiente econômico —, têm duas opções para capturar novas oportunidades de ganho: rearranjar a relação de insumos e produtos com que trabalham sem alterar a matriz institucional sob a qual operam ou investir esforços para mudar essa matriz de modo a poder capturar tais ganhos decorrentes de mudanças no ambiente (GALA, 2003). Quando seu cálculo de custo-benefício levá-la a atuar na esfera política, isto é, alterar leis, contratos e normas, assistiremos a uma mudança institucional.

Ainda de acordo com Gala (2003), o segundo conceito essencial para a dinâmica institucional de North é o *path dependence*. Essa ideia procura demonstrar como soluções

ineficientes podem persistir, mesmo que escolhidas por agentes racionais. Por conta de retornos crescentes, a escolha de uma tecnologia menos eficiente num dado momento do tempo acaba se tornando ótima quando o sistema é dinamizado. Em outros termos, a história do processo adquire relevância. North (1990, p.100) destaca que o início de um processo tem papel fundamental sobre o curso de seus acontecimentos. Com o passar do tempo instituições ineficientes não sucumbem. As decisões tomadas no passado têm, portanto, forte influência sobre as possibilidades do presente.

Diversos trabalhos com evidências empíricas sobre a NEI e Instituições Formais serviram de auxílio na construção desse estudo e são descritos a seguir.

No trabalho “Ambiente institucional e políticas públicas para o biogás proveniente da suinocultura”, Zanella (2012) analisou o ambiente institucional do biogás, a partir dos conceitos da Nova Economia Institucional (NEI), abordando o conjunto de normas, leis, legislação e demais ações que delimitam a influência dos agentes econômicos, as políticas públicas voltadas para essa fonte alternativa de energia, como geradores de renda e desenvolvimento.

Segundo a autora, apesar dos mecanismos de incentivo existentes ao aproveitamento energético do biogás e incentivos às fontes alternativas renováveis de energia no Brasil, diversas barreiras regulatórias, institucionais, econômicas e tecnológicas dificultam o efetivo aproveitamento desta fonte. Diante disso, a pesquisadora concluiu que, há a necessidade de uma maior coordenação entre as diferentes esferas do governo, o setor privado e instituições de pesquisa e desenvolvimento à formulação de políticas efetivas para promover o melhor aproveitamento energético do biogás no Brasil.

Fornazier (2010), em seu estudo intitulado “Mudança institucional no ambiente produtivo da maçã com a adoção da produção integrada de frutas (PIF)”, retratou a influência das instituições e organizações na adoção da Produção Integrada de Maçã (PIM), avaliando os incentivos, dificuldades, construção das regras, entre outros fatores. Sendo a PIM uma adoção espontânea, o pesquisador, através da criação de áreas experimentais, buscou mostrar a eficiência do sistema e criação das normas em conjunto com os comitês técnicos, com a participação do setor produtivo.

Nesse trabalho, o autor concluiu que as empresas e cooperativas aderiram ao sistema proposto, porém aquelas, pelas exigências dos mercados em que atuam, utilizaram outros sistemas de certificação e deixaram de certificar a PIM, mesmo seguindo suas recomendações.

Na dissertação intitulada “O ambiente institucional na cadeia produtiva avícola do RS: regulação e desenvolvimento de mercado baseado no status sanitário dos plantéis”, Francois (2013) relata que o objetivo geral do trabalho foi avaliar qual o efeito do ambiente institucional (formal e informal) na cadeia produtiva avícola do RS na regulação e no desenvolvimento dos mercados de carne de frango.

O Ministério da Agricultura foi apontado como a principal instituição formal que rege o status sanitário dos plantéis. Este órgão possui a função de coordenar diversos programas que têm por objetivo garantir status sanitário da avicultura no país.

A autora nesse estudo, concluiu que as regras formais existentes no sistema hoje, abrangem somente as grandes empresas produtoras de alimentos, porém os riscos expostos à cadeia podem ser oriundos de todos os tipos de produtores. Devido à imposição de um ambiente institucional com altas exigências estruturais e sanitárias, o Ministério da Agricultura falha ao não possuir a estrutura adequada nos estados e municípios para garantir o cumprimento de todas as legislações e normas, assegurando a manutenção e desenvolvimento do mercado.

Destarte, esses trabalhos, contribuíram para a elaboração das análises deste estudo, pois empregaram o aporte teórico da Nova Economia Institucional (NEI) e das Instituições Formais, onde as instituições são as regras do jogo e as restrições que a humanidade concebeu dentro das estruturas políticas, econômicas e nas interações sociais.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa significa, de forma simples, “procurar respostas para indagações propostas” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 19). Para Ludke e André (1986), em uma pesquisa é preciso promover um confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele.

Nesse sentido, uma metodologia adequada é essencial em qualquer pesquisa. Deslandes, Gomes e Minayo (2011, p. 14) frisam que “a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)”.

Partindo dessa conjectura, este capítulo tem como objetivo apresentar as principais ferramentas metodológicas utilizadas, o recorte do estudo, a definição da amostra, os instrumentos de coleta de dados e as análises dos dados da pesquisa.

3.1 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Esse trabalho centra-se em pesquisa com método qualitativo, pois considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser traduzido em números (SILVA; MENEZES, 2005).

Acerca desse tipo de pesquisa, Minayo (1993) assevera que é uma forma adequada para o conhecimento da natureza de um fenômeno social. O pesquisador coleta informações na realidade pesquisada para, posteriormente, analisá-los de forma indutiva, o que traz como contribuição ao trabalho de pesquisa a melhor compreensão dos fenômenos.

Flick (2009) ressalta que a pesquisa qualitativa é recente e ocorreu concomitantemente em diversas áreas, tendo cada uma delas se caracterizado por um embasamento teórico e conceitos de realidade específicos e por seus próprios programas metodológicos.

Para Silveira e Córdova (2009, p. 32) a pesquisa qualitativa preocupa-se “[...] com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e

explicação da dinâmica das relações sociais”. Ao passo que, a pesquisa quantitativa “[...] enfatiza as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 33).

Concomitantemente a isso, se fez uso de uma série de dados, com informações e apontamentos relevantes para as análises em questão, sendo demonstrados no quadro 1:

Quadro 1 - Série de dados utilizados no trabalho

Variáveis	Unidade	Período	Fonte
Faturamento	US\$	2014	Statista
Mercado internacional	%	2013	Euromonitor International/ Tobacco Free Kids/Bloomberg Business
Produção	Tonelada	2005 a 2013	Statista
Valores recebidos/custos de produção	US\$/kg	Safra 2011/12	AFUBRA
Consumo	Unidades	2010 a 2014	Tobacco Atlas/Anuário Brasileiro do Tabaco
Mercados	%	2005 e 2013	Euromonitor International
Países com maior consumo	%	2012	Euromonitor International
Percentuais de impostos	%	2012	World Health Organization
Aquisição de marcas	US\$	2012 a 2014	Tobacco Atlas/Tobacco Tactics
Número de famílias	Número	1995 a 2014	AFUBRA/SINDITABACO
Produção	Toneladas	1995 a 2014	AFUBRA/SINDITABACO
Área produzida	Hectares	1995 a 2014	AFUBRA/SINDITABACO
Exportações	Toneladas	2005 a 2014	SINDITABACO
Exportações em folha e cigarros	%	2005 a 2013	AFUBRA
Consumo interno	Unidades	2010 a 2013	INCA
Número de famílias RS	Número	2004/05 a 2013/14	SINDITABACO
Produção do RS	Toneladas	2004/05 a 2013/14	SINDITABACO
Área produzida RS	Hectares	2004/05 a 2013/14	SINDITABACO
Rendimento médio RS	Kg/há	2004/05 a 2013/14	SINDITABACO
Ocupação fundiária	%	Safra 2013/14	AFUBRA
Lucros da indústria	R\$	2010 a 2013	AFUBRA
Consumo interno	R\$/ toneladas	2012 e 2013	AFUBRA
Apreensão e destruição de cigarros	R\$	2001 a 2014	Receita Federal
Área plantada e produção RS	Hectares/ton.	2004 a 2013	Fundação de Economia e Estatística (FEE)
Rendimento médio	Ton/Hectare	2004 a 2013	FEE
Localização da produção	Coredes	2013	FEE
Desembolso/finac. do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	R\$	2000 a 2014	CONICQ/BNDES

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Diante das informações supracitadas, a seguir, o recorte do estudo, a amostra e os instrumentos utilizados da coleta de dados.

3.2 O RECORTE DO ESTUDO, A DEFINIÇÃO DA AMOSTRA E OS INSTRUMENTOS DA COLETA DE DADOS

O local definido para a realização do estudo foi o Estado do Rio Grande do Sul, maior produtor nacional de tabaco onde, na safra de 2013/14, a atividade englobou 274 municípios e 186 mil hectares cultivados (SINDITABACO, 2015). Outro aspecto determinante na escolha decorreu, em detrimento da localização das principais empresas ligadas ao beneficiamento de fumo e fabricação de cigarros, além de diversas organizações formais e de apoio ligadas à cadeia.

Quanto à escolha dos entrevistados, a seleção foi caracterizada por critério de conveniência, ou seja, pela disposição dos respondentes. Conforme Duarte (2002, p. 141), “a descrição e delimitação da população base, ou seja, dos sujeitos a serem entrevistados, assim como o seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituem o solo sobre o qual grande parte do trabalho de campo será assentado”. Ainda de acordo com a autora, a definição de critérios de seleção dos sujeitos que vão compor o universo de investigação interfere diretamente na qualidade das informações, a partir das quais, será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado.

Em virtude disso, a pesquisa buscou retratar diferentes representações, tendo em vista perceber os atores na construção de conceitos, a partir da interpretação que fazem da realidade e, com isso, a possibilidade de ampliar o entendimento sobre a diversidade de opiniões.

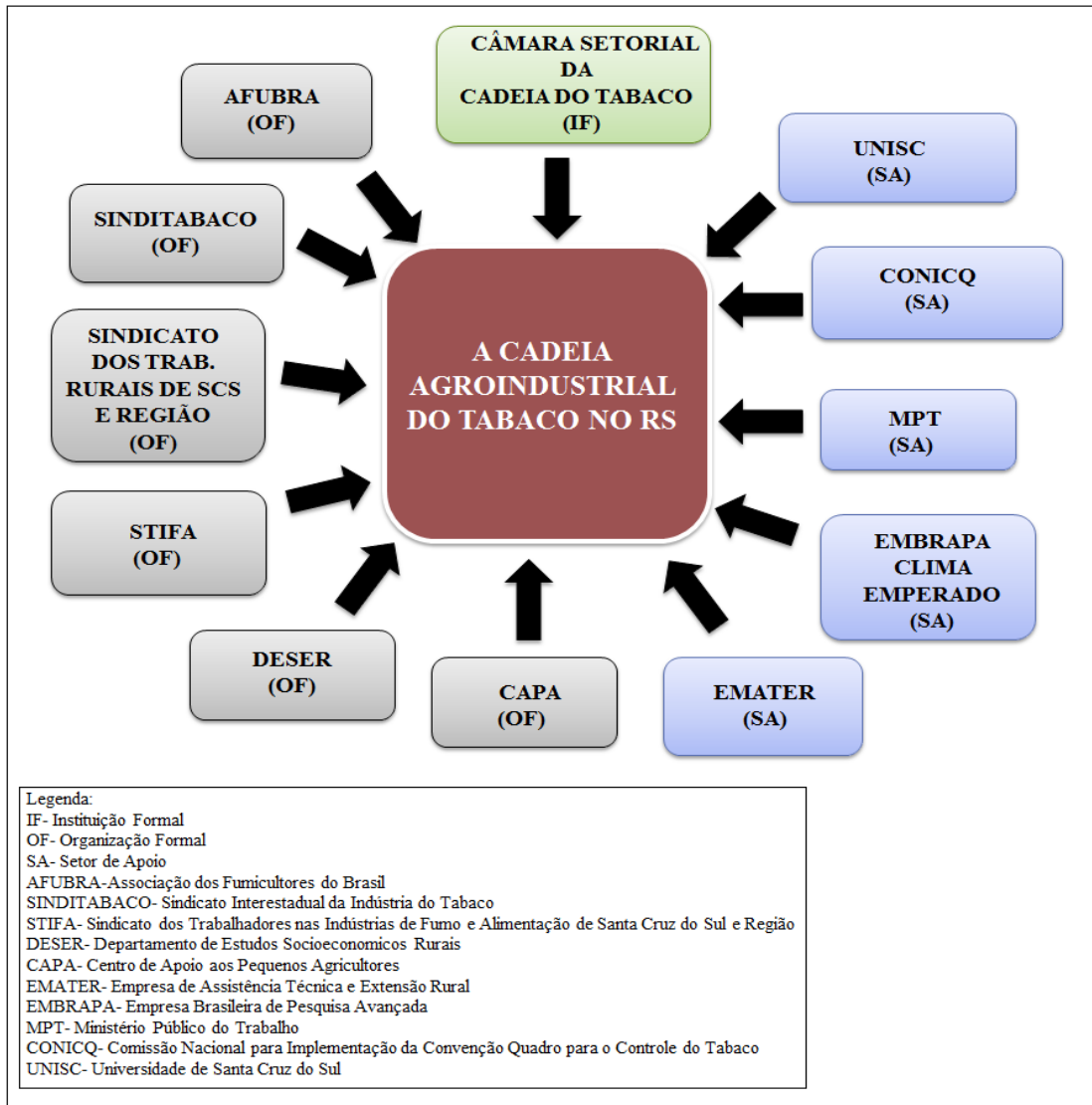
Em contato com 20 representações ligadas a cadeia, 12 foram entrevistadas e categorizadas em: Instituição Formal (IF), Organização Formal (OF) e Setor de Apoio (SA). Não foram expostos detalhamentos adicionais acerca da posição ou do reconhecimento dos respondentes (conforme exposto no capítulo de apresentação dos resultados, OF1..., OFn), para que fossem preservadas suas identidades.

Em busca da combinação particular entre teoria e dados, a coleta de informações ocorreu através de entrevistas abertas (*face to face*), individuais e de cunho informal. O uso da entrevista semiestruturada conforme Manzini (1991, p. 154), “pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas”, pois estimulam os entrevistados a pensar e falar livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Ademais, o autor ressalta que as entrevistas fazem emergir aspectos subjetivos, atingem motivações não explícitas, ou mesmo não conscientes, de forma

espontânea. Dessa forma, buscam facilitar a interlocução com o entrevistado, oportunizando a esse, expressar as suas representações cotidianas, atitudes e opiniões.

À vista disso, a figura 3 ilustra os doze integrantes que participaram da pesquisa (entrevistas e questionários):

Figura 3 - Os agentes que compõem o universo de investigação



Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de Zylbersztajn e Neves, 2000; Batalha, 1997.

As entrevistas tiveram duração média de 45 minutos e a construção do diálogo, registrado em gravador eletrônico, onde foi sequenciado por um roteiro-guia elaborado previamente pelo entrevistador. Também se fez jus de questionários semiestruturados enviados por e-mail a alguns agentes, dada a sua importância no contexto da cadeia do tabaco. Esses questionários combinaram perguntas semiabertas “avaliativas e consequência”, onde o entrevistado teve a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou

condições pré-fixadas pelo pesquisador (as entrevistas e os questionários estão disponibilizados no final do trabalho nos apêndices A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L e M).

Como ferramentas de coletas de informações, as técnicas de questionário foram objetivamente formuladas de tal forma que o entrevistado não fosse pressionado a dar uma resposta, que acredita ser a opinião do pesquisador.

Dos doze representantes (Figura 3), nove foram entrevistados individualmente e os demais questionários enviados, onde as respostas de ambos foram direcionadas à compreensão do comportamento, frente ao direcionamento da cadeia do tabaco no RS, a partir das suas relações com outros atores sociais, organizações e as mudanças no ambiente institucional formal.

Da mesma forma, buscou-se captar as percepções dos participantes sobre o papel/trabalho de cada representação entrevistada, como foi acolhida a ratificação da CQCT em 2005, se a CQCT visa findar com a produção de fumo, quais as perspectivas futuras da cadeia, o posicionamento sobre o sentido das políticas públicas e a diversificação das propriedades. Coletados os dados, posteriormente foram feitas as análises de discurso.

3.3 ANÁLISE DE DISCURSO

A Análise do Discurso é uma metodologia flexível de leitura de texto que tem como objeto de estudo o discurso. Conforme Orlandi (2007, p. 26), “a análise do discurso visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos”.

Paulon, Nascimento e Laruccia (2014) ressaltam que o processo discursivo é construído pela relação de conflitos (ou não) travados na disputa de espaço das diferentes formações discursivas. Em consequência, “o sujeito é definido pelo lugar de onde fala, pelo espaço de representação social que ocupa no desempenhar de seus vários papéis, revelando, portanto, a sua posição ideológica” (PAULON; NASCIMENTO; LARUCCIA, 2014, p. 29).

Tendo isso como guia, os procedimentos analíticos para a concretização da pesquisa e dos conteúdos levantados foram trabalhados. As informações provenientes das entrevistas foram transcritas. A partir de então foram diagnosticadas, através da percepção do entrevistador em relação às respostas do entrevistado, tanto na entrevista quanto nas respostas proferidas dos questionários.

Foram empreendidas várias leituras de todo o material coletado, a princípio sem compromisso objetivo de sistematização, mas no sentido de captar de uma forma holística, as principais ideias e os seus significados.

Destarte, Paulon, Nascimento e Laruccia (2014, p. 29) frisam que:

O analista relaciona a linguagem à sua exterioridade, ou seja, considera o homem na sua história, os processos e as condições de produção da linguagem por meio da análise da relação da língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer.

Na escolha dos recortes a serem utilizados, difícil foi delinear com absoluta transparência os motivos da escolha deste ou daquele fragmento, o que levou ao uso de várias sentenças, frases ou parágrafos como unidades de análise do discurso.

Rocha e Deusdará (2005, p. 319) ressaltam que “cabe ao linguista, no entendimento da linguagem como forma de intervenção, a construção de saberes sobre o real, algo que exige diálogo, com outras perspectivas e configura uma iniciativa interdisciplinar”.

Neste constante ir e vir entre os objetivos do trabalho, teorias e intuições do pesquisador, emergiram as unidades de análise que foram categorizadas em três grupos: Instituições Formais, Organizações Formais e Setores de Apoio. Essa classificação teve como suporte teórico a figura 2, que faz uma caracterização sintética de uma cadeia produtiva inserida em um ambiente institucional, com organizações e setores de apoio.

Nessa categorização, segundo Franco (1986), em geral o pesquisador segue seu próprio caminho baseado nos seus conhecimentos teóricos, norteado pela sua competência, sensibilidade, intuição e experiência.

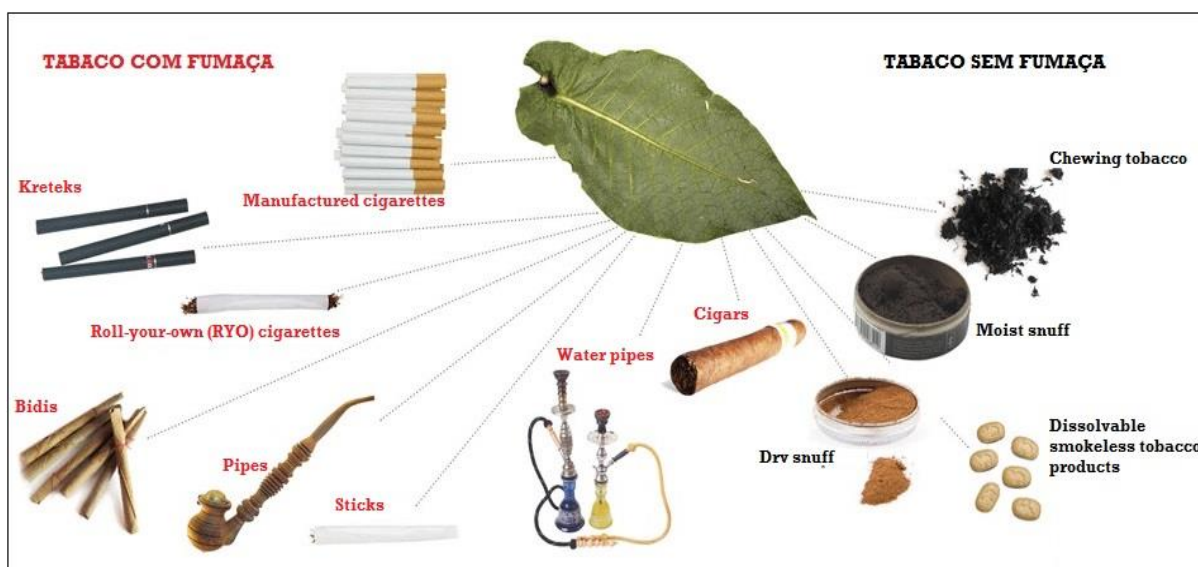
Posto isso, o próximo capítulo planeia delinear os subprodutos do tabaco disponíveis, os novos usos, além de analisar as principais corporações e o “*market share*” de cigarros, mercados emergentes, área produzida e produção mundiais de tabaco. Assim como, avaliar as taxas de impostos nos países e contextualizar as dimensões do mercado de tabaco brasileiro.

4 A ATUAL CONJUNTURA MUNDIAL DO TABACO E O CONTEXTO BRASILEIRO

O tabaco é consumido no mundo de diversas formas, e sua demanda guarda estreita vinculação, não apenas com a condição de renda dos consumidores, mas também com as práticas culturais e simbólicas, costumes cotidianos, próprios dos diferentes grupos sociais presentes nas distintas regiões e lugares do mundo (SILVEIRA; DORNELLES, 2010).

Os diversos subprodutos do tabaco para o consumo humano podem ser divididos em “tabaco com” e “sem fumaça”, segundo o Tobacco Atlas (2010), e são demonstrados a seguir:

Figura 4 - Os subprodutos do tabaco consumidos no mundo



Fonte: Bonato, Zotti e Angelis (2010); Tobacco Atlas (2010).

O “tabaco com fumaça” consiste no ato de queimar folhas secas ou curadas da planta do tabaco e inalar o fumo. Tobacco Atlas (2010), classifica em:

- *Manufactured cigarettes*: são os produtos do tabaco mais consumidos em todo o mundo e consistem em tabaco picado, processado com centenas de produtos químicos, com vários sabores, enrolados em um cilindro envolvido em papel. Normalmente, com um filtro de acetato de celulose numa extremidade e inalado através da outra.
- *Kreteks*: são cigarros com sabor de cravo muito consumidos na Indonésia e podem conter uma vasta gama de aromas exóticos e eugenol, esse com efeito anestésico.
- *Roll-your-own*: são cigarros feitos pelo fumante, com um papel de cigarro preenchido à mão. Prevalentes na Europa e Nova Zelândia. Os fumantes de cigarros de enrolar são

expostos a altas concentrações de partículas de tabaco, alcatrão, nicotina e nitrosaminas, específicas do tabaco.

- *Bidis*: consistem em uma pequena quantidade de tabaco esmagado, envolto em folhas secas e amarrado com barbante. Mais prevalentes no Sul da Ásia (são os produtos mais consumidos na Índia).
- *Pipes*: é uma espécie de cachimbo onde o tabaco é colocado na tigela e o fumo é inalado através da haste. Prevalente no mundo todo.
- *Sticks*: são feitos de tabaco curado ao sol e envolto em papel-cigarro. Mais prevalente: Papua Nova Guiné.
- *Waterpipes*: é um cachimbo de água utilizado para fumar tabaco aromatizado. O princípio comum é o fato da fumaça passar pela água antes de chegar ao fumante. É tradicionalmente utilizado em muitos países do mundo, em especial no Norte da África, Oriente Médio e Sul da Ásia.
- *Cigars*: são feitos de ar curado e fermentado de tabaco, com um invólucro de folha de tabaco. Charutos vêm em muitas formas e tamanhos. Mais prevalentes em todo mundo.

Quanto aos subprodutos “sem fumaça”, normalmente são consumidos por via oral ou nasal, sem queima ou combustão:

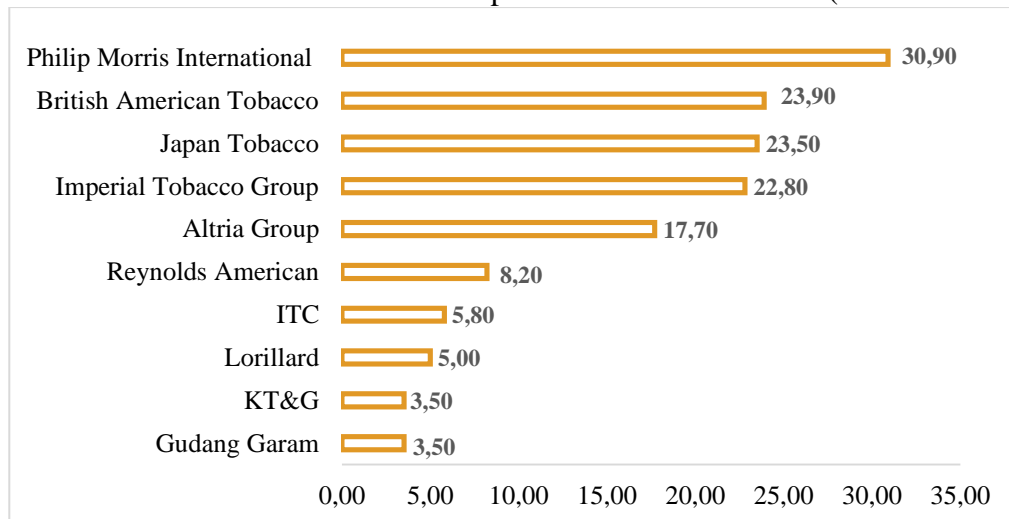
- O tabaco de mascar é uma das mais antigas modalidades de consumo. É levado à boca, sendo mastigado. É por vezes referido como "cuspir tabaco" devido à tendência dos usuários de cuspirem os sucos construídos através da saliva. Atualmente é utilizado nos EUA, países latino-americanos, Índia e Sri Lanka.
- O rapé úmido é colocado na boca, entre a bochecha e a gengiva. Usado em todo mundo, mas principalmente na Europa e Estados Unidos. Os fabricantes estão criando cada vez mais embalagens diferenciadas para torná-lo mais atrativo e conveniente.
- Pastas de tabaco ou pós são colocados sobre os dentes ou gengivas. Misturas em pó de tabaco são normalmente inaladas e absorvidas através das fossas nasais. Mais prevalente: Escandinávia e Estados Unidos, banido em vários países.
- Produtos de tabaco solúveis dissolvem na boca sem expectoração; contêm tabaco e numerosos componentes adicionados cujo propósito é a nicotina por meio de absorção da mucosa oral. Usado em todo mundo, mas principalmente nos Estados Unidos e Europa.

4.1 AS PRINCIPAIS EMPRESAS TRANSNACIONAIS, PRODUÇÃO E CONSUMO NO MUNDO

Caracterizado por um diminuto número de corporações multinacionais que atuam de modo hegemônico nas etapas de produção, comercialização e distribuição de cigarros industrializados, o mercado mundial de tabaco movimentou em 2013 o equivalente a US\$722 bilhões (Euromonitor International, 2014; Tobacco Free Kids, 2015).

Essa situação evidencia uma forte concentração de capital e rentabilidade. A partir de dados relativos ao ano de 2014 pode-se constatar no gráfico 1, o faturamento das principais empresas ligadas ao setor:

Gráfico 1- O faturamento das dez empresas de tabaco em 2014 (bilhões de dólares)



Fonte: Statista (2015).

* Empresas de capital aberto

As vendas líquidas dessas dez empresas totalizaram US\$ 144,8 bilhões, com destaque para a Philip Morris International (PMI), que atingiu US\$ 30,9 bilhões no ano de 2014.

Diante desse contexto, Silveira e Dornelles (2010, p. 17) enfatizam que:

A recorrente ampliação das margens de lucro das corporações multinacionais de cigarro guarda íntima relação com a intensificação do processo de concentração de capital no mercado mundial tabaqueiro, mas também é resultado das ações estratégicas postas em prática pelas corporações nesse contexto de globalização da economia, no sentido de ampliarem e consolidarem suas posições nesse mercado oligopolizado.

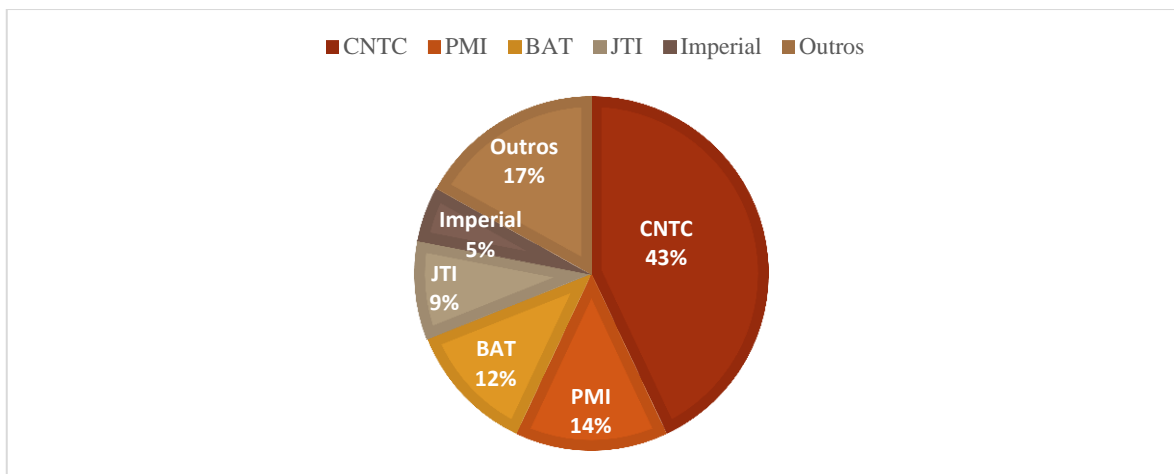
Historicamente, as companhias de tabaco ocidentais expandiram suas vendas globais usando o investimento e a liberalização do comércio para entrar em novos mercados e

adquirir empresas menores na América Latina na década de 1970, partes da Ásia na década de 1980 e do antigo bloco comunista em 1990 (GILMORE et al., 2015).

Além da aquisição de empresas e a entrada em novos mercados, as corporações tabaqueiras têm se consolidado através de fusões, sendo o mercado internacional de cigarros, durante a última década, orquestrado por cinco grandes organizações: China National Tobacco Corporation (CNTC), Philip Morris International (PMI), British American Tobacco (BAT), Japan Tobacco International (JTI) e Imperial Tobacco.

Segundo dados da Euromonitor (2013), a CNTC detém 43% do mercado, seguida da PMI com 14%, BAT com 12%, JTI com 9% e Imperial 5%, conforme o gráfico 2:

Gráfico 2 - O mercado internacional de cigarros (em porcentagem) em 2013



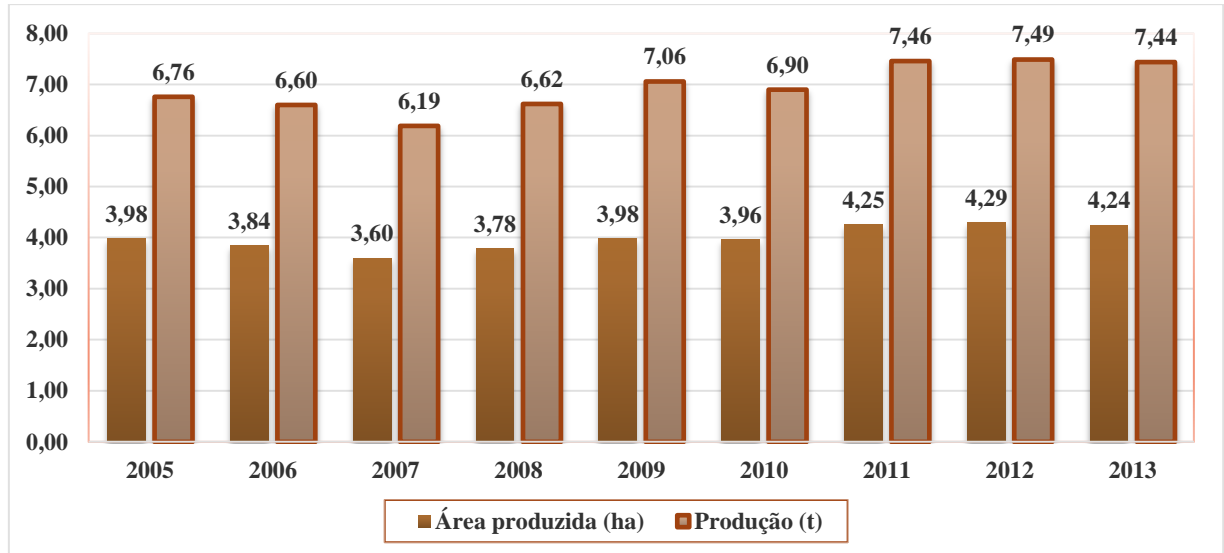
Fonte: Adaptado de Euromonitor International (2014); Bloomberg Business (2014); Gilmore et al. (2015).

A China National Tobacco Corporation (CNTC) é uma estatal que detém o monopólio sobre a venda de tabaco na China e se sobressai como a maior produtora mundial de cigarros. Conforme a Bloomberg Business (2014), a estatal chinesa em 2012 teve um faturamento bruto de US\$ 170 bilhões. Em 2013 fabricou cerca de 2,5 trilhões de cigarros e sua maior concorrente, a Philip Morris International (PMI), produziu o equivalente a 880 milhões de unidades.

Ainda de acordo com a Bloomberg Business (2014), a China dispõe em torno de 160 marcas de cigarros, 100 fábricas que empregam 500 mil trabalhadores, totalizando 20 milhões de pessoas envolvidas na cadeia produtiva (direta e indiretamente). Os chineses, também foram responsáveis pela importação de 538.960 toneladas de tabaco na safra de 2011/12 segundo dados da AFUBRA (2014).

Com relação a produção mundial, o tabaco é cultivado em 124 países e ocupou em 2013, uma área de 4,24 milhões de hectares (STATISTA,2015). A área produzida no período de 2005 e 2013 oscilou entre 3,60 e 4,29 milhões de hectares, sendo ilustrado no gráfico 3:

Gráfico 3 - Área produzida (ha) e a produção (t) de tabaco mundial em milhões no período entre 2005 e 2013



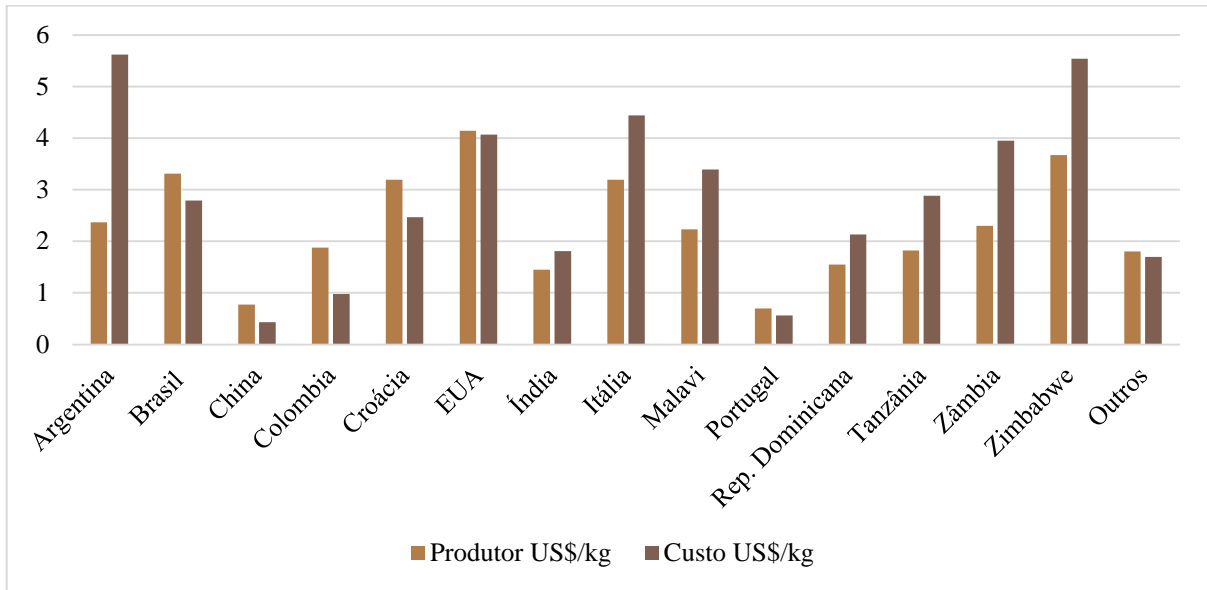
Fonte: Statista (2015).

Nesse período, o ano de 2007 fez a menor área produzida (3,6 milhões de hectares). O ano de 2012 alcançou o patamar de 4,29 milhões de hectares. De acordo com o gráfico 3, a produção mundial do tabaco apresentou entre 2005 e 2013, variações entre 6,19 e 7,49 milhões de toneladas.

A China produziu o equivalente a 3,15 milhões de toneladas de tabaco em folhas no ano de 2013. Destacaram-se ainda nesse período os seguintes países: Brasil (851mil t), Índia (830mil t), EUA (346 mil t), Indonésia (260 mil t), Zimbabwe (150 mil t), Malawi (133 mil t), Argentina (115 mil t), Paquistão (108 mil t) e Turquia (90 mil t) (STATISTA, 2015). Esses nove países juntos produziram 2,88 milhões de toneladas, volume inferior ao total produzido somente pela China.

No que se refere à produção e ao processamento de tabaco, os países produtores apresentaram custos distintos que afetam o preço final de sua comercialização e exportação. Custos esses, decorrentes da carga tributária existente, das condições de financiamento disponíveis para a produção, do modo de produção, nível de produtividade da lavoura e do processamento industrial, e, principalmente das relações sociais de produção e da remuneração do trabalho empregado na lavoura de tabaco e no seu processamento industrial (SILVEIRA; DORNELLES, 2010). Esses valores são retratados no gráfico 4:

Gráfico 4 - Valores recebidos pelos produtores e respectivos custos de produção safra 2011/12



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da AFUBRA (2014).

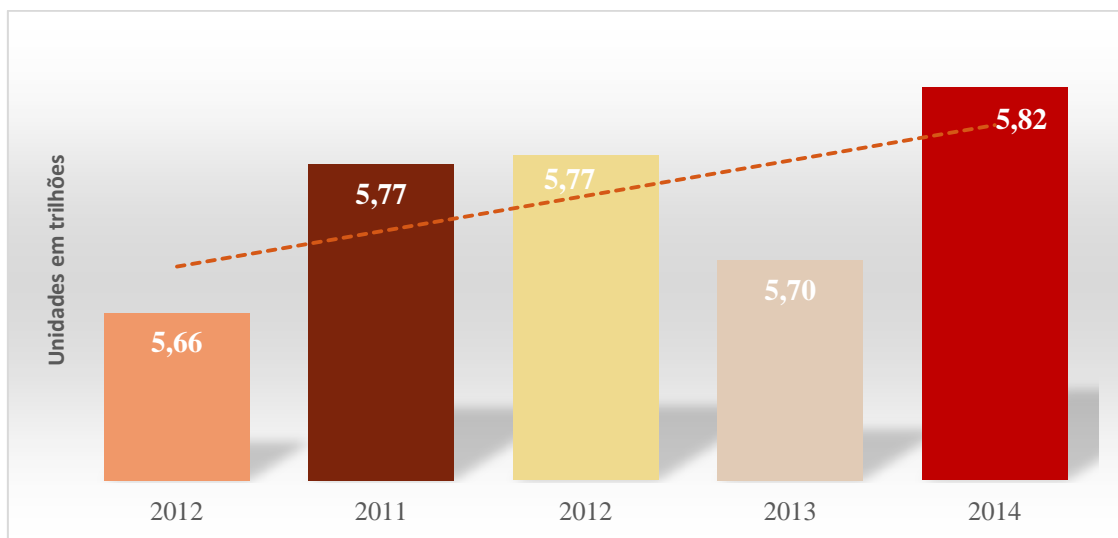
Segundo a AFUBRA (2014), o valor líquido recebido pelos países produtores por quilograma na safra de 2011/2012 foi de: Colômbia (US\$ 0,98), Croácia (US\$ 0,72), Brasil (US\$ 0,52), China (US\$ 0,34), Portugal (US\$ 0,14), Outros (US\$ 0,1) e EUA (US\$ 0,07). Ainda conforme a AFUBRA, os países onde os custos de produção por quilograma são superiores ao valor recebido pelo produtor e que são subsidiados pelos governos são: a Argentina (US\$ -3,25), Zimbábue (US\$ -1,87), Zâmbia (US\$ -1,65), Itália (US\$ -1,25), Malavi (US\$ -1,16), Tanzânia (US\$ -1,06), República Dominicana (US\$ -0,58) e Índia (US\$ -0,36).

Com relação ao consumo mundial, a China é uma das grandes reservas de mercado, além do aumento da população e da renda, o crescente consumo entre as mulheres explica o aumento no consumo de tabaco gradualmente. Assim sendo, a China absorve 43% do total dos cigarros no mundo.

Apesar de ter assinado a Convenção Quadro de Controle ao Tabaco, o governo chinês reluta em tomar medidas para diminuir o consumo, pois se estima que 7% da receita do governo provém da venda de cigarros (BLOOMBERG BUSINESS, 2014). Segundo Fong et al. (2015), o país dispõe de várias leis e regulamentos diferentes para a normatização do fumo em locais públicos, muitos a nível local. Os autores ressaltam ainda que, até 2015, estes regulamentos locais antifumo não tinham sido abrangentes e não foram integralmente aplicados, fato esse, que prejudica a eficácia das atuais políticas antitabagistas na China.

Além da China, o consumo de cigarros está crescendo em países de baixa e média rendas e diminuindo em países de alta renda (WHO, 2015). As vendas estão mudando de mercados desenvolvidos, como os da Europa Ocidental, onde a prevalência do tabagismo está em declínio e onde as operações das empresas de tabaco estão mais restritas por políticas governamentais, para mercados emergentes como a Ásia e a África (EUROMONITOR INTERNATIONAL, 2014). Nesses mercados emergentes, as empresas aproveitam ambientes de regulação mais brandos, a crescente população e o aumento da renda. Assim sendo, o consumo mundial de cigarros é ilustrado no gráfico 5:

Gráfico 5 - Consumo mundial de cigarros no período de 2012 a 2014



Fonte: Elaborado pela autora com dados do Anuário Brasileiro do Tabaco (2013); Tobacco Atlas (2015).

Segundo o Anuário Brasileiro do Tabaco (2013), o consumo mundial de cigarros em 2010 foi de 5,66 trilhões, em 2011 alcançou 5,77 trilhões e em 2012 totalizou 5,77 trilhões. Em 2014 o consumo chegou ao patamar de 5,818 trilhões de unidades (TOBACCO ATLAS, 2015).

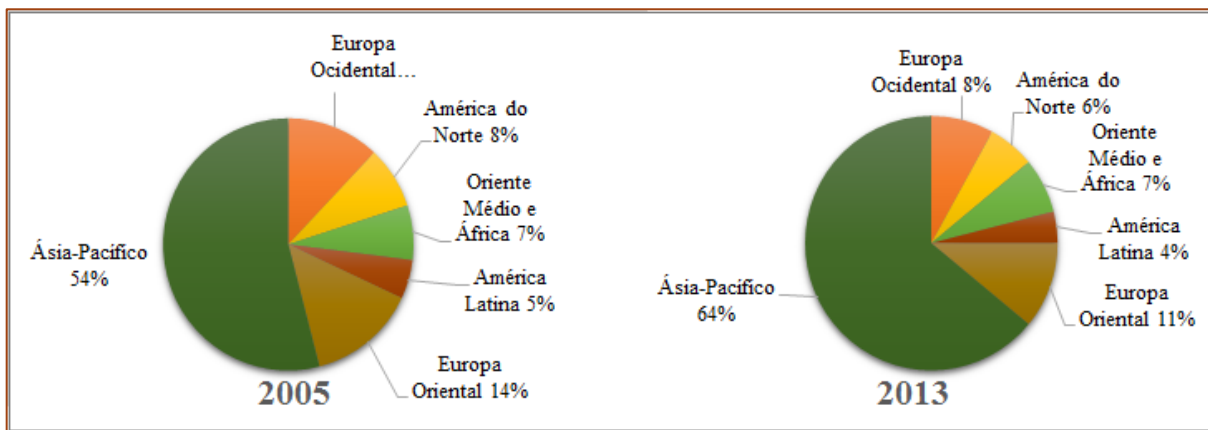
Ng et al. (2014) ressaltam que, apesar do progresso na redução da prevalência do tabagismo desde 1980, o número de fumantes tem aumentado constantemente em todo o mundo, e há indicações preliminares de que a prevalência global entre os homens aumentou nos últimos anos.

Gilmore et al. (2015) evidenciam que o futuro da indústria do tabaco depende do aumento do consumo em países de baixa e média rendas. Concluem que, para impulsionar as vendas, a indústria comercializa seus produtos pesadamente, alvejando deliberadamente não-fumantes, mantendo inicialmente os preços baixos para posteriormente, aumentá-los garantindo assim, lucros maiores.

Lee, Lee e Holden (2012) enfatizam que, na Coreia do Sul, diversas táticas foram usadas, principalmente após o acesso ao mercado em 1988. Philip Morris e BAT iniciaram estratégias agressivas de marketing, novos canais de distribuição e iniciativas de responsabilidade social corporativas. Ainda conforme os autores, essa participação de mercado que era de 2,9% em 1988, subiu para 27% em 2005 e alcançou 43% do mercado interno em 2009. Esse crescimento ocorreu mesmo diante de medidas de controle ao tabagismo a partir de 2001.

Entre 2005 e 2013, as vendas de cigarros no Pacífico Asiático e na região do Oriente Médio e África aumentaram, enquanto que todas as outras regiões experimentaram vendas em declínio, conforme o gráfico 6:

Gráfico 6 - Os mercados emergentes de cigarros nos anos de 2005 e 2013

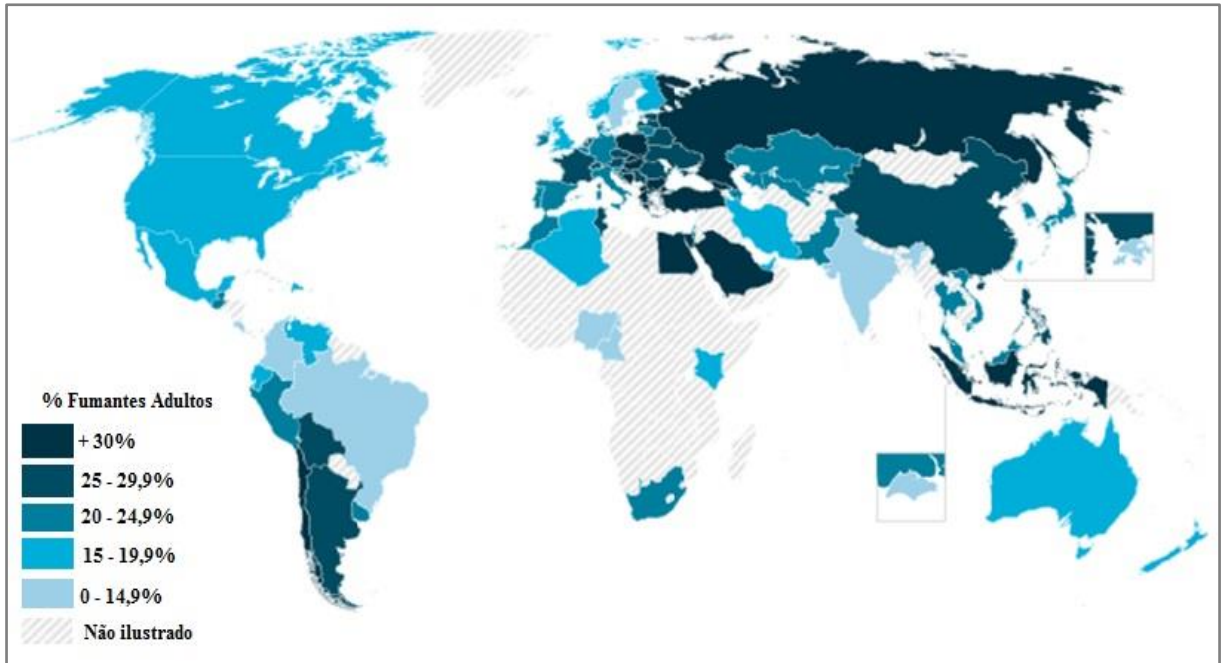


Fonte: Euromonitor International (2014); Tobacco Free Kids (2014).

Embora as taxas de tabagismo tenham diminuído nas últimas décadas, mais pessoas fumam no mundo atualmente frente a 1980, decorrentes do crescimento populacional e da popularidade dos cigarros em países emergentes. Oito dos dez maiores consumidores mundiais estão na Ásia. Quanto aos países com maior consumo mundial de cigarros (em unidades) em 2013, sobressaíram-se: China (2,52 trilhões), Rússia (347,23 milhões), USA (285,15 milhões), Indonésia (221,17 milhões), Japão (195,04 milhões), Índia (100,90 milhões), Turquia (92,25 milhões), Coreia do Sul (88,46 milhões), Filipinas (86,65 milhões) e Vietnã (85,30 milhões de unidades) (EUROMONITOR, 2014).

World Health Organization (2015), assegura que cerca de 80% de um bilhão de fumantes do mundo vivem em países de baixa e média rendas. A figura 5 ilustra os países com maior consumo de tabaco segundo dados da Euromonitor International (2013):

Figura 5 - Países com maior consumo de tabaco no mundo em 2012



Fonte: Euromonitor International (2013).

As taxas de tabagismo estão em declínio na maioria das economias desenvolvidas (particularmente na América do Norte, Austrália e Escandinávia), mas uma tendência contrária é evidente em muitos mercados, como a Rússia, Indonésia, Polônia, Egito, Arábia Saudita, Indonésia e Chile.

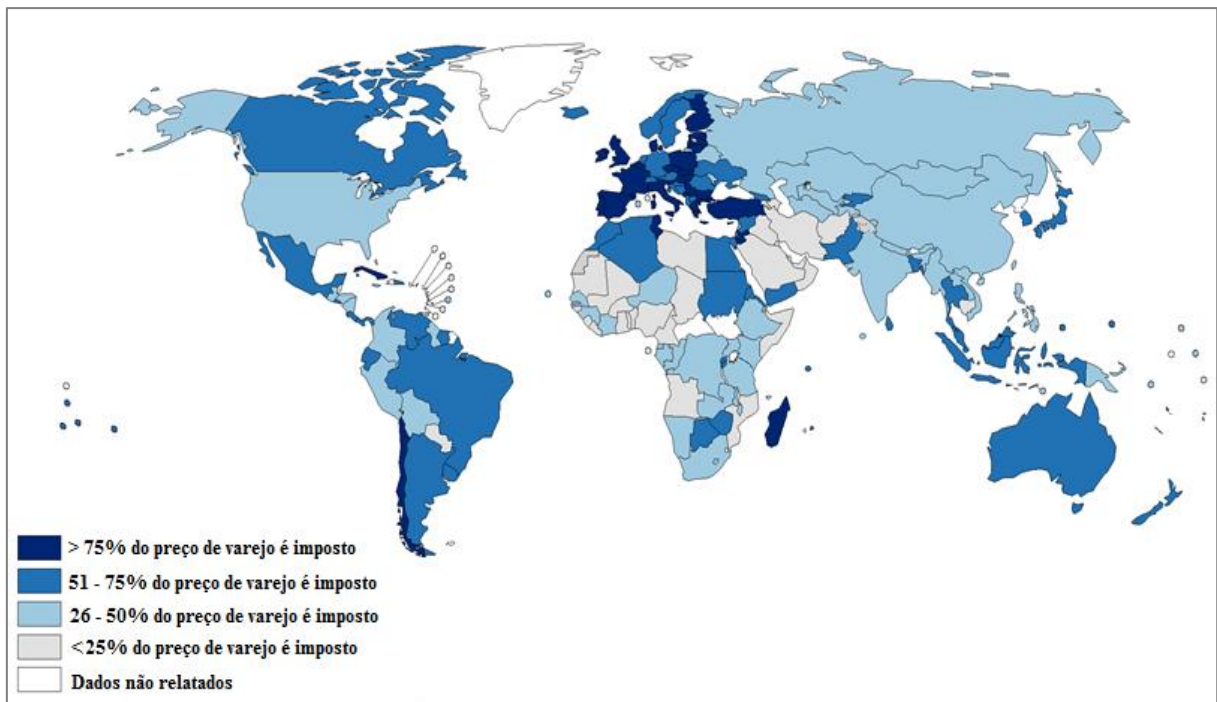
Governos de diversos países e regiões têm elevado impostos, conseqüentemente, os preços, para coibir o consumo de tabaco, que é tratado, em praticamente toda parte, como produto de tributação especial (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2009).

Rothwell, Britton e Bogdanovic (2015, p.2), apontam que “o uso de impostos para aumentar o preço dos produtos do tabaco é uma política fundamental para evitar a captação de fumantes, incentivo para parar ou reduzir o consumo de tabaco, além de ser eficaz entre os jovens e os socioeconomicamente desfavorecidos”.

Diante disso, segundo a Organização Mundial da Saúde (2013), destacam-se vários países da Europa como maiores tributadores sobre o cigarro e que representam mais de 75% sobre o valor do preço final. Madagascar, na África, e Chile, na América do Sul, também apresentam tributações elevadas (OMS, 2013).

A figura 6 apresenta os impostos sobre os cigarros manufaturados no mundo em 2012:

Figura 6 - Taxas de impostos sobre os cigarros no mundo em 2012



Fonte: WHO (2013).

Rothwell, Britton e Bogdanovic (2015, p.2) corroboram que sucessivos impostos aumentaram progressivamente o valor dos cigarros no varejo nas últimas décadas no Reino Unido e atualmente estão entre os mais altos da Europa. Ainda conforme os autores, os efeitos de aumentos de impostos são um componente essencial da política de controle do tabaco no Reino Unido, entretanto, estão sendo neutralizados substancialmente por diferenças de preços entre os diferentes tipos de tabaco e mesmo entre marcas diferentes.

Diante dessa situação, Johnston e Fong (2014) defendem a necessidade de harmonização dos impostos em diferentes produtos do tabaco a uma taxa uniforme que desencoraje a substituição para marcas mais baratas e a evasão fiscal. Os autores ressaltam ainda, que isso é especialmente importante em países de baixa e média rendas, onde as formas de produtos do tabaco (por exemplo, bidis e tabaco em Bangladesh e na Índia) são mais baratos.

Em relação aos países com menor tributação, os países africanos e alguns asiáticos, como a Arábia Saudita, Síria, Iraque, Irã e Afeganistão apresentaram a tributação sobre o valor final menor ou igual a 25%. Com taxas mais brandas entre 25 e 50% sobre o valor final, evidenciaram-se a maioria dos países da Ásia e diversos países africanos, na América do Sul (Bolívia, Peru, Colômbia e Guiana) e na América do Norte, os Estados Unidos.

Dentro desse contexto abordado anteriormente, onde o consumo do cigarro tradicional (manufaturado) cresce em países de baixa e média rendas, com diminuição em países de alta renda, um novo subproduto do tabaco surge com crescente e larga aceitação do consumidor. O cigarro eletrônico irrompe-se como uma estratégia de investimentos das grandes corporações e é discutido na seção seguinte, assim como o uso do tabaco para produção de remédios e biocombustíveis.

4.2. OS NOVOS SUBPRODUTOS DO TABACO

Além dos subprodutos ilustrados na figura 4, o cigarro eletrônico, também chamado de “*e-cigarro*”, “*e-cig*” ou “*e-cigarette*”, tem auferido crescente aceitação mundial. A indústria está passando por uma chamada revolução do “vapor”. O cigarro eletrônico é um aparelho mecânico-eletrônico desenvolvido com o objetivo de simular um cigarro e o ato de fumar.

Herbert A. Gilbert foi o primeiro mentor da ideia de um dispositivo eletrônico de fumar. Em 1963, ele registrou uma patente para este tipo de produto. Mas uma ideia não era suficientemente interessante naquela época em que os cigarros eram tão comuns e tão bem aceitos em nossa sociedade (EVER SMOKE ELECTRONIC CIGARETTES, 2015).

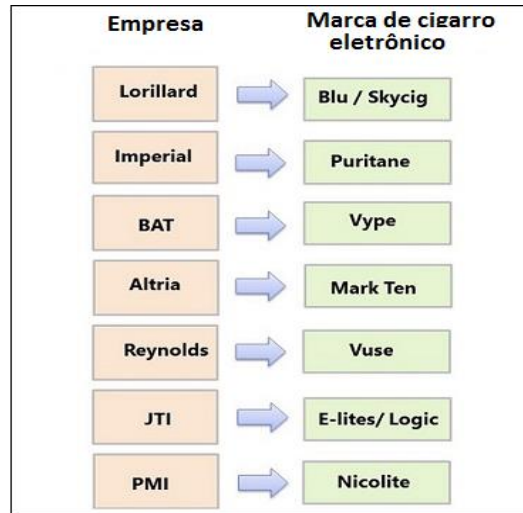
Em 2003, o farmacêutico chinês chamado HonLik, sob a alegação de ser uma forma menos nociva de consumir a nicotina, aperfeiçoou a versão (BOSELEY, 2015). Os benefícios e os riscos do uso do cigarro eletrônico são incertos.

Nos Estados Unidos, cerca de 300 empresas estão vendendo e-cigarros, principalmente através da internet (TOBACCO TATICS, 2015). Esse ambiente está mudando, com grandes fabricantes entrando no mercado, uma vez que já estabeleceram pontos de distribuição, os recursos para cobrir os custos de comercialização e as exigências com a futura regulamentação.

Gilmore et al. (2015) ressaltam que essas evidências sugerem que a indústria do tabaco pode simplesmente procurar aproveitar os benefícios reputacionais e de acesso de *e-cigarros*, enquanto está restringida sua capacidade de competir efetivamente com cigarros tradicionais.

Mesmo diante da discussão sobre a regulamentação, os anos de 2013 e 2014 foram de grandes investimentos por parte das corporações. A figura 7 demonstra uma esquematização da entrada das indústrias do tabaco para o mercado de e-cigarros:

Figura 7 - As grandes empresas de tabaco e a aquisição de marcas de cigarros eletrônicos



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Tobacco Atlas (2015); Tobacco Tactics (2015).

A British American Tobacco (BAT), segunda maior empresa privada do setor em faturamento, lançou a *Vype* em agosto de 2013, um e-cigarro desenvolvido pela empresa CN Criativa, que foi adquirida em dezembro de 2012. Em fevereiro de 2014, a BAT anunciou que seus e-cigarros *Vype* seriam vendidos no Reino Unido (SOUZA CRUZ, 2013).

A Lorillard, a terceira maior fabricante de cigarro nos EUA, adquiriu a empresa *BluCigs* de e-cigarros por supostos US \$ 135 milhões em 2012 e entrou no mercado do Reino Unido, assumindo *Skycig*, uma marca *premium* líder de cigarros eletrônicos na Grã-Bretanha (DIGITAL JOURNAL,2013).

A tabaqueira americana Reynolds adquiriu a rival Lorillard por US\$ 27,4 bilhões em julho de 2014. A Japan Tobacco International (JTI) adquiriu no Reino Unido a marca *E-lites* em junho de 2014 da proprietária *Zandera*. No início de 2014, a Imperial Tobaccos apresentou o seu próprio e-cigarro chamado *Puritane* (TOBACCO TATICS, 2015).

A Philip Morris International (PMI) anunciou em dezembro de 2013 que estava formando uma parceria com a Altria para comercializar cigarros eletrônicos e outros produtos do tabaco com risco reduzido. A PMI ganhou o direito de vender exclusivamente os e-cigarros da Altria fora dos Estados Unidos. Em 26 de Junho de 2014, a PMI anunciou que tinha adquirido no Reino Unido a marca *Nicolites* (TOBACCO TATICS, 2015).

A empresa Japan Tobacco Inc. (JTI) divulgou que entrou em um acordo para adquirir Logic Technology Development LLC (*Logic*), uma das principais marcas dos Estados Unidos de *e-cigarros* (PRNEWSWIRE, 2015).

Todavia, pelos investimentos realizados nos últimos anos, percebe-se que há uma tendência no mercado em direção a esse tipo de produto. A disputa pelo mercado *e-cigarro* se mostra acirrada, onde as patentes desempenham um papel importante e as corporações tabaqueiras competem com rivais menores pela quota de mercado (TOBACCO TATICS, 2015).

Conquanto, não está claro se esses produtos vão ajudar as pessoas a parar de fumar, desencorajar fumantes de desistir completamente, ou tornar-se uma porta de entrada para a dependência da nicotina a novos usuários, incluindo crianças e adolescentes (TOBACCO FREE KIDS, 2015). Produtos *e-cigarros* não são regulados e as consequências para a saúde à longo prazo permanecem desconhecidas (TOBACCO ATLAS, 2015).

Em julho de 2013, a Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu um comunicado sobre os e-cigarros desaconselhando o uso, até que fossem considerados seguros, pois os riscos potenciais permanecem "indeterminados". O conteúdo das emissões de vapor ainda não foi exaustivamente estudado (TOBACCO TATICS, 2015). Além disso, a eficácia dos *e-cigarros* para ajudar as pessoas a pararem de fumar, não foi cientificamente demonstrada. Até o início de 2014, grande parte dos países não dispunham de regulamentação sobre qualidade, ingredientes, segurança, nem regras específicas sobre o marketing de e-cigarros (TOBACCO TATICS, 2015).

Atentos a isso, em maio de 2016, todos os 28 países da União Europeia (EU), objetivam regulamentar os e-cigarros. Conforme o Tabacco Atlas (2015), os fabricantes serão obrigados a divulgar todos os ingredientes e dados toxicológicos, além de fornecer uma descrição do processo de produção e a quantidade de nicotina nos recipientes de abastecimento que serão limitados, os produtos serão obrigados a transportar advertências de saúde e a publicidade dos e-cigarros banida.

No Brasil a venda de e-cigarros é proibida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), desde 2009, justamente por não haver provas consistentes sobre o uso seguro. A ANVISA proibiu a comercialização, a importação e propaganda de quaisquer dispositivos eletrônicos para fumar, conhecidos como cigarros eletrônicos, *ecigarretes*, *e-ciggy*, *ecigar*, entre outros, especialmente os que aleguem substituição de cigarro, cigarrilha, charuto, cachimbo e similares no hábito de fumar ou objetivem alternativa no tratamento do tabagismo (BRASIL, 2015).

Mesmo assim, Bonnie Herzog, analista da Wells Fargo Securities prevê vendas de produtos de vapor subindo de 400 milhões de embalagens equivalentes em 2013 para 5 bilhões em 2022. Ainda segundo a analista, conveniência e facilidade de uso são focos crescentes (ATLAS TOBACCO, 2015; MILSTEAD, 2014).

Não obstante, dentro dessa nova opção de consumo há também, um assunto bastante polêmico. Vaporizadores são facilmente usados para fumar tabaco, mas a sua popularidade também ocorre entre os usuários de maconha. As empresas de tabaco nunca discutiram publicamente sobre o interesse em entrar no negócio da maconha. Isso é compreensível, pois a venda de maconha ainda é ilegal na maioria dos países, todavia, ela surge como um mercado potencial (BERSHIDSKY, 2015; BARRY; HIILAMO; GLANTZ, 2014).

Bershidsky (2015) ressalta que, se a maconha recreativa está legalizada atualmente em quatro estados norte-americanos, as empresas de tabaco estão perfeitamente atentas e posicionadas para capturar esse vasto mercado.

Barry, Hiilamo e Glantz (2014) evidenciam que, pelo menos desde a década de 1970, as empresas de tabaco têm se interessado pela maconha e a sua legalização, tanto como mercado potencial, como um produto rival. Ainda conforme os autores, como a opinião pública mudou, e os governos iniciaram leis referentes à criminalização da maconha, as companhias de tabaco modificaram suas estratégias de planejamento corporativo para se preparar para a futura demanda do consumidor.

Mais de 19,8 milhões de americanos com idades entre 12 e mais velhos relataram o uso de maconha em 2013 (DRUGWARFACTS, 2014; BARRY; HIILAMO; GLANTZ, 2014). Bershidsky (2015) ressalta que as corporações já têm sistemas de distribuição, comercialização de máquinas, instalações industriais para fazer cigarros de maconha e pacotes para uso de vaporizadores, projetos patenteados para os próprios vaporizadores, laboratórios de pesquisa e, possivelmente, até mesmo um avanço no desenvolvimento do produto comercial e, por último, mas não menos importante, os recursos de caixa.

As companhias de tabaco com recursos, longa experiência com regulamentações governamentais, além das relações com gerações de agricultores, tem o necessário para entrar nessa atividade (BARRY; HIILAMO; GLANTZ, 2014).

Simultaneamente a isso, existem também, estudos com plantas de tabaco para tratamento de diversas doenças. Medicamentos derivados de plantas por meio de evoluídos processos genéticos, onde os cientistas estão convertendo plantas como a *nicotiana benthamiana* e *nicotiana tobaccum* em plataformas de fabricação para uma grande variedade

de terapias com base em proteínas para tratamento do ebola, do câncer e do HIV/AIDS (OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TABACO, 2015).

Segundo Powell (2015), o anticorpo experimental *cocktail zmapp*TM, também produzido no tabaco, tem se mostrado promissor como uma intervenção terapêutica de emergência contra o vírus Ebola. Ainda conforme o autor, as oportunidades agora, redirecionam o tabaco a novas aplicações da biologia sintética, produção de enzimas industriais e a produção de biocombustíveis.

Quanto a produção de biocombustíveis, estudos apontam para a sua produção através das folhas do tabaco. Produzido em mais de 100 países, o tabaco pode gerar várias colheitas por ano, suas folhas grandes tem capacidade de armazenar uma considerável quantidade de óleo, sendo passível de engenharia genética (BERKELEY, 2014).

As empresas de aviação Boeing e South African Airways (SAA) anunciaram que estão perto do processamento da primeira colheita de plantas de tabaco para a produção de biocombustível (SOUTHAFRICAINFO, 2014). A matéria-prima é *solaris*, uma planta de tabaco sem nicotina, desenvolvida e patenteada pela empresa de biotecnologia italiana Sunchem. Ao invés de matéria-prima para a produção de cigarros, a planta *solaris* oferece flores e sementes de óleo que podem ser extraídas para a produção de combustível. A Sul Africano Airways espera usar 20 milhões de litros de biocombustível em 2017, e pretende chegar a 400 milhões de litros em 2023 (SOUTHAFRICAINFO, 2014).

Diante do exposto, a sessão seguinte faz uma contextualização do mercado de tabaco no Brasil, com ênfase para a região sul do país, maior produtora nacional.

4.3 DIMENSÕES DO MERCADO DE TABACO BRASILEIRO

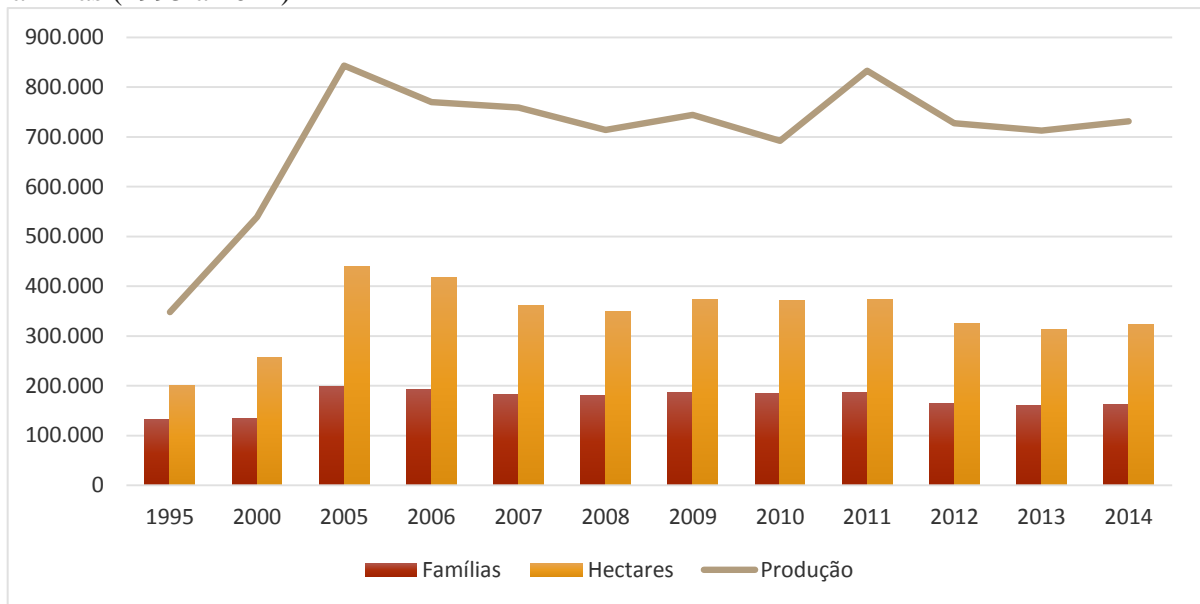
O Brasil é atualmente o segundo maior produtor de fumo do mundo, sendo os três estados do sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), responsáveis por 97,4% da produção nacional (AFUBRA, 2014). Áreas de cultivo também estão localizadas nos estados do Nordeste (Bahia, Sergipe e Alagoas), produzindo tabacos escuros para charutos e cigarrilhas.

O tabaco produzido na região Sul do Brasil é dividido em dois grupos: tabaco de galpão e tabaco de estufa. No tabaco de galpão, as variedades desse grupo são assim chamadas, pois as plantas são curadas em galpões. São produzidos o “*Burley*” e o “Galpão

Comum”, ambos com tonalidade escura e que participam com 14% e 1%, respectivamente, do total produzido nessa região (SINDITABACO, 2014). No tabaco de estufa fazem parte as folhas claras submetidas à cura em estufas e essas variedades são utilizadas para a produção de cigarros.

No tocante à produção, área cultivada e famílias envolvidas na produção, o gráfico 7 ilustra o período entre 1995 e 2014, conforme dados da AFUBRA (2014) e SINDITABACO (2015):

Gráfico 7 - A região sul do Brasil, área cultivada, produção em toneladas e o número de famílias (1995 a 2014)



Fonte: Elaborado pela autora com dados da AFUBRA (2014); SINDITABACO (2015).

Como se pode constatar, no ano de 1995 houve a menor produção do período, com 348 mil toneladas e 133 mil famílias envolvidas na produção. Mas o que se observa é que no período entre 1995 e 2005 se sucedeu uma expansão da produção de 142,24%, alcançando 843 mil toneladas, com acréscimo de 49,26 % no número de produtores, totalizando 198 mil produtores envolvidos na atividade.

Silva (2002, p. 223) evidencia que “na década de noventa, a melhoria da qualidade do tabaco brasileiro fez com que o país ampliasse sua participação no mercado internacional, chegando à condição de primeiro exportador mundial, em 1993, algo que se mantém até os dias atuais”. Ainda segundo o autor, o volume exportado foi significativamente aumentado a partir de 1992, em decorrência da consolidação dos seus mercados compradores e de uma iminente redução da participação dos Estados Unidos neste comércio.

Esse significativo crescimento (produção, área e famílias produtoras) é justificado devido à estrutura oligopólica consolidada nos anos noventa, fruto de fusões e incorporações que facilitaram os investimentos feitos no período.

Ainda de acordo com Silva (2002, p. 223):

Diante dessa estrutura, a coordenação do complexo se tornou mais eficiente, trazendo, como consequência, economias de escala, pesquisas para a melhoria da estrutura e do desempenho de todo o complexo e ainda alguma diferenciação do produto, frente aos seus concorrentes.

No período entre 2006 e 2014 verifica-se uma variação na produção entre 700 e 800 mil toneladas, com exceção dos anos de 2010 com 692 mil toneladas (devido ao fenômeno “*El Niño*” gerando perdas de produtividade) e no ano subsequente (2011), atingindo 833 mil toneladas produzidas.

Em 2013 houve uma queda no número de produtores envolvidos na produção, totalizando 160 mil, perfazendo 713 mil toneladas, mas também, sucedeu-se um recorde na produção por hectare (2.270 quilogramas). No ano de 2014 ocorreram aumentos na produção (731 mil toneladas) e no número de famílias envolvidas no cultivo (162 mil).

No que se refere aos aumentos de produtividade por hectare, a produtividade média do tabaco da variedade Virgínia era de 1.875 quilogramas por hectare na década de 1980. A estimativa da safra 2014/15 aponta para 2.282 quilogramas, ou seja, um crescimento gradual no rendimento da produção de 21,7%. Esse aumento, segundo o Portal do Tabaco (2015), se deve à evolução no uso correto do solo, com calcário para corrigir a acidez, adubação verde e a adoção do sistema de cultivo mínimo.

Quanto à distribuição da produção, o Rio Grande do Sul na safra de 2013/14, englobou 274 municípios, representando 52% do total produzido na Região Sul. O estado de Santa Catarina teve representatividade de 29% em 223 municípios. O estado do Paraná produziu o equivalente a 19% em 154 municípios (SINDITABACO, 2015).

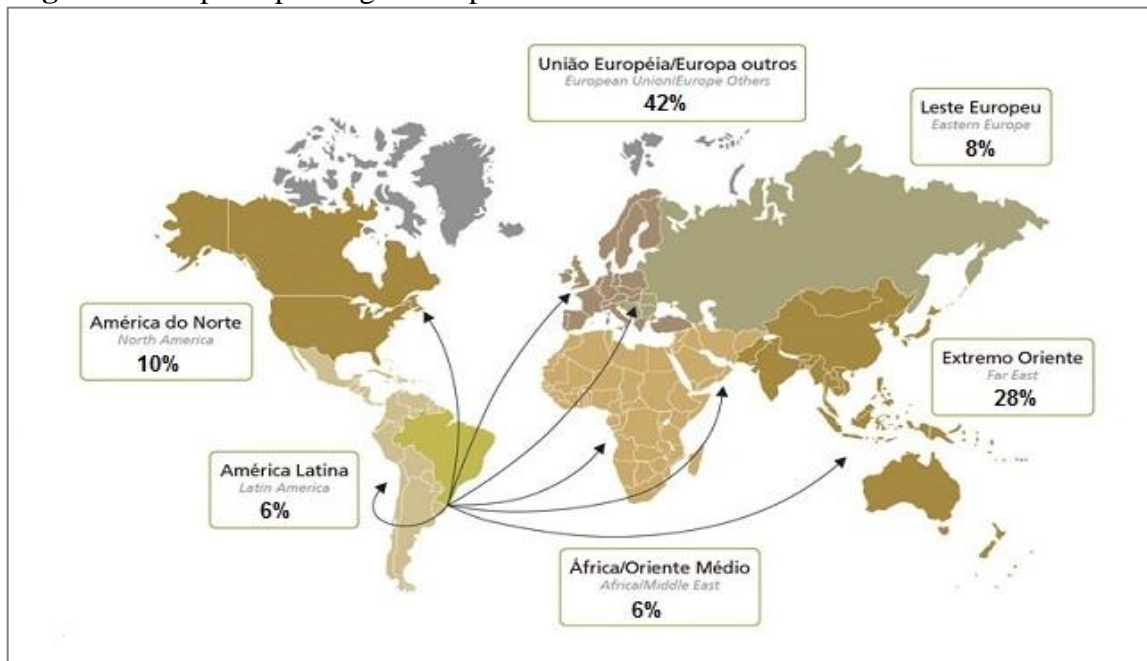
De acordo com a AFUBRA (2014), o país mantém a liderança mundial nas exportações desde 1993, e em 2013, exportou 88% da produção total. As características não apenas da qualidade do tabaco (*flavour*), mas também, de uma estruturada cadeia produtiva possibilitaram a capilaridade dos mercados atendidos, o que tem garantido a continuidade das exportações brasileiras.

O Brasil em 2014 embarcou 473 mil toneladas de tabaco, o que representou 1,11% do total das exportações brasileiras, gerando receita de US\$ 2,5 bilhões. Entretanto, houve uma perda de 13 países importadores e 07 novas nações passaram a consumir o produto nacional, totalizando 96 destinos (SINDITABACO, 2015).

A União Europeia foi responsável por 42% das importações do tabaco sul-brasileiro. Essa representatividade se deve também, devido a Bélgica, que funciona como porto de entrada da folha brasileira (via Antuérpia), além da Holanda, via porto de Roterdã. Esses portos, são responsáveis pela distribuição para a União Europeia (UE) e para o Leste Europeu (SINDITABACO, 2014).

Na sequência dos mercados, o Extremo Oriente representou 28% do total exportado, a América do Norte importou 10%, o Leste Europeu mercenciou 8%, a África/Oriente Médio negociou 6% e a América Latina adquiriu 6% do valor total comercializado. Assim sendo, a figura 8 apresenta as principais regiões importadoras de tabaco brasileiro em 2014:

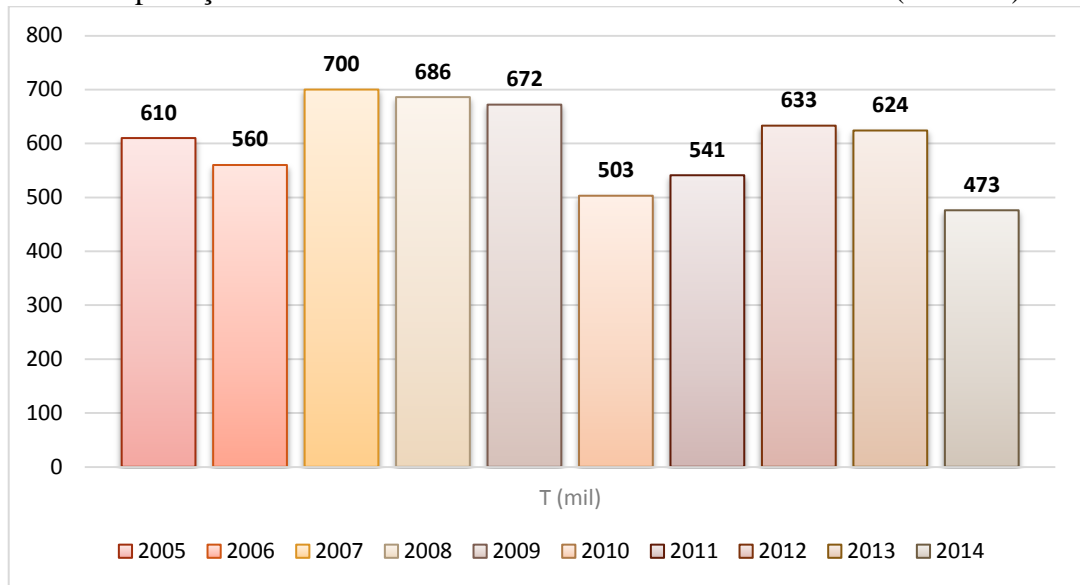
Figura 8 - As principais regiões importadoras do tabaco sul-brasileiro em 2014



Fonte: SINDITABACO (2015).

Em comparação com o ano de 2013, a União Europeia permaneceu com os (42%), sendo que houve um crescimento de (+1%) na comercialização do Leste Europeu, (+2%) no Extremo Oriente e (+1%) na América Latina. Houve uma retração de (-3%) na América do Norte e (-1%) na África/Oriente Médio.

Demonstrado o mercado internacional do tabaco brasileiro, o gráfico 8 mostra as exportações brasileiras no período entre 2005 e 2014:

Gráfico 8 - Exportações brasileiras de tabaco em folha entre 2005 a 2014 (em mil t)

Fonte: Elaborado pela autora através dos dados do SINDITABACO (2015).

Conforme os dados atestados no período analisado (2005 a 2014), as exportações de 2014 alcançaram 473 mil toneladas, a menor dos dez últimos anos. Evidenciaram-se ainda na análise em questão, os anos de 2007, 2008 e 2009 como os mais representativos em termos de quantidade exportada nesse período.

Essas exportações caracterizam-se por *commodities* (tabaco em folhas e talos) e abarcaram quase a totalidade das vendas externas, de acordo com a tabela 1:

Tabela 1 - Exportações brasileiras de tabaco em folha e cigarros (%)

Ano	Tabaco em folha (%)	Cigarros (%)
2005	99,05	0,95
2006	98,78	1,22
2007	98,54	1,46
2008	99,01	0,99
2009	99,51	0,49
2010	99,85	0,15
2011	99,86	0,14
2012	99,88	0,12
2013	98,85	1,15

Fonte: Elaborado pela autora através dos dados fornecidos pela AFUBRA (2014).

Os produtos como cigarros, charutos e cigarrilhas apresentaram uma variação entre 0,12% e 1,46% do faturamento das exportações no período analisado. Nos anos de 2010, 2011 e 2012 ocorreram as diminuições mais acentuadas nas exportações de cigarros. Em 2014,

conforme dados da Receita Federal foram exportados 14,24 milhões de maços de cigarro (embalagens com vinte unidades).

Segundo Silva e Borges (2010, p. 18):

O aumento na participação no comércio internacional do tabaco “*in natura*” é resultado das mudanças nas políticas macroeconômicas do Brasil no final dos anos 90, mais especificamente, a Medida Provisória (MP) nº 1.725 de 1998, que fixou alíquotas elevadas de impostos de exportação para cigarros e bebidas destinadas ao comércio externo.

Com relação ao consumo interno, o abastecimento é realizado pelas indústrias de cigarro estabelecidas no país com destaque para a Souza Cruz e a Philip Morris. O consumo doméstico de 2013 representou 12% da produção nacional, gerando uma receita bruta de R\$ 17,66 bilhões (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2014, p. 45).

Em 2013, o Brasil registrou o menor consumo de cigarros per capita (500,4 unidades). Em 2012 esse consumo era de 595 unidades, em 2011 totalizou 661 unidades e em 2010 chegou a 668 unidades (INCA, 2015). Segundo dados do sítio da AFUBRA (2014), o consumo de cigarros (maços com vinte unidades) em 2013 foi de 3,80 bilhões, enquanto que em 2012 alcançou 4,45 bilhões, em 2011 chegou a 4,87 bilhões e em 2010 atingiu 4,85 bilhões.

O método de cálculo do consumo aparente de cigarros é sugerido pela Organização Mundial de Saúde e adotado em vários países. A fórmula de cálculo é: Produção de cigarros – Exportação de cigarros + Importação de cigarros. Já o cálculo do consumo aparente per capita para indivíduos maiores de 15 anos, utiliza a seguinte fórmula: consumo aparente/população acima de 15 anos.

Por conseguinte, o próximo capítulo visa a analisar a cadeia agroindustrial do tabaco no RS, caracterizar os seus elos, delinear o ambiente institucional formal, as organizações formais e setores de apoio envolvidos e os principais efeitos da CQCT quanto ao consumo, produção, políticas públicas e incentivos à cadeia.

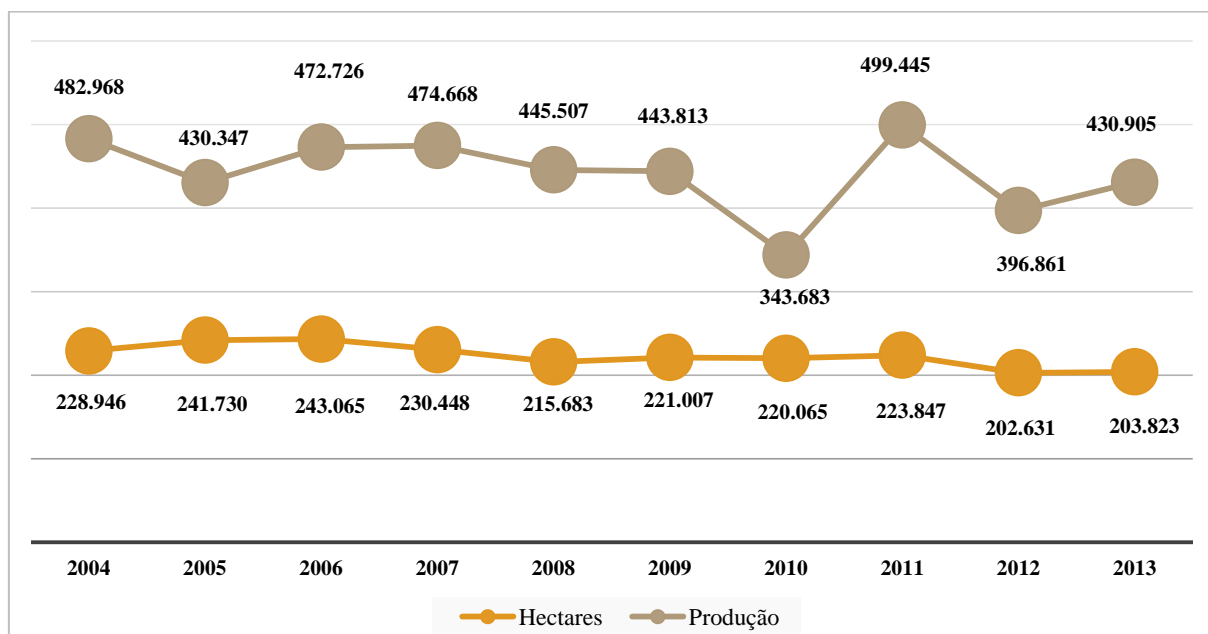
5 A CADEIA AGROINDUSTRIAL DO TABACO NO RIO GRANDE DO SUL APÓS A CQCT

5.1 A PRODUÇÃO DE FUMO NO RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul é o estado brasileiro com a maior produção de tabaco. Na safra de 2013/14, os 274 municípios envolvidos com o cultivo geraram 380.000 toneladas, o que representou 51,70% da produção total da região Sul do Brasil. Em divisas, o RS exportou o equivalente a R\$ 1,9 bilhão, representando 10,2% do total das exportações do estado em 2014 (SINDITABACO, 2015).

O gráfico 9 explicita a produção e a área produzida no RS entre os anos de 2004 e 2013, conforme dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE):

Gráfico 9 - Área plantada (ha) e produção (t) de tabaco no Rio Grande do Sul - 2004 a 2013:



Fonte: Fundação de Economia e Estatística¹ (FEE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014).

Dentro do período analisado verificou-se que a maior produção ocorreu no ano de 2011, totalizando 499 mil toneladas e a menor em 2010, com 344 mil toneladas. Essa,

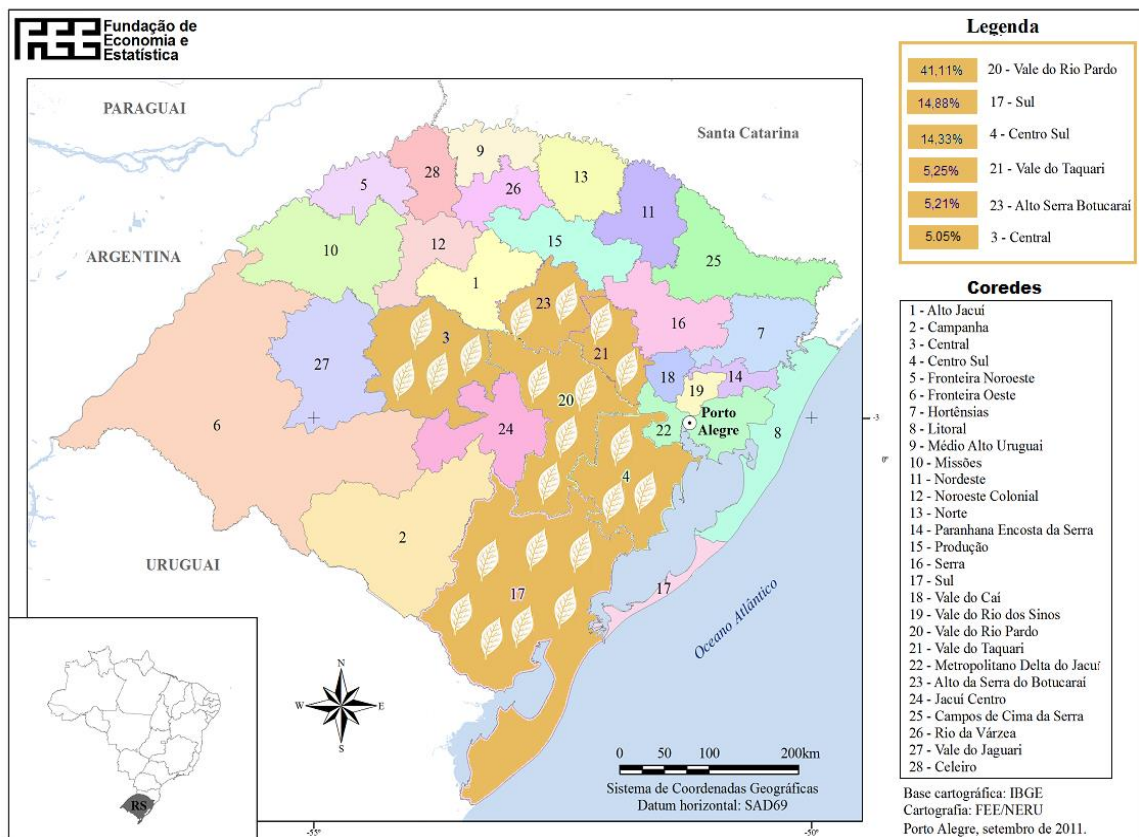
¹ Com relação a área produzida (ha) e produção (t) há diferença entre os dados FEE/IBGE e SINDITABACO /AFUBRA. Todavia a opção foi pelos dados da FEE/IBGE.

decorrente do fenômeno “*El Niño*”, que acarretou em perdas de produtividade (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2011).

Quanto a área produzida, destacaram-se os anos de 2006 e 2004 com 243 mil e 229 mil hectares respectivamente. A menor área produzida ocorreu em 2012 (203 mil hectares) e a safra de 2013 totalizou 204 mil hectares utilizados no cultivo.

Com base nos dados da FEE (2014), a figura 9 precisa a localização das seis principais áreas tabaqueiras no Estado do RS em 2013:

Figura 9 - Localização da produção de tabaco no Rio Grande do Sul (2013)



Fonte: Elaborado pela autora através de dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE,2014); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).

Nota: Divisão apresenta na figura, conforme a fonte (CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO - COREDES)

O Vale do Rio Pardo, representado na figura 9 pelo COREDE 20, foi responsável por 41,11% do total produzido no Rio Grande do Sul. Nessa região, foram entrevistados nove agentes, do total de doze, que compuseram o universo de investigação, conforme demonstrado na figura 3. O COREDE Sul produziu o equivalente a 14,88% e o Centro Sul fez 14,33%, demonstrando assim, que essas três regiões foram responsáveis por 70,32% da produção total no Estado em questão.

Todavia, cabe destacar também, que a produção está presente nas demais regiões do Estado, e a tabela a seguir, quantifica os 28 COREDES ilustrados na figura 9, com as respectivas produções de tabaco, no período entre 2005 e 2013:

Tabela 2 - Produção de tabaco nas 28 regiões do RS (2005 a 2013)

Corede	2005 (t)	2006 (t)	2007 (t)	2008 (t)	2009 (t)	2010 (t)	2011 (t)	2012 (t)	2013 (t)
Alto da Serra do Botucaraí	22.525	27.234	26.015	24.930	24.026	18.364	28.382	19.993	22.441
Alto Jacuí	340	700	482	449	415	393	450	315	450
Campanha	27	220	220	220	220	220	233	38	69
Campos de Cima da Serra	-	-	474	62	60	59	62	58	60
Celeiro	-	-	-	3.963	4.717	2.830	3.746	3.182	3.053
Central	31.016	32.938	32.282	23.512	23.725	15.319	27.019	17.863	21.753
Centro-Sul	60.618	72.365	71.674	71.623	71.976	50.016	70.602	62.577	61.748
Fronteira Noroeste	3.050	4.311	3.761	2.878	3.401	2.388	3.417	3.139	2.718
Fronteira Oeste	222	211	158	92	44	28	3	0	0
Hortênsias	8	22	18	15	14	7	10	0	0
Jacuí-Centro	16.875	17.319	19.023	20.081	18.121	14.039	21.497	16.514	17.135
Litoral	1.180	1.260	1.303	1.324	1.324	1.324	1.406	887	708
Médio Alto Uruguai	17.732	18.445	15.956	16.470	17.290	12.799	17.644	14.869	14.872
Metropolit. Delta do Jacuí	170	261	158	172	135	139	110	80	80
Missões	1.047	1.237	901	721	835	552	696	400	379
Nordeste	1.035	1.876	1.323	989	901	888	819	862	816
Noroeste Colonial	5.106	6.767	5.029	278	269	244	120	31	59
Norte	4.851	4.314	3.828	3.135	2.790	3.483	3.738	2.645	2.455
Paranhana-Enc. da Serra	90	111	70	44	44	37	17	12	12
Produção	5.591	8.428	7.563	7.292	6.569	6.532	6.628	4.939	5.366
Rio da Várzea	-	-	2.701	1.891	2.173	1.996	2.401	1.425	1.424
Serra	1.132	1.595	1.077	1.285	1.093	843	1.045	680	596
Sul	56.256	63.780	59.826	52.902	56.641	42.776	65.832	59.587	64.135
Vale do Caí	11	5	5	5	5	5	5	4	7
Vale do Jaguari	-	-	-	6.097	6.168	7.228	10.252	10.049	10.785
Vale do Rio Pardo	175.904	178.609	188.332	175.441	174.766	139.036	203.924	156.183	177.154
Vale do Taquari	25.561	30.718	32.489	29.636	26.091	21.937	29.397	20.529	22.630
Total	430.347	472.726	474.668	445.507	443.813	343.482	499.455	396.861	430.905

Fonte: FEE (2014)

Além das três regiões supracitadas como maiores produtoras de tabaco do Rio Grande do Sul, destacaram-se ainda, o Vale do Taquari com 5,25%, Alto da Serra do Botucaraí com 5,21% e a região Central que deteve 5,05% da produção estadual referente ao ano de 2013.

Com relação aos municípios, Venâncio Aires (24.975 t), Canguçu (24.200 t), São Lourenço do Sul (18.900 t), Candelária (18.170 t), Camaquã (17.600 t), Arroio do Tigre (17.412 t), Santa Cruz do Sul (15.840 t), Vale do Sol (13.730 t), Agudo (10.500 t) e Dom Feliciano (9000 t) foram responsáveis por 39,53% da produção total em 2013 (FEE, 2014).

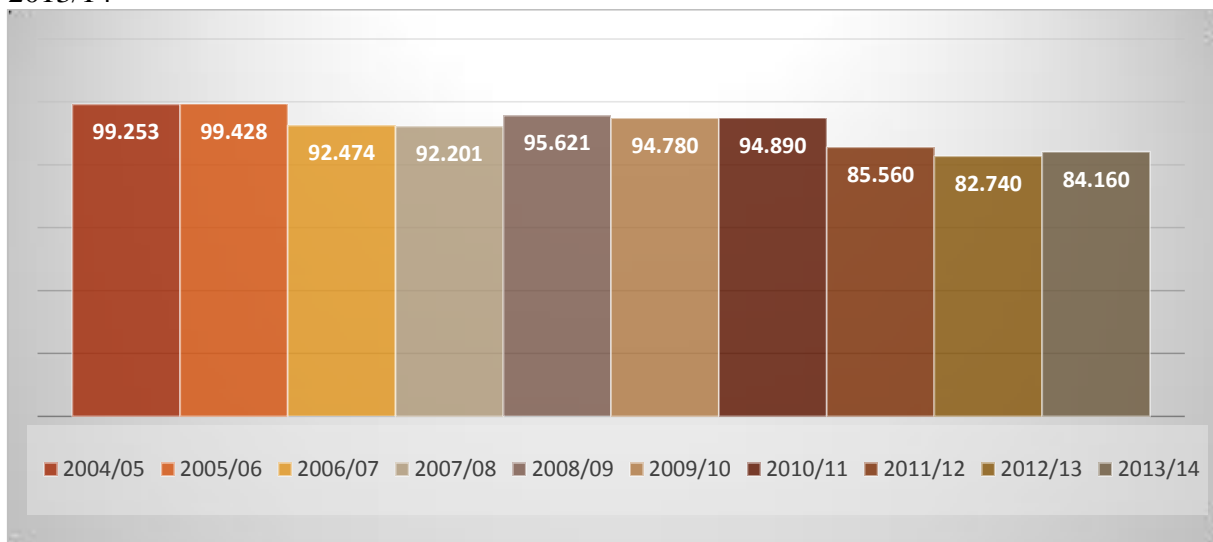
No tocante ao rendimento médio (kg/ha), a tabela 3 denota a produção de tabaco entre os anos de 2004 e 2013:

Tabela 3 - Rendimento médio (kg/ha) da produção de tabaco do RS (2004 a 2013)

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Rend.Médio(kg/ha)	2.110	1.780	1.945	2.060	2.066	2.008	1.561	2.231	1.959	2.114

Fonte: FEE² (2014).

Quanto ao número de famílias envolvidas na produção, no período analisado (safras de 2004/05 a 2013/14), as safras de 2005/06 e 2004/05 abarcaram o maior número de fumicultores no cultivo. O gráfico 10 ilustra as oscilações de fumicultores envolvidos no cultivo dentro do intervalo analisado:

Gráfico 10 - Número de produtores envolvidos na produção de tabaco do RS – 2004/05 a 2013/14

Fonte: SINDITABACO/AFUBRA³ (2015).

Esses dados demonstram uma queda significativa a partir da safra de 2006/07, mantendo-se assim, com pequenas oscilações até 2010/11. Na safra de 2011/12 ocorre uma nova redução no número de produtores, sendo a mais significativa em 2012/13. A safra de 2013/14 registra um pequeno aumento no número de famílias envolvidas na produção, totalizando 84.160.

Deste modo, apresentados os dados sobre a produção de tabaco, hectares produzidos, número de produtores, localização das principais regiões produtoras no Estado e o rendimento médio, a próxima sessão busca analisar os principais elos da cadeia agroindustrial do tabaco do Rio Grande do Sul.

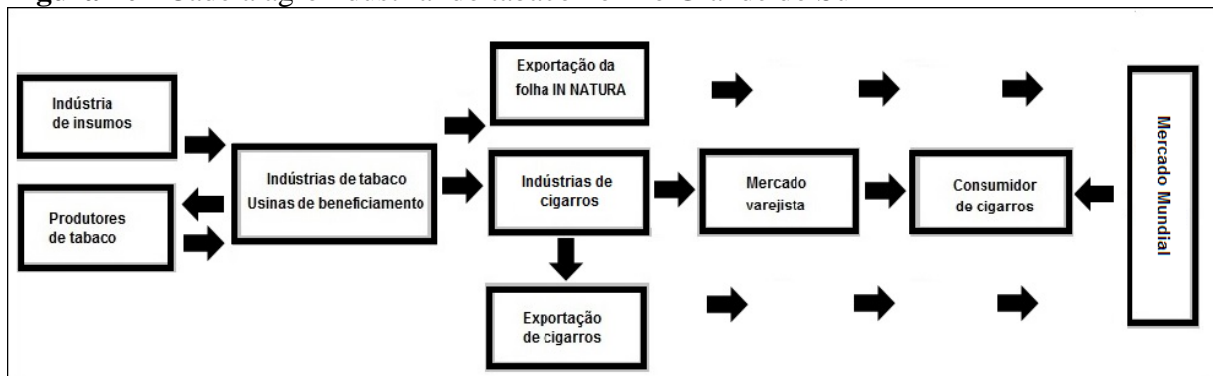
² Com relação a rendimento médio, há diferença entre os dados FEE/IBGE e SINDITABACO /AFUBRA. Todavia a opção foi pelos dados da FEE/IBGE.

³ Em relação ao número de famílias produtoras, a fonte é SINDITABACO/AFUBRA pela precisão oriunda dos contratos feitos entre fumicultores e fumageiras.

5.2 OS ELÓS QUE COMPÕEM A CADEIA AGROINDUSTRIAL DO TABACO NO RIO GRANDE DO SUL

A cadeia agroindustrial do tabaco é composta por diversos elos, entre eles: a indústria de insumos, os produtores de tabaco, a indústria de beneficiamento de tabaco e indústrias de cigarros, os mercados consumidores de tabaco e cigarros, o mercado varejista, o consumidor e o mercado mundial. A figura 10 evidencia as ligações que compõem a CAG do tabaco no Rio Grande do Sul:

Figura 10 - Cadeia agroindustrial do tabaco no Rio Grande do Sul



Fonte: Elaborado pela autora com dados da AFUBRA (2014).

* Considera-se tabaco em folha, as folhas de tabaco in natura e/ou aquelas processadas industrialmente, que a partir de então se constituem na principal matéria-prima do cigarro.

A priori, observando as relações que garantem a eficiência e desempenho do setor no mercado, faz-se necessário, analisar o sistema que rege a produção do tabaco e, posteriormente, os elos que compõem a cadeia agroindustrial do produto no Rio Grande do Sul.

5.2.1 O Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT)

Considerado um dos pilares do agronegócio do tabaco, o SIPT foi criado em 1918, pela empresa Souza Cruz. A relação inicia, quando o orientador técnico (agentes vinculados à indústria de tabaco) se desloca até a propriedade do fumicultor e entrega os contratos de compromisso de venda e de financiamento. Esse contrato entre as partes, garante a entrega dos agroquímicos, sementes, adubo químico e custeia o transporte da produção, desde a propriedade dos agricultores até as empresas.

No início da safra é realizado um financiamento bancário para suprir os custos de fornecimento de tudo que é necessário à produção. Segundo Silva (2002), o contrato de financiamento entre o fumicultor e o banco é realizado pelos orientadores agrícolas, que entre outras atribuições, cuidam da parte burocrática do pedido de recursos. Além desta tarefa, as empresas processadoras da folha, ainda avalizam os empréstimos obtidos pelos produtores agrícolas. A contrapartida, para esses últimos, é que os mesmos, na prática, acabam por perder o poder de gerenciar os recursos obtidos nos bancos, algo feito pelas empresas (SILVA; BORGES, 2010)

Esse modelo adotado pelas fumageiras brasileiras pode ser determinado como “hierarquia incompleta”, onde o sistema integrado aproxima as empresas ao produtor de fumo e determina o modo de produção e comercialização do produto.

De acordo com Dallago Filho (2003), os contratos de integração adotados pelas corporações são de “transferência parcial”, ou seja, o agricultor conserva a propriedade do fumo até a entrega do mesmo na empresa.

Iório (1994, p. 142) destaca que:

O sistema integrado de produção agroindustrial consiste em que mediante um contrato formal ou verbal, o pequeno produtor passa a produzir determinada matéria-prima, vendendo-a exclusivamente para a agroindústria com a qual tem contrato. A agroindústria, por seu turno, se encarrega da assistência técnica, do fornecimento de insumos e, às vezes, do financiamento de instalações necessárias e, ao final de cada safra, da compra da produção.

As empresas assumem o compromisso de comprar integralmente a safra contratada, sendo os interesses, muitas vezes, divergentes entre fumageira e agricultor, na compra e na classificação do tabaco. Essa classificação, nem sempre feita pelos produtores na propriedade, refere-se àquela feita pelas empresas, na fábrica. De acordo com Rudnicki (2012, p. 40): “no momento em que o tabaco atravessa a porteira que os conflitos iniciam, pois, o contrato estipula a área a ser plantada, expectativa de produção, mas não revela o preço da venda”.

As negociações sobre o reajuste na tabela de preços para a safra do ano em curso ocorrem todo o ano através da chamada “Comissão Técnica Mista”. Segundo Bonato, Zotti e Angelis (2010, p. 47), tal comissão é composta por representantes das Indústrias, da AFUBRA e das Federações Patronais e de Trabalhadores Rurais dos três estados da região Sul. Ainda segundo os autores, a comissão tem coordenação compartilhada entre a AFUBRA e o SINDITABACO, além da participação das Federações vinculadas a CNA (Farsul, Faesc e Faep) e Contag (Fetag-RS, Fetaesc-SC e Fetaep-PR). Nessa negociação, nem sempre acontece a assinatura do Protocolo.

O tabaco é classificado em “virgínia”, para fabricação de cigarro e destinado à exportação e tabaco de galpão, que pode ser o “burley” e o “Comum”. O primeiro se divide em 41 classes, o segundo em 30 e o terceiro em 18 classes (AFUBRA, 2015).

O “Burley” é indispensável na produção do cigarro e exige aromatizantes e açúcar (como também no caso do fumo comum), devido ao sabor excessivamente forte (RUDNICKI, 2012).

Assim sendo, constata-se que o Sistema de Integrado de Produção do Tabaco (SIPT) viabiliza a inserção dos agricultores no mercado e garante a compra da safra. Isso representa de certa forma, “segurança” e “comodismo” para os agricultores. Entretanto, essa situação também faz com que a integradora interfira em todo o processo produtivo mitigando ou enfrentando possíveis comportamentos oportunistas, reportando os fumicultores a uma situação de não-negociação perante as empresas (RUDNICKI, 2012).

Observa-se que toda a operacionalização da produção já ocorre pré-estabelecida, de modo que o agricultor recebe as instruções, entrando no sistema produtivo somente com a mão de obra, objetivando lucro no final da safra.

De certo modo, esta justificativa está ligada à dependência financeira dos agricultores na atividade, o que aumenta o oportunismo da indústria que detém o controle sobre esse sistema produtivo. Isso é destacado por Waquil (2014, p.2) em:

Nas últimas décadas se consolidou um forte sistema agroindustrial, passando por vários elos desde o fornecimento de insumos, a produção de matérias-primas, o processamento ou industrialização, a distribuição no atacado e no varejo, até chegar ao consumidor final. Neste sistema, existem cadeias que se caracterizam por forte concentração, dominadas por grandes empresas, geralmente nos elos da industrialização e do varejo, que criam relações de dependência e de subordinação dos agricultores familiares.

O autor ressalta ainda que, exemplos dessa situação são as cadeias de aves, suínos e tabaco na Região Sul, que estabelecem relações contratuais com os agricultores, os quais recebem os insumos, seguem pacotes tecnológicos, têm acompanhamento técnico e garantia para colocação de seus produtos no mercado. Relações contratuais com incertezas reduzidas, mas com margens pequenas aos agricultores, o que é apresentado na literatura como o “*squeeze*” da agricultura (WAQUIL, p. 2, 2014).

5.2.2 Características das propriedades e o cultivo do fumo

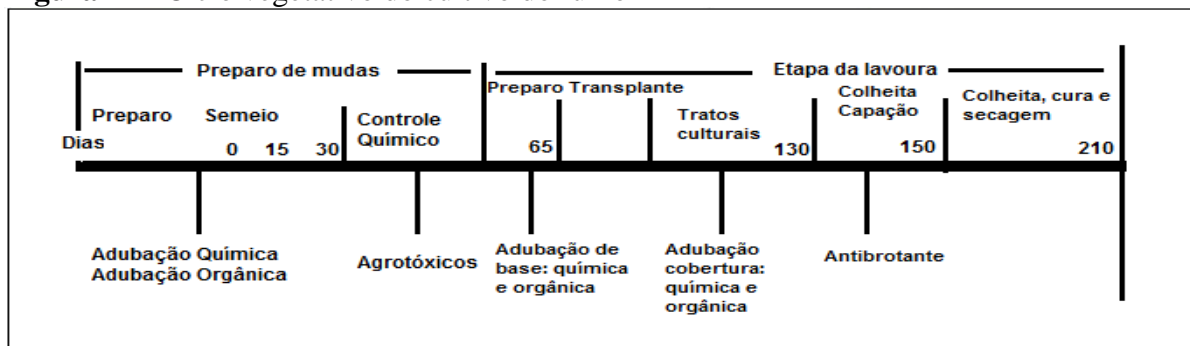
A produção de tabaco está localizada em pequenas propriedades que possuem em média, 15,7 hectares, onde 16,8% foram dedicados à produção de tabaco (AFUBRA, 2015).

Ainda segundo a AFUBRA, conforme dados da safra de 2013/14, nas propriedades destacam-se também a produção de milho com 22,60% do total da propriedade, as pastagens com representatividade de 20,40%, a mata nativa com 15,70%, a mata reflorestada representa 11,7%, soja 7,8%, feijão 1,8%, mandioca 0,7%, cana de açúcar 0,6%, arroz 0,3%, batata doce 0,3%, laranja 0,3%, melancia 0,2%, hortaliças 0,1%, laranja 0,1%, pêssigo 0,1%, uva 0,1%, batatinha 0,1%, cebola 0,1%, outros produtos agrícolas 0,1% e açudes 0,1%. A produção animal representou 10.985 quilogramas e produtos granjeiros 144 quilogramas.

Apesar da pequena lavoura plantada com fumo (16,80%), o cultivo representa 53,1% da renda familiar dos agricultores. A mão de obra utilizada tem por tradição, ser de origem familiar. O tamanho médio de uma família produtora é de 4,7 membros, sendo que 2,27 trabalham na produção de fumo, conforme a safra de 2012/13 (AFUBRA 2014).

Quanto ao tempo de ocupação no cultivo do tabaco pelo produtor, se inicia com a produção das mudas e o término se dá com a colheita, cura e secagem (que perfazem em torno de 210 dias), se estendendo posteriormente ainda, a pré-classificação das folhas e ao enfardamento do produto para a venda. Este trabalho praticamente se estende por todo o ano. Na figura 11 o ciclo vegetativo do fumo:

Figura 11 - Ciclo vegetativo do cultivo do fumo



Fonte: Adaptado de Lima (2007).

O método mais utilizado para cultivar o tabaco é o sistema “floating” (fluyente), onde as sementes são semeadas em bandejas de poliestireno e colocadas numa espécie de piscina de lona, ficando todo o período em água, onde são aplicados os defensivos. Depois de se desenvolver, as mudas são transplantadas para a terra, preparada com adubação química e aplicação de defensivos. Durante o desenvolvimento dos pés de tabaco, é efetuada a capina e aplicação de herbicidas para inibir o crescimento das ervas daninhas (entre 30 e 130 dias).

Com a planta desenvolvida, o próximo passo é a poda das flores e dos brotos, necessária para o desenvolvimento das folhas e a aplicação do antibrotante para evitar novos brotos e flores (planta com 150 dias). Para o desenvolvimento da planta aplica-se salitre do

Chile ou nitrato de potássio. A colheita do tabaco é feita conforme o tipo: Virgínia é o fumo que precisa ser curado em estufa, o Burley e o Comum, são variedades curadas em galpões.

Na variedade Virgínia, em sucessivas apanhadas (que se inicia a partir de 130 dias), as folhas são colhidas da base para a parte superior da planta, conforme vai ocorrendo a maturidade (BONATO; ZOTTI; ANGELIS, 2010). Ainda de acordo com os autores, após a colheita, as folhas são costuradas em varas e conduzidas para o interior das estufas, onde são curadas, o que leva de 5 a 7 dias. Para o funcionamento das estufas é utilizada, principalmente, a combustão de lenha. Durante esse processo, as folhas passam por transformações bioquímicas que vão conferir a cor, cheiro e sabor peculiares.

Nas variedades Burley e Comum, as folhas são submetidas à cura em galpões ventilados naturalmente, podendo levar cerca de 40 dias para completar o processo. As folhas amadurecem uniformemente, permitindo o corte da planta inteira ao nível do solo. As folhas ficam presas ao talo, que é amarrado em varas e posteriormente pendurado em longas filas no topo dos galpões para secar até dourar. Esse processo de cura é totalmente natural. Essas variedades requerem menor mão de obra.

Além da cura e secagem (entre 150 e 210 dias), inicia-se o processo de preparar o fumo para a venda, ou seja, inicia-se o processo de pré-classificação e enfardamento do produto. Encerradas estas etapas o fumicultor já precisa pensar na próxima safra, buscando a lenha para a cura do tabaco, consertando as instalações e novamente preparando a terra (ALMEIDA, 2005).

Portanto, o cultivo do tabaco requer um grande esforço e tempo por parte dos envolvidos diretamente na produção. Em virtude disso, a fumicultura tem sido questionada quanto ao grande esforço físico exigido no manejo da cultura, especialmente no período de colheita, e à elevada demanda de mão de obra em determinadas épocas do ano, pois o ciclo produtivo dura cerca de 10 meses (AGOSTINETTO et al., 1998).

Os produtores de tabaco são extremamente dependentes do modelo tecnológico convencional. O contrato entre indústria e produtor, geralmente de um ano, gera uma situação muito “cômoda” ao produtor, pois sabe que toda a sua produção será vendida ao final da safra e não terá que ir até o mercado para vendê-la (SILVA; BORGES, 2010).

Entretanto, essa certeza também acarreta em redução das margens recebidas pelos produtores quando analisado o crescimento da receita gerada e o retorno aos demais (Governo, Indústria e Varejo). No ano de 2010, o retorno líquido gerado aos produtores representava 5,69% do total, alcançando R\$676,61 milhões. Em 2011 houve uma queda para 4,84% e totalizou R\$589,19 milhões. No ano de 2012 houve uma nova diminuição na margem

e representou 3,79%, gerando R\$620,02 milhões. Em 2013 a margem foi de 3,54%, atingindo R\$625,31 milhões (AFUBRA,2014).

O que se verifica é que, diante da certeza de venda, os agricultores decidem se manter produzindo, apesar de todos os esforços e riscos à saúde, mesmo diante da redução da sua lucratividade. Essa situação demonstra a dificuldade em mudar os hábitos e rotinas que estão enraizados de forma não explícita e a interação complexa entre instituições formais (normas, regras) e instituições informais (hábitos, costumes e tradições).

5.2.3 Fornecedores de fatores e insumos

Diversos insumos são utilizados na produção do tabaco, como os inseticidas, fungicidas, herbicidas, raticidas, acaricidas, nematicidas, mulosquicidas, fumigantes, adubos e similares e placas de poliestireno expandido (CARVALHO JÚNIOR et al., 2005). Além dos citados acima, há também o uso de calcário, ureia, adubo químico, substrato, sulfato de potássio, antibrotantes, reguladores de crescimento, óleo mineral e espalhante adesivo.

Esses defensivos são produzidos na sua predominância por empresas multinacionais, algo que se verifica também em outras atividades agrícolas. Segundo Silva e Borges (2010), Basf S.A., Bayer S. A., Milenia Agro Ciências S.A., Hokko/Arysta Life Science, FMS Agricultural Products, Rhodia-Agro S.A., Fersol Indústria e Comércio Ltda são alguns dos fabricantes.

Silva e Borges (2010) destacam ainda que, diante dessa conjuntura, há uma relação contratual estável entre as companhias fumageiras, que encontram empresas fornecedoras de insumos de perfil similar, alicerçadas em capital multinacional. Os ativos utilizados na produção do fumo são considerados altamente específicos. Como por exemplo, as estufas (para a cura do tabaco), que constituem um alto investimento para esses pequenos produtores familiares, as tecedeiras (que servem somente para atar o fumo antes de colocá-lo na estufa (BORGES,2011).

Segundo Heemann (2009), as principais máquinas e equipamentos utilizados no cultivo do fumo são: adubadeira manual, aleirador (tração animal), aleirador (tração mecânica), arado, balança mecânica de 100 kg, bandejas semeadoras de fumo, bandejas de isopor para mudas, carretão de tração animal, carretão de trator, carroça, enxadas, foices,

grades de disco para tração mecânica, grade de tração animal, plantadeira manual, prensa de fumo, pulverizador para tração mecânica, pulverizador costal de 20 litros, trator, tecedeira, entre outros.

Diante dos agricultores há uma fragilidade, porque efetivamente as fumageiras repassam tais insumos, ou indiretamente pela fonte de obtenção destes recursos. Atrelado a isso, em virtude da necessidade dos investimentos, seja em defensivos e ativos específicos, no início da safra é feito um financiamento, a fim de subsidiar a produção.

Segundo Buainain (2009, p. 08-09),

(...) às características dos fumicultores do Sul do país, que são pequenos agricultores familiares, com baixo nível de instrução, que têm na produção de tabaco a principal, e quase sempre, única, fonte de renda monetária, são descapitalizados e necessitam de crédito para custear gastos com a produção.

Cabe ressaltar também que, diante da exigência do mercado internacional, a indústria tem buscado avanços e esforços em reduzir a quantidade de defensivos agrícolas no cultivo do tabaco a fim de garantir a qualidade e rastreabilidade aos clientes, buscando assim, diminuir os malefícios do produto final, o cigarro, além dos danos causados aos fumicultores (SILVA; BORGES, 2010).

De acordo com o SINDITABACO (2014), a posição do tabaco no ranking do uso de defensivos agrícolas por parte das culturas comerciais, ficou atrás das 16 culturas (maçã, tomate, batata, laranja, algodão, uva, alho, cebola, banana, soja, amendoim, café, cana, trigo, milho e arroz). De 6,6 kg/ha utilizados na produção do fumo em 1990, para 1,3 kg/ha na safra de 2008/09.

5.2.4 A indústria de beneficiamento de tabaco, cigarros e o destino das exportações

Atualmente, o setor tabaqueiro encontra-se inserido na economia de mais de 100 países e conta com a participação crescente de países em desenvolvimento na produção mundial. Esse crescimento decorre de diversas razões, dentre elas, o baixo custo de produção nesses países (PERONDI; SCHNEIDER; BONATO, 2008).

No contexto brasileiro, o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco, fundado em Santa Cruz do Sul, RS, em 1947, defende os interesses comuns das indústrias de fumo a nível

nacional (com exceção dos estados da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro). No presente, o sindicato representa 16 companhias, que são listadas no quadro 2:

Quadro 2 - Companhias associadas ao SINDITABACO

Empresas
Souza Cruz
Philip Morris
China Brasil Tabacos Exportadora S.A.
Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda
Universal Leaf Tobaccos
JTI Processadora de Tabaco do Brasil Ltda
JTI Kannenberg Comércio de Tabacos do Brasil Ltda
Continental Tobaccos Alliance S/A
Tabacos Marasca Ltda
Premium Tabacos do Brasil S/A
ATC Associated Tobacco Company (Brasil) Ltda
Brasfumo Indústria Brasileira de Fumos S/A
Industrial Boettcher de Tabacos Ltda
Intab Indústria de Tabacos e Agropecuária Ltda
Tabacos Novo Horizonte Ltda
Unifumo Brasil Ltda

Fonte: SINDITABACO (2014).

A Philip Morris e a Souza Cruz são empresas responsáveis pela produção de cigarros no Brasil. A British American Tobacco (BAT) é acionista majoritária da empresa Souza Cruz, com 75,3% do capital acionário (NASDAQ, 2015).

As demais, são empresas de beneficiamento, processadoras e exportadoras de fumo em folha. A maioria dessas indústrias se encontra estabelecida nas cidades de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, localizadas no Vale do Rio Pardo, RS. Nas usinas de beneficiamento estão empregadas 29 mil pessoas entre empregos fixos e temporários, conforme dados da AFUBRA (2014).

De acordo com Silva (2002, p. 146), as empresas de beneficiamento se incluem como fornecedoras de insumos aos produtores, avalizadoras de financiamentos perante aos bancos, receptoras do fumo para beneficiamento, exportadoras da folha in natura e/ou fabricantes de cigarros e varejistas do produto já acabado.

Em relação às indústrias de cigarros no Brasil, segundo o sítio do Brasil (2014), são treze os estabelecimentos autorizados a funcionar como fabricantes, todavia, destacam-se as empresas Souza Cruz S/A e a Philip Morris.

A Souza Cruz S.A. foi fundada em 25 de abril de 1903, conta com cerca de 7 mil colaboradores diretos e 3 mil sazonais na época das safras de fumo. Líder absoluta no mercado de cigarros, com destaque na produção e exportação de fumo. Desde 1914, a Companhia é controlada pela BAT – British American Tobacco International (Holdings)

B.V., com sede no Reino Unido, segundo maior grupo do mundo no setor de cigarros, conforme as Informações Trimestrais (ITR)⁴ de 31/03/ 2015.

A Companhia conta ainda, com usinas de processamento de fumo nas principais regiões produtoras de tabaco, em Santa Cruz do Sul (RS), Blumenau (SC) e Rio Negro (PR). Estas unidades abrigam toda a estrutura de assistência técnica aos produtores, contando com uma equipe especializada de orientadores agrícolas. Na produção de tabaco, a Companhia conta com aproximadamente 30 mil produtores integrados (ITR, 2015).

A Philip Morris, segunda maior empresa de tabaco do país, possui uma equipe de 2.700 pessoas, que trabalham nas unidades, sendo 1.600 funcionários na fábrica. Detentora de sete das 15 marcas de cigarros, comercializa os produtos para 180 países. É proprietária das marcas Marlboro (a mais vendida no mundo) e L&M (a terceira marca mais popular). A empresa faz a compra direta de 17 mil fumicultores, através do sistema integrado de produção (PHILIP MORRIS, 2014).

A China Brasil Tabacos, que operou nas últimas duas safras de forma independente, porém sob a coordenação da Alliance One, segue com a unidade de compra em Venâncio Aires. A empresa possui atualmente 9,5 mil produtores integrados no Rio Grande do Sul, com a geração de 260 empregos diretos, entre efetivos e temporários, nas áreas de campo, compra e administração (SINDITABACO, 2014).

A Universal Leaf Tobaccos também é fornecedora de tabaco em folha. Os negócios da Companhia envolvem a aquisição e processamento curado ao fumo e folha de tabaco “*burley*” para os fabricantes do produto. A Companhia opera em mais de 30 países nos cinco continentes (UNIVERSAL CORPORATION, 2014). Ainda segundo informações no próprio sítio da empresa, o processamento do tabaco em folha da Companhia inclui classificação nas fábricas, mistura, remoção do material não tabaco, a separação de folhas dos caules, secagem, embalagem para alvos precisos com envelhecimento na umidade adequada, bem como armazenamento temporário.

A empresa Japan Tobaccos International (JTI) mantém aproximadamente 13 mil produtores integrados na Região Sul do Brasil, sendo membro da Tobacco Group Japan of Companies (JT), uma das líderes internacionais de produtos do tabaco. A empresa é detentora de oito marcas emblemáticas globais, que constituem o portfólio de marcas, entre elas,

⁴ As Informações Trimestrais (ITR) incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2014 e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014.

Winston e Camel. Com sede em Genebra, na Suíça, a JTI tem 26.000 funcionários e operações em 120 países (JTI, 2015).

A Continental Tobaccos Alliance SA (CTA) exporta 90% de sua produção para mais de 50 países, que pertencem a regiões como: Ásia, África, América do Norte, América Latina, Mercado Comum Europeu, Leste Europeu e Oceania. Atualmente, a organização emprega 4.000 pessoas e conta com 14 mil produtores integrados. Possui filiais em Araranguá, Utuporanga e Papanduva, localizadas em Santa Catarina, além de uma filial em Irati, estado do Paraná (CTA, 2015).

A Brasfumo Indústria Brasileira de Fumos S.A, fundada em 1991, atua nos três estados (RS, SC e PR), possui 10 estabelecimentos, entre filiais, sucursais, agências e outros. A matriz está localizada na cidade de Venâncio Aires e atualmente a empresa conta com 5.900 produtores integrados e 600 empregos, entre efetivos e temporários (BRASFUMO, 2014).

A empresa Premium Tabacos do Brasil S/A, fundada em 2002, localizada na cidade de Santa Cruz do Sul, detém filiais em Sombrio e Rio do Sul, no estado de Santa Catarina, e em Irati, no Paraná. Possui 5 mil fumicultores integrados e exporta para mais de 30 países (PREMIUM TABACOS DO BRASIL, 2014).

Quanto às demais empresas, não tiveram dados e informações disponíveis para a análise das atividades, fumicultores integrados, empregos diretos e indiretos gerados e o mercado abrangido.

Todavia, mesmo diante do decurso da Convenção-Quadro de Controle do Tabaco, que objetiva através de medidas erradicar gradativamente o tabaco no mundo, as organizações estabelecem estratégias que reforçam suas possibilidades de sobrevivência, direcionando suas ações no sentido de maximizar os resultados, seja através de investimentos privados, assim como na obtenção de recursos públicos.

Diante disso, são relatados a seguir, alguns investimentos privados anunciados nos últimos anos no setor industrial.

A empresa Souza Cruz divulgou em 2004, o acordo de expansão do parque industrial em Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul, com a aplicação de R\$ 312,4 milhões, além de investimentos de R\$ 60 milhões na unidade de Santa Cruz do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2004).

A British American Tobacco (BAT) se manifestou no sentido de comprar em 2015, 24,7% das ações que não possui, de sua controlada brasileira Souza Cruz, podendo desembolsar mais de 10 bilhões de reais (EXAME, 2015).

A Continental Tobacos Alliance (CTA) inaugurou sua nova linha industrial de processamento de fumo em Venâncio Aires em fevereiro de 2005, com investimentos de R\$ 50 milhões para beneficiar 120 mil toneladas de fumo por safra (RIO GRANDE DO SUL, 2005).

Em 2009, o Grupo JTI comprou duas empresas brasileiras, a Kannenberg e a KBH & C, ambas com sede em Santa Cruz do Sul, RS, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2012).

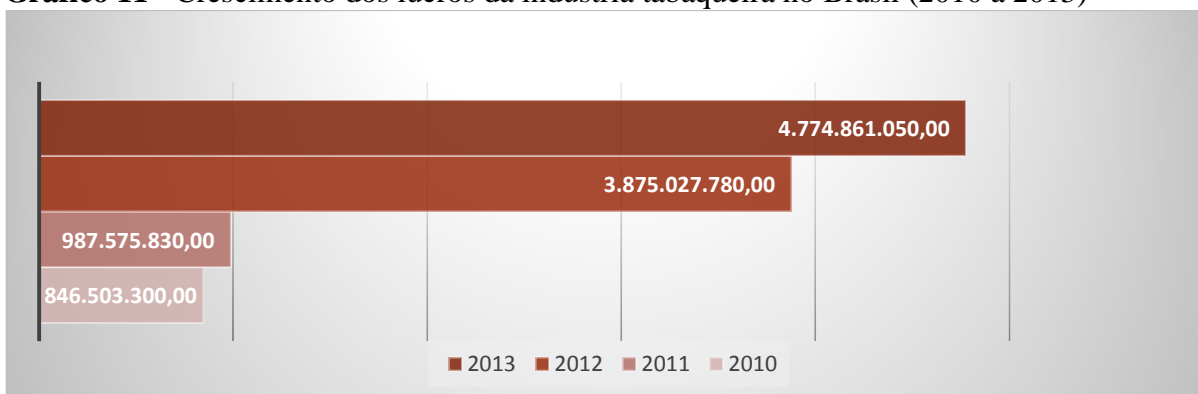
A China Tabaco Internacional do Brasil (CTIB), criada em 2012 com a empresa americana Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos (AOB), pretende investir US\$ 20 milhões em 2015 na “*joint-venture*” China Brasil Tabacos Exportadora (CBT), no Rio Grande do Sul (GUERRA, 2014).

Com investimentos recentes no Brasil, os produtores integrados à JTI da região do Planalto Norte de Santa Catarina, contam, a partir de março de 2015, com uma nova estrutura equipada com área de compra, sala do produtor, escritório, área de estoque e de carregamento e que possui capacidade para atender todo o volume da empresa na região (PORTAL DO TABACO, 2015).

O que se pode constatar nesse contexto, mesmo diante da adesão do Brasil ao tratado de saúde pública internacional (CQCT) em 2005, a existência de investimentos no setor. Essa movimentação se deve à solidez nos resultados financeiros obtidos. Quando analisados os anos de 2012 e 2013, a movimentação de recursos gerados pela economia do tabaco totalizou R\$ 22,81 bilhões e R\$ 24,88 bilhões, respectivamente, ou seja, um crescimento no faturamento de (+9,06%).

De acordo com as análises feitas através dos dados da AFUBRA (2014), o aumento do lucro das indústrias no Brasil entre 2010 e 2013 foi de (+464,07%), ou seja, a receita de R\$ 847,50 milhões passou para R\$ 4,77 bilhões, conforme demonstrados no gráfico 11:

Gráfico 11 - Crescimento dos lucros da indústria tabaqueira no Brasil (2010 a 2013)



Fonte: Elaborado pela autora com dados da AFUBRA (2014).

Esses lucros crescentes retratam um ambiente ainda oportuno para tais corporações e gera dúvidas sobre a capacidade de transformação das instituições. Gilmore, Branston e Sweanor (2010), declaram que pequenos incrementos na margem do fabricante, têm impacto insignificante na demanda, mas equivalem a grandes aumentos na receita das fabricantes.

Essa concentração de mercado, orquestrada por cinco grandes empresas, favorece o poder de precificação, pois “os aumentos graduais de impostos permitem à indústria disfarçar seus reajustes, logo, o aumento nas margens de lucros” (GILMORE; BRANSTON; SWEANOR, 2010, p. 423).

Com relação a arrecadação do governo brasileiro, mesmo diante da diminuição do consumo interno de cigarros, os tributos gerados demonstram que, em 2010 foram arrecadados R\$ 9,36 bilhões, em 2011 (R\$ 9,58 bilhões), em 2012 (R\$ 10,48 bilhões) e em 2013, a quantia perfez R\$ 10,76 bilhões.

Diante desse cenário, corrobora-se que as organizações investem seus esforços das mais variadas maneiras, sempre buscando os maiores retornos para suas ações, através de articuladas estratégias. À vista disso, North (1990) assevera que as empresas podem investir em atividades econômicas socialmente produtivas, como em novas tecnologias de produção e em atividades redistributivas, assim como na formação de monopólios.

5.2.5 O mercado varejista e o consumo interno

Além do Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT), a excelência na logística de distribuição dos cigarros até os varejistas é outro fator que garante o sucesso, num país de complexidade e dimensões como o Brasil. Essa característica de distribuição do produto final até os pontos de venda, ou seja, possuir uma rede de distribuição própria tem como propósito final, o maior controle e eficiência, além do conhecimento sobre todos os processos de produção até a comercialização do tabaco (SILVA; BORGES, 2010).

A Souza Cruz e a Philip Morris atuam no processamento de fumo, e ainda acumulam a fabricação e distribuição de cigarros. A cigarreira Souza Cruz, por exemplo, possui atuação em toda a cadeia produtiva, desde a produção de sementes, apoio técnico a produção agrícola de sua matéria-prima - o tabaco - seu processamento, fabricação e distribuição dos cigarros (SOUZA CRUZ, 2014).

A estrutura de distribuição de cigarros conta com seis modernas Centrais Integradas de Distribuição (CID), localizadas no Rio de Janeiro, São Paulo, Contagem, Curitiba, Porto Alegre e Recife, além de 38 Centros de Distribuição e mais de 75 Postos de Abastecimento, que são locais próprios ou terceirizados estrategicamente localizados (ITR, 2015).

Dessa forma, com uma operação estruturada em nível nacional, a Souza Cruz transaciona um fluxo diário de mais de 217 milhões de cigarros com processamento médio de 50 mil notas fiscais por dia. Isso faz da sua operação de vendas e logística uma das mais importantes e respeitadas da América Latina, por atender diretamente mais de 300 mil pontos de venda (ITR, 2015).

A Philip Morris S/A comercializa os seus produtos em 160 países. No Brasil, a empresa responde por 14% do mercado de cigarros e assim como a Souza Cruz, tem uma rede de distribuição própria que garante a distribuição dos produtos nos postos de venda do país (BORGES, 2011).

Quanto ao consumo interno, a tabela 4 mostra os dados referentes aos anos de 2012 e 2013:

Tabela 4 - O consumo interno de tabaco e as exportações brasileiras (2012 - 2013)

Especificação	2012	Toneladas	2013	Toneladas
	R\$ (Bilhões)		R\$ (Bilhões)	
Consumo doméstico	16,36	88.990	17,66	84.350
Exportação	6,46	637.780	7,22	627.230
Total	22,81	726.770	24,88	711.580

Fonte: AFUBRA (2014).

O consumo doméstico em 2012 foi de 88.990 toneladas, representando 12% do total do setor e faturamento de R\$16,36 bilhões. Houve uma queda no consumo interno de 4.640 toneladas em 2013, o que representou uma diminuição de (5,21%). Entretanto, o setor teve um aumento de R\$1,3 bilhão, o que demonstrou um aumento no faturamento bruto de 7,95% referente ao consumo interno.

Segundo dados da AFUBRA (2014), o Brasil consumiu no ano de 2000 o equivalente a 96,55 bilhões de unidades de cigarros, em 2005 alcançou o patamar de 108,24 bilhões, em 2010 houve uma queda e chegou a 96,97 bilhões, em 2011 o consumo apresentou uma pequena elevação alcançando 97,45 bilhões e em 2012, caiu para 88,99 bilhões de unidades consumidas. Portanto, esses dados retratam a queda de consumo de cigarros “legais” no país.

5.2.6 Importação de tabaco e o mercado ilícito de cigarros

O Brasil importou 12.320 toneladas de tabaco na safra de 2011/12 conforme informações da AFUBRA (2014). De acordo com o sítio Brasil (2014), apenas cinco empresas estão autorizadas a realizar esse tipo de importação: Souza Cruz S/A, Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda, Golden Leaf Tobacco Ltda, Stuart Morgan do Brasil Ltda e JT International do Brasil Ltda. As duas primeiras destacam-se como as principais responsáveis pela importação.

Quanto ao mercado ilícito de cigarros, o contrabando está avaliado em 31% do mercado nacional, com evasão fiscal de R\$ 4,5 bilhões (PORTAL DO TABACO, 2015). Dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF), revelam que a capacidade instalada de produção de cigarros no Paraguai chega a 70 bilhões de unidades por ano. Em 2013, foram produzidas 55 bilhões de unidades, desse total, apenas 1,3 bilhão teriam sido consumidas no país e sete bilhões exportadas ilegalmente. Estima-se que o restante – 46,7 bilhões, foi contrabandeada para países vizinhos como o Brasil segundo a Aliança de Controle do Tabagismo do Brasil (ACTBR, 2014).

De acordo com o INCA (2015), os dados sobre exportação do tabaco brasileiro, disponibilizados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) revelam que quem alimenta as empresas de cigarro do Paraguai é o fumo plantado no Brasil. Ainda conforme o INCA, a indústria do tabaco pretende com isso pressionar o governo brasileiro a diminuir a carga tributária sobre o cigarro.

De acordo com Gilmore et al. (2015), as corporações defendem o controle do comércio ilegal, entretanto, há evidências históricas de sua cumplicidade. Desde 1997, diversas investigações oficiais e processos judiciais subsequentes em diferentes partes do mundo (Hong Kong, Canadá, Colômbia) ocorrem. A indústria tem sido acusada de fornecer os cigarros contrabandeados ou, pelo menos, de estar ciente do destino ilegal de seus produtos (GILMORE et al., 2015, p. 1).

Conforme Shafey et al. (2002), em 1988, menos de 1% da produção doméstica de cigarros do Brasil foi exportada. Em 1998, as estatísticas oficiais relataram que 51% da produção de cigarros do Brasil estava sendo exportada. Este comércio representou um esforço bem-sucedido para evadir impostos sobre o consumo de cigarros domésticos do Brasil e prejudicar os esforços nacionais de controle do tabaco. Ainda segundo os autores, para lidar com o problema do contrabando em escala, o Brasil impôs um imposto de exportação de

150% em dezembro de 1999 para evitar a falsa exportação de cigarros para o Paraguai e sua posterior revenda no Brasil. Esta nova estrutura tributária resultou em uma queda de 89% nas exportações de cigarros brasileiros (SHAFEY et al. 2002, p. 217).

Diante do exposto, analisados os elos da cadeia agroindustrial do tabaco no RS, a próxima sessão busca examinar as principais medidas da Convenção-Quadro de Controle do Tabaco e as principais decisões decorrentes das seis Conferências das Partes realizadas a partir de 2006.

5.3 A CONVENÇÃO-QUADRO DE CONTROLE DO TABACO (CQCT) E AS CONFERÊNCIAS DAS PARTES (COP)

Ao longo da história foram lançadas muitas críticas ao uso e produção do tabaco, mas em geral, tiveram pouca repercussão política. Em 1967, a Organização Mundial da Saúde (OMS) deu início a um conjunto de reuniões internacionais orientadas a discutir o uso de tabaco. A partir daí tiveram muitas resoluções e, em 1995 a Assembleia Mundial da Saúde mencionou pela primeira vez a possibilidade de elaborar um tratado internacional como estratégia na luta antitabaco. Em maio de 1999 tomou a decisão de encaminhar a elaboração deste tratado (OMS, 1999), que veio a ser denominado “Convenção Quadro para o Controle do Tabaco” (DIESEL; SCHEIBLER; PALMA, 2001).

A CQCT é o primeiro tratado internacional de saúde pública da Organização Mundial da Saúde que foi adotado em 21 de maio de 2003 e entrou em vigor em 27 de fevereiro de 2005. Até 31 de março de 2015, 180 países ratificaram sua adesão ao tratado (WHO, 2015; INCA, 2015).

A CQCT traz em seu texto, medidas para reduzir a epidemia do tabagismo em proporções mundiais, abordando temas como propaganda, publicidade e patrocínio, advertências, marketing, tabagismo passivo, tratamento de fumantes, comércio ilegal, impostos e alternativas para diversificação em propriedades produtoras. Enfatiza também, a necessidade de estratégias de redução da demanda e da oferta (ACTBR, 2014).

Segundo o INCA (2014), a CQCT tem por objetivo salvar vidas, por meio de prevenção e controle do uso de produtos do tabaco, proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco.

O Brasil conta com a Comissão Nacional para Implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ) que é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos do tratado. É presidida pelo Ministro de Estado da Saúde e composta por representantes de cinco Órgãos e treze Ministérios:

Quadro 3 - Ministérios e Órgãos que compõem a CONICQ

Ministérios e Órgãos
I - Ministério da Saúde;
II - Ministério das Relações Exteriores;
III - Ministério da Fazenda;
IV - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
V - Casa Civil da Presidência da República;
VI - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
VII - Ministério da Justiça;
VIII - Ministério da Educação;
IX - Ministério do Trabalho e Emprego;
X - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
XI - Ministério do Desenvolvimento Agrário;
XII - Ministério das Comunicações;
XIII - Ministério do Meio Ambiente;
XIV - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
XV - Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;
XVI - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça;
XVII - Advocacia-Geral da União; e
XVIII – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Fonte: INCA (2015).

A CQCT, em seus 38 artigos, combina medidas abrangentes para diminuir tanto a demanda do público por produtos derivados do tabaco, como para reduzir sua oferta, reduzindo a quantidade de tabaco produzido em todo o mundo, bem como a fabricação e comércio desses produtos.

As medidas relacionadas à demanda estão contidas nos artigos de 6 a 14 e envolvem política de preços e impostos sobre o setor fumageiro, como instrumento para reduzir o tabagismo (artigo 6º); medidas não relacionadas a preços para reduzir a demanda de tabaco (artigo 7º); proteção contra os riscos de exposição à fumaça do tabaco (artigo 8º); regulamentação do conteúdo e das emissões dos produtos de tabaco com o enfoque da redução dos danos causados por esses produtos (artigo 9º); regulamentação da divulgação das informações sobre os produtos de tabaco (artigo 10º); regulamentação da embalagem e etiquetagem desses produtos (artigo 11º); educação, comunicação, treinamento e conscientização do público (artigo 12º); proibição da publicidade, promoção e patrocínio dos produtos de tabaco (artigo 13º); e no artigo 14, a promoção da cessação do tabagismo (INCA, 2014).

Ainda de acordo com o INCA (2014), as medidas relacionadas à oferta referem-se aos artigos de 15 a 18 e envolvem: o combate ao comércio ilícito de produtos de tabaco como

forma de recuperar perdas tributárias e, sobretudo reduzir o acesso dos jovens e da população de baixa renda aos produtos de baixo preço fornecidos pelo mercado ilegal; a proibição da venda a menores de idade ou por eles; a promoção e o apoio a atividades alternativas economicamente viáveis à produção de fumo, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Também dispõem sobre questões de proteção à saúde do trabalhador e ao meio ambiente, relacionadas à produção de fumo e derivados.

A CQCT é governada pela Conferência das Partes (COP) que tem como papel, promover e rever regularmente o processo de implementação da CQCT, sendo composta por todos os países que fazem parte do tratado e que se reúnem a cada dois anos. As principais decisões são detalhadas a seguir:

Quadro 4 - As conferências das partes e as principais decisões

COP	Local	Decisões
COP 1	Genebra, 2006	Durante essa primeira sessão, as regras de procedimento e de financiamento para a COP foram adotadas por consenso. Foram tomadas mais decisões de cunho administrativo.
COP 2	Tailândia, 2007	Foram aprovadas as diretrizes para a implementação do artigo 8 da CQCT, que trata da proteção à exposição à fumaça do tabaco e à adoção de ambientes 100% livres de fumo. Também foi decidido o estabelecimento de um Órgão de Negociação Intergovernamental (ONI) para elaborar e negociar um Protocolo sobre o mercado ilícito de produtos do tabaco.
CPO 3	África do Sul 2008	Foram aprovadas diretrizes para a implementação dos artigos 5.3 (As partes agirão para proteger as políticas públicas de saúde dos interesses comerciais ou outros interesses garantidos para as indústrias do tabaco), 11 (Embalagem e etiquetagem de produtos de tabaco) e 13 (Publicidade, promoção e patrocínio de tabaco).
COP 4	Uruguai, 2010	Foram aprovadas as diretrizes parciais para a implementação dos artigos 9 e 10 (Regulamentação do conteúdo e divulgação das informações sobre os produtos de tabaco), 12 (Educação, comunicação, treinamento e conscientização do público), 14 (Medidas de redução da demanda relativas à dependência e ao abandono do tabaco). A criação de um grupo de trabalho para elaboração de diretrizes sobre o artigo 6 (Preços e impostos) e continuação do trabalho relativo aos artigos 17 e 18 (Apoio às atividades alternativas economicamente viáveis e proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas).
COP 5	República da Coreia, 2012	A criação de um grupo de trabalho para elaboração de diretrizes sobre o artigo 6 (Preços e impostos) e continuação do trabalho relativo aos artigos 17 e 18 (Apoio às atividades alternativas economicamente viáveis e proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas). A Conferência aprovou um conjunto de princípios orientadores e recomendações para apoiar a implementação do artigo 6º, em medidas financeiras e fiscais para reduzir a demanda de tabaco. Mais recomendações sobre os artigos 17º e 18º relativos a alternativas economicamente sustentáveis ao cultivo do tabaco. A Conferência estabeleceu um grupo de peritos sobre o artigo 19º (Responsabilidade), e solicitaram à OMS para realizar um detalhamento técnico maior em relação ao tabaco e sistemas eletrônicos de consumo de nicotina.
COP 6	Rússia, 2014	Adoção de orientações sobre o artigo 6 (Medidas financeiras e fiscais para reduzir a demanda de tabaco). Orientação sobre os produtos do tabaco sem fumaça, sistemas eletrônicos de nicotina e sistemas de distribuição de cigarros eletrônicos e produtos de cachimbo. O artigo 6 incentiva a aumentar os preços de produtos do tabaco por meio de aumentos de impostos especiais de consumo. Proteção das políticas públicas de saúde no que diz respeito ao controle do tabaco dos interesses comerciais e outros da indústria do tabaco. Criar mecanismos de assistência às Partes (Principalmente países em desenvolvimento e com economias em transição).

Fonte: Elaborado pela autora com dados da WHO (2015).

As Partes devem reportar o seu progresso para a COP e isso, viabiliza o monitoramento e revisão da implementação, além de permitir que aprendam umas com as outras, através de suas experiências no processo de implementação (ACTBR, 2014).

Conforme estabelece o artigo 23 da Convenção, cabe à COP examinar regularmente a implementação do tratado, tomar as decisões necessárias para promover a sua aplicação eficaz, podendo adotar protocolos, anexos e emendas à Convenção (BONATO, 2007).

A COP tem o poder de estabelecer órgãos subsidiários para atingir os objetivos da Convenção. Como exemplo, o Órgão de Negociação Intergovernamental para a elaboração de um Protocolo sobre o Mercado Ilícito de produtos de tabaco, o primeiro protocolo dentro da CQCT da OMS. A COP também estabeleceu vários grupos de trabalho, cujo objetivo é a elaboração de diretrizes e recomendações para a implementação das diferentes provisões do tratado (INCA, 2015).

A última conferência ocorreu em 2014 na Rússia e, desde 2008, são realizadas a cada dois anos. Conforme a WHO (2015), a sétima COP será sediada em Nova Deli na Índia em 2016 e o período que antecede a sessão terá um completo programa de trabalho a ser realizado por grupos de peritos que trabalham em relação a:

- uma avaliação do impacto da CQCT da OMS, a ser conduzida por um grupo de sete peritos independentes;
- as diretrizes parciais para a aplicação dos artigos 9 e 10, incluindo um foco nos produtos do tabaco sem fumaça;
- medidas sustentáveis para promover a implementação da CQCT da OMS;
- sobre o artigo 19 "Responsabilidade";
- promoção da ratificação, aceitação, aprovação, confirmação formal e adesão ao protocolo para eliminar o comércio ilícito de produtos do tabaco,
- desenvolvimento e implementação de um plano de comunicação e
- o reforço da cooperação com parceiros-chave

Isto posto, o próximo capítulo busca analisar o ambiente institucional formal, as organizações formais e os setores de apoio ligados à cadeia agroindustrial do tabaco a partir da análise dos discursos dos agentes participantes da pesquisa.

6 A CADEIA AGROINDUSTRIAL DO TABACO A PARTIR DA CQCT: INTERPRETAÇÕES ACERCA DOS DISCURSOS

A Organização Mundial da Saúde, como autoridade máxima na coordenação da saúde dentro do sistema das Nações Unidas, desempenha um papel de liderança quanto às questões de saúde globais, define a agenda da investigação em saúde, estabelecendo padrões, articulando opções de políticas baseadas em evidências, fornecendo apoio técnico aos países, monitorando e avaliando as tendências de saúde. (OMS,2014). Estabelece ainda, que a saúde é uma responsabilidade partilhada, envolvendo o acesso equitativo aos cuidados de saúde e defesa coletivas contra as ameaças transnacionais.

A CQCT como primeiro tratado internacional de saúde pública da OMS pode percebida como uma instituição formal, ou seja, como sendo um conjunto de normas que buscam regular as relações sociais, econômicas e políticas envolvidas na cadeia produtiva, restringindo as ações que vão ao sentido de fortalecer o consumo de tabaco.

Atrelado ao tratado, está a Conferência das Partes (COP), que procura promover e rever regularmente o processo de implementação da CQCT a fim de propor mudanças no ambiente institucional formal que envolve a cadeia produtiva do tabaco.

Abaixo da CQCT, surgem as demais instituições formais da cadeia que, através de regras, buscam regularizar o ambiente em que as organizações estão inseridas, têm caráter legal, por serem impostas por órgão que possui o poder de delimitar a atuação de cada agente econômico, como por exemplo, os governos federal, estadual e municipal.

No âmbito federal, destaca-se o Congresso Nacional que exerce o poder legislativo e tem como função elaborar normas de direito e legislar as mais variadas esferas políticas e constitucionais do país, aprovando, rejeitando e fiscalizando as propostas feitas pelo poder executivo. Geralmente constituído por parlamentos, congressos, câmaras e assembleias.

Pelas normas regimentais, cada país pôde optar por ratificar ou não a Convenção-Quadro de Controle do Tabaco. Tal ato formal de um país requer prévia decisão política pelos poderes constituídos. O Congresso Nacional aprovou a adesão brasileira à Convenção-Quadro de Controle ao Tabaco com vistas à redução do tabagismo, com o propósito de atuar especificamente sobre a demanda de tabaco. No Brasil o poder legislativo é representado pelas Câmaras de Deputados e pelo Senado Federal.

Nesse sentido, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco também pode ser reputada como uma instituição formal, pois propõe as regras e foi criada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco contribui com análises e informações sobre a conjuntura econômica e social da cadeia, na identificação de prioridades definidas em planos da macroeconomia, a definição de preços mínimos, a elaboração de planos de safras, a busca de consenso para conflitos e negociações internas e externas, assim como, na definição dos índices de produtividade da terra (BRASIL, 2015).

Diversas entidades de caráter nacional, representativas, de produtores, trabalhadores, empresários, setor privado e representantes de órgãos públicos, parlamentares, técnicos governamentais compõem a Câmara Setorial da Cadeia do Tabaco, como denota o quadro 5:

Quadro 5 - Câmara Setorial da Cadeia do Tabaco

Entidades Representativas
Associação Brasileira da Indústria do Fumo - ABIFUMO
Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA
Associação dos Municípios Centro Sul do Paraná - AMCESPAR
Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo - AMVARP
Associação Nacional de Pequenos Agricultores - ANPA
Associação Bras. das Entid. Estaduais de Assist.Técnica e Ext. Rural - ASBRAER
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA
Confederação Nacional dos Trab. nas Indústrias de Alimentos e Afins - CNTA
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG
Federação dos Trab. na Agric. Familiar da Região Sul - CUT FETRAF - SUL/CUT
Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo - SINDIFUMO/SP
Sindicato da Indústria do Tabaco do Estado da Bahia - SINDITABACO/BA
Sindicato da Indústria do Fumo do Estado do Rio Grande do Sul - SINDITABACO/RS
Sindicato dos Trab. na Ind. do Fumo e Alim. de Cruz das Almas/BA - SINTIFA
Ministério da Agricultura/Secret. de Desenv. Agropecuário e Cooperat. MAPA/SDC
Ministério da Agricultura/Secretaria de Política Agrícola -MAPA/SPA
Ministério da Agricultura/Secret. de Relações Internac. Agronegócio- MAPA/SRI
Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC
Ministério das Relações Exteriores - MRE
Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do RS - SEAPA/RS
Ministério da Agricultura/Superintendência Federal de Agricultura no RS - SFA/RS

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Agenda Estratégica, Tabaco 2010 – 2015 (BRASIL,2011).

No âmbito estadual, as instituições formais são representadas pela Assembleia Legislativa, que é o órgão de representação, através dos deputados estaduais e que tem a missão de produzir normas jurídicas, legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo. No contexto regional, as Câmaras Municipais, que possuem função legislativa, são responsáveis, através dos vereadores, pela elaboração de leis sobre matérias de competência exclusiva de cada Município.

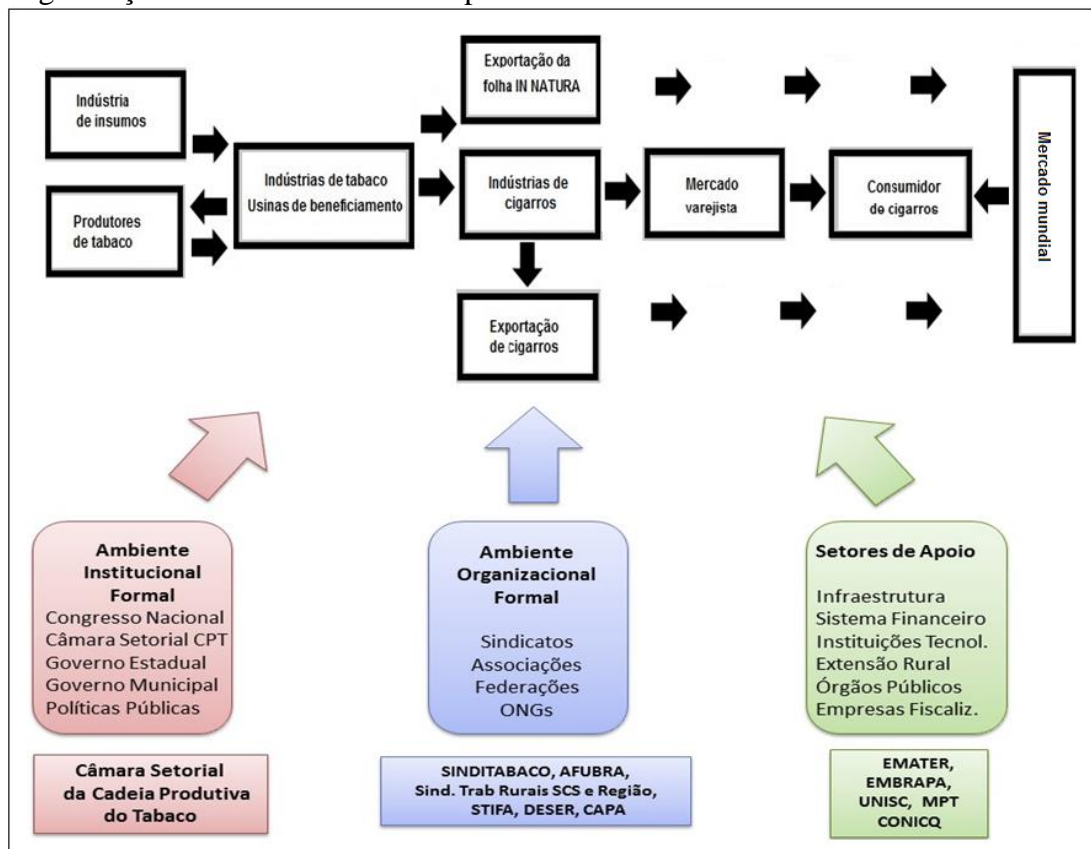
Fazem parte ainda do ambiente institucional formal, as políticas públicas que são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado (seja a nível nacional, estadual ou municipal) voltadas para a resolução de problemas de interesse público. Através de grupos organizados, a sociedade faz seu apelo aos seus representantes (vereadores, deputados e senadores, membros do poder legislativo). Essas políticas públicas serão detalhadas na sessão seguinte.

Quanto aos setores de apoio, contribuem com a cadeia do tabaco: instituições tecnológicas (ensino, pesquisa e desenvolvimento), extensão rural, logística e transporte, sistema financeiro, órgãos públicos, empresas de certificação e fiscalização.

No tocante às organizações formais, fazem parte as associações, sindicatos, federações, confederações e organizações não-governamentais. Algumas, conforme o quadro 5, integram a Câmara Setorial da Cadeia do Tabaco.

Em vista disso, por critério de conveniência e disposição dos respondentes, buscou-se a coleta de informações junto aos representantes do Ambiente Institucional Formal, do Ambiente Organizacional Formal e dos Setores de Apoio, conforme evidencia a figura 12:

Figura 12 - A cadeia agroindustrial do tabaco inserida em um ambiente institucional formal, com organizações formais e setores de apoio



Fonte: Elaborado pela autora com aporte teórico sobre cadeias produtivas e ambiente institucional (ZYLBERSZTAJN; NEVES, 2000; BATALHA,1997).

A coleta de informações ocorreu através de entrevistas e questionários semiestruturados. As entrevistas foram abertas e individuais, com duração em torno de 45 minutos, sequenciadas por um roteiro-guia, enquanto que os questionários foram enviados via e-mail, dada a localização e também a importância desses agentes na cadeia do tabaco. Os agentes foram categorizados em: Instituição Formal (IF), Organização Formal (OF) e Setor de Apoio (SA). Através desses meios, foram feitas as análises dos discursos dos participantes sobre determinados assuntos e a contribuição teórica dentro desse contexto.

Primeiramente, foi lançado aos entrevistados o tema CQCT, como foi acolhida e se a tal convenção visa cessar com a produção do tabaco. Esse tratado representa uma instituição formal, composta por normas que busca regular e restringir o consumo de tabaco. As impressões da CQCT versus o discurso atual em relação às transformações incrementais lentas da mudança institucional na fumicultura podem ser constatadas a seguir:

O objetivo da Convenção Quadro não é extinguir as lavouras de fumo. Não existe no tratado qualquer menção de proibir os países de plantarem fumo, assim como não há qualquer obrigação da substituição do fumo por outras atividades. O que o tratado reconhece é que nenhum governo pode ignorar o controle do tabagismo como prioridade de saúde pública, uma prioridade social e econômica. A Convenção Quadro, em si, não estabelece qualquer prazo para implantação das suas medidas relacionadas aos agricultores, inclusive para substituição das culturas. O impacto da redução de consumo sobre a produção nacional ocorrerá no médio e longo prazos, tendo impacto especialmente na próxima geração de fumicultores (OF6).

Em nenhuma parte do texto da Convenção há medida ou qualquer recomendação para proibir ou acabar a produção de tabaco. No entanto, (...) havia a plena consciência entre os países produtores, incluindo o Brasil, de que o alcance dos objetivos da Convenção (reduzir o tabagismo no mundo), em algum momento geraria a redução da demanda por tabaco e afetaria os meios de vida dos que dependem da produção de tabaco. Por isso o Brasil defendeu a inclusão de uma medida para salvaguardar esses produtores, considerados o elo mais frágil da cadeia produtiva de tabaco. (...) A ideia de que a CQCT busca acabar com a produção de tabaco ou proibi-la foi um mito que passou a ser divulgado em 2004 pelas grandes transnacionais de tabaco que controlam a cadeia produtiva do tabaco no Brasil quando o país estava preparando seu processo interno para ratificar a CQCT (SA5).

A CQCT visa a diminuir o consumo, logo a produção. (...) A produção não vai acabar, precisamos apenas fazer os ajustes. Diminuir a oferta. Para isso, estamos conscientizando os agricultores para que diminuam a quantidade produzida. Nos interessa o tabaco, mas sobretudo o que nós temos que ter em vista é o fumicultor. Temos que pensar no produtor para que na hora de comercializar ele tenha lucratividade. E essa lucratividade ele só terá, se controlarmos a oferta (OF2).

Diante dos posicionamentos, percebe-se que o processo de mudança institucional é lento e as regras formais precisam ser absorvidas. Sempre existem aqueles atores que não querem a mudança, e, quando isso ocorre, é necessário que haja negociação entre as partes envolvidas, uma certa barganha.

Outros dois relatos enfatizam que:

A adesão do Brasil a CQCT foi assinada por interesses. Nunca veio algum tipo de esclarecimento junto à entidade, aos produtores do que e o que era essa adesão a convenção. Nem nós (do sindicato) não sabíamos o que era e quais as consequências. Depois é que ficou constatado que esse acordo visava à erradicação do fumo. (...). Enquanto que o governo puder ficar com essa arrecadação, ele não vai ter interesse em erradicar. Não podemos esquecer que tem uma questão social por trás disso também (OF3).

Vínhamos acompanhando sobre a evolução das decisões da OMS, entretanto, fomos pegos de surpresa com a decisão da ratificação em Brasília, sem consultar todas as partes interessadas e envolvidas na cadeia do tabaco. Eles não tinham noção da quantidade de pessoas envolvidas, a questão socioeconômica envolvida na cadeia do tabaco, todo o contexto. (...). Os desafios seguem sendo os mesmos, ou seja, buscar sempre um equilíbrio entre o aspecto regulatório e a produção. (...). Não é que o consumo irá desaparecer, ele teve uma pequena queda (OF1).

Nos depoimentos declarados acima, há um entendimento de que foi uma decisão imposta pelos agentes governamentais, que desconheciam a realidade socioeconômica. Essa situação revela incertezas quanto aos estímulos e incentivos dados durante décadas a produção de tabaco e, posteriormente, a ratificação à CQCT pelo país tendo como consequência a redução da produção.

Diante disso, outro parecer reforça as opiniões acima supracitadas:

Toda essa briga se iniciou no momento em que foi feita a ratificação da CQCT e foi estruturada por lideranças brasileiras (...) que não tinham nem conhecimento e ideia do tamanho do setor. (...). Durante muito tempo o governo estimulou a produção de tabaco e atualmente querem acabar, isso precisa ser um trabalho gradativo. Mas não acredito na reconversão. Até porque não temos logística, acessibilidade, muitas famílias vivem em regiões afastadas, de difícil acesso e muito longe do mercado consumidor, sem garantia de preços. Nós não temos um mercado organizado para absorver outras atividades. (...). Vamos começar a fazer o trabalho da diversificação, vamos descobrir alternativas e a partir daí o trabalho de implementação. E só depois que essas alternativas trouxerem os resultados desejados, aí sim, elimina-se o tabaco (IF1).

A Convenção Quadro de Controle do Tabaco como uma coerção foi salientada por um agente que compõe o universo de investigação das organizações formais entrevistadas:

Foi uma situação complicada. Eu diria: “enfiado goela abaixo” e não imposto da forma que foi. Eu diria que foi grande culpa do governo e seu papel. (...). A CQCT afeta e pressiona todos os produtores mundiais de tabaco. Isso cria uma dificuldade com aquilo que temos como atividade principal. Existe toda uma questão de saúde relacionada ao tabaco, mas também uma atividade produtiva que engloba muitas pessoas, é uma atividade histórica. (...). Mas deixar de plantar o tabaco é algo muito difícil e não vai acabar tão cedo (OF4).

Nesse caso sobredito, verifica-se que o Estado define e cuida do *enforcement* da base legal de uma sociedade, responde diretamente pela manutenção e formação de suas regras formais.

O parecer a seguir, afirma sobre o cenário de mudanças que vai se estabelecendo, e, diante disso, a compreensão desse novo sistema de regras que sugere que a produção não seja extinta. Logo, há uma adaptação dos agentes a essas instituições.

Nós lemos isso como uma oportunidade (...). Existe uma equivocada visão dos atores e das lideranças em defesa dos interesses da cadeia, uma defesa intransigente e irresponsável, pois aqui existe vida sem o fumo. Porque aqui se dá a impressão que se acabar o fumo se acaba a vida também (OF7).

De acordo com outra opinião auferida, o agente não acredita em mudanças significativas, pois, as corporações possuem interesses garantidos:

Há uma tendência de crescimento de alucinógenos no mundo. Tanto os “legais” como os “ilegais”. Na minha opinião, não vai haver muitas mudanças. O que mantém as empresas aqui é uma população de pequenos agricultores extremamente caprichosos, extremamente submissos, (...), e entregam um produto de boa qualidade, sequer vendem, apenas entregam o produto. Então é só isso que interessa. Enquanto isso continuar assim, vai tudo muito bem, para quem tem os seus interesses garantidos (SA1).

Diante do que foi salientado anteriormente, constata-se que, ao longo do processo histórico, as organizações podem investir seus esforços das mais variadas maneiras, sempre buscando na margem os maiores *payoffs* para suas ações. Nada garante que esses investimentos sejam socialmente ótimos. As empresas se adaptam ao ambiente institucional, mas fazem pressão para que as regras sejam mais adequadas aos seus interesses (ZYLBERSZTAJN, 1995).

Gilmore et al. (2015) destacam que a indústria ostenta sistematicamente a legislação de controle do tabaco existente e empenha-se para evitar futuras políticas, usando seus recursos como vantagem para apresentar argumentos econômicos altamente enganosos. Ainda segundo os autores, utilizam-se de políticas como a responsabilidade social das empresas e de terceiros para tornar seus argumentos mais palatáveis.

Diante desses relatos, a CQCT surgiu como uma imposição e necessidade de reduzir a epidemia do tabagismo em proporções mundiais. A mudança histórica pode ser entendida pelas mudanças institucionais, ou seja, como as sociedades evoluem. As instituições estão apoiadas em leis que tem servido de guia especificamente, que tem como objetivo a CQCT. Possuem uma importância fundamental porque, ao serem imposições criadas pelos seres humanos, acabam limitando suas interações (NORTH, 1991). Nessa perspectiva, o indivíduo é menos autônomo e o ambiente institucional exerce influência relevante.

Em suma, além das normas e regras, as políticas públicas fazem parte do ambiente institucional formal. A CQCT propõe diversas ações e a próxima sessão analisa os programas adotados pelo Brasil e também aborda o posicionamento dos entrevistados acerca do assunto.

6.1 AS AÇÕES E OS PROGRAMAS PÚBLICOS ADOTADOS APÓS A CQCT

Após a adesão ao tratado, a Comissão Nacional para Implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ) articula a organização e implementação de

uma agenda governamental intersetorial para o cumprimento das obrigações assumidas. Através da Política Nacional de Controle do Tabaco, os objetivos, princípios e medidas levam em consideração os fumicultores, fumantes e toda a sociedade (INCA,2014).

Segundo dados do Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco (2014), os principais programas e ações são:

- Programa Nacional de Controle do Tabagismo: inclui a promoção de ambientes livres de fumo e a implantação de projetos para a cessação de fumar na rede do SUS. Busca promover a interação entre as áreas de saúde e educação nos estados, municípios e em nível federal.
- Regulação e fiscalização dos derivados de tabaco: as ações de implementação e fiscalização do tabagismo em recintos coletivos, de restrição da propaganda e regulamentação das embalagens estão, desde 1999, sob a coordenação da ANVISA, sendo implementadas em parceria com a rede de vigilância sanitária do Sistema Único de Saúde.
- Vigilância epidemiológica: a realização de inquéritos periódicos mais aprofundados sobre tabagismo entre jovens e grandes inquéritos nacionais em parceria com o IBGE, como a Pesquisa Especial de Tabagismo (Petab) e a Pesquisa Nacional sobre Saúde do Escolar (Pense). Tem permitido visualizar a situação do tabagismo no Brasil e seu impacto sobre a saúde, oferecendo subsídios para orientar a Política Nacional de Controle do Tabaco.
- Inclusão dos princípios da CQCT na Política Nacional sobre Drogas: a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (SENAD), que faz parte da CONICQ, inclui o tema tabagismo nas suas ações educativas, de divulgação e comunicação e nas pesquisas sistemáticas que desenvolve para monitorar o consumo de drogas lícitas e ilícitas.
- Política de preços e impostos para o setor fumo: coordenada pelo Ministério da Fazenda, através da Secretaria da Receita Federal, vem sendo alinhada paulatinamente aos objetivos da CQCT por meio de sucessivos ajustes nos impostos sobre cigarros.
- Combate ao mercado ilegal de produtos de tabaco: é conduzida pelos Ministérios da Fazenda e da Justiça como parte dos projetos estratégicos de combate à pirataria.
- Programa Nacional de Diversificação da Produção em Áreas Cultivadas com Tabaco: desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem grande importância política, pois sua criação foi condicionante para a ratificação da Convenção Quadro no Congresso Nacional.

Para fins desse trabalho, foram abordados os tópicos 1, 2, 5 e 6 e 7. Acrescidos a essas ações, os compromissos assumidos pelo Brasil, diante da CQCT, quanto ao trabalho infantil e adolescente nas propriedades produtoras de fumo.

Antes mesmo da ratificação, o Brasil já vinha adotando muitas medidas em maior ou menor grau do tratado através dos órgãos fiscalizadores, conforme o quadro 6:

Quadro 6 - Medidas adotadas pelo Brasil entre 2000 e 2016

Ano	Descrição das medidas antitabagismo adotadas
2000	Proibição da publicidade nos meios de comunicação, como TV, rádio e outdoors, com exceção dos pontos de venda. Proibição da distribuição de amostras grátis ou brindes, assim como das visitas de promoção, vendas e distribuição em instituições de ensino, de saúde ou local público. Proibição de merchandising. Proibição de publicidade em mídia eletrônica, incluindo a internet.
2001	Proibição de descritores, tais como "light" e "suave". Advertências sanitárias ilustradas exigidas em 100% de uma das faces das embalagens e nas propagandas nos pontos de venda.
2002	Alíquota do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) alterada. Aumento dos preços de cigarros de 8% a 17%. Implementação do tratamento do fumante em todas as unidades de saúde, com medicamentos.
2003	Proibição parcial do patrocínio de eventos esportivos.
2004	Segundo grupo de advertências sanitárias.
2005	Proibição total do patrocínio de eventos esportivos. Ratificação da CQCT/OMS.
2007	Alíquota do IPI aumenta em 30% para todas as classes de cigarros. Porto Alegre: Restrição do tabagismo em recintos coletivos. Fumódromos permitidos.
2009	Imposto aumenta em 65% para venda a varejo. SP e RJ: leis proíbem o fumo em recintos coletivos e os fumódromos. Terceiro grupo com 10 advertências sanitárias ilustradas.
2011	Proibição do tabagismo em todos os ambientes de trabalho e recintos coletivos do país. Regulamentação ainda pendente. Proibição da publicidade em PDVs (permitida a exposição dos produtos para venda). Regulamentação ainda pendente. Aumento dos impostos nos quatro anos seguintes. Advertências sanitárias exigidas em 30% da face frontal das embalagens a partir de 2016.
2012	Proibição do uso de mentol e demais aditivos em produtos de tabaco.
2013	Política de tributação de IPI. Preço mínimo de varejo R\$ 3,50. Os fabricantes de tabaco ganham a batalha no final de 2013 sobre os aditivos aromatizantes.
2014	O maço de cigarros mais barato chega a R\$ 4,00. Aprovada em 2011, mas regulamentada em dezembro de 2014, a lei proibiu o ato de fumar em locais coletivos.
2015	R\$ 4,50 p/ o maço contendo 20 cigarros
2016	30% da face da frente com advertência de texto

Fonte: Elaborado pela autora com dados do relatório do projeto ITC- Projeto Internacional de Avaliação das Políticas de Controle do Tabaco Relatório do Projeto Brasil (2014).

Contudo, algumas medidas precisaram ser adequadas para atender às diretrizes de melhores práticas da Convenção. Por isso, em dezembro de 2011, a legislação nacional sofreu um importante ajuste. A aprovação, pelo Congresso Nacional, da Lei no 12.546, originada da Medida Provisória no 540/2011, proibiu totalmente o ato de fumar em recintos coletivos, acabando de vez com a utilização de salas reservadas para fumar, os fumódromos, até então permitidos (ITC,2014).

Aprovada em 2011, mas regulamentada em dezembro de 2014, a lei proibiu o ato de fumar cigarrilhas, charutos, cachimbos, narguilés e outros produtos em locais de uso coletivo, públicos ou privados, como halls e corredores de condomínios, restaurantes e clubes – mesmo

que o ambiente esteja parcialmente fechado por uma parede, divisória, teto ou toldo. Essa lei também ampliou o espaço ocupado pelas advertências sanitárias com fotos que os fabricantes são obrigados a veicular desde 2001. E, ainda, remodelou a estrutura de tributos federais sobre cigarros, de forma a aumentar a carga tributária, e instituiu um patamar de preços mínimos para os cigarros.

Em uma lei aprovada em 2003, toda a publicidade no interior dos pontos de venda era obrigada a ter em 10% do seu espaço, as mesmas advertências sanitárias, ilustradas, presentes nas embalagens de cigarro. Em dezembro de 2011, toda a propaganda nos pontos de venda foi proibida, exceto a exibição das embalagens para venda (ITC, 2014)

Além disso, em março de 2012, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) publicou uma resolução proibindo a utilização de aditivos para dar sabores aos cigarros e similares (ACTBR, 2014).

Diante dessa imposição, um entrevistado ressaltou que:

Nos opomos ao uso de uma variedade de aditivos nos cigarros e em outros produtos de tabaco, sobretudo os que buscam aumentar o potencial da nicotina e causar dependência e os que buscam mascarar o gosto ruim do tabaco com sabores adocicados para facilitar a experimentação de crianças e adolescentes e evitar que desistam de continuar consumindo os produtos. (...). Nos opomos a todas as práticas desleais que ao promoverem de forma positiva um produto altamente letal enganam consumidores para captá-los ainda na fase da infância e adolescência (SA5).

A medida recomendada pelas diretrizes nos artigos 9 e 10 da CQCT tem como implicação a redução da atratividade desses produtos, principalmente na iniciação de adolescentes ao tabagismo.

Em vista disso, foi evidenciado nos depoimentos, o parecer contrário as medidas restritivas referentes a utilização de aditivos, e também, os receios e consequências resultantes de tal resolução:

(...) temos acompanhado toda a legislação, o que nos preocupa muito é a questão da adição dos aditivos na fabricação dos cigarros (...). A primeira decisão foi de suspensão até a análise do mérito, e nada aconteceu, já faz um ano. (...). Existem todas as condições de fabricar cigarros sem aditivos, mas para fazer isso é necessário a qualidade do fumo, a maioria do tabaco brasileiro, não detém essa qualidade para produzir sem aditivos (IF1).

A questão que mais nos preocupa foi abordada na COP 4 no Uruguai que trata da restrição ou a proibição dos aditivos que conferem sabores artificiais aos cigarros. A medida pode levar a prejuízos aos produtores de Burley. Essa variedade de tabaco, durante o seu processo de secagem, sofre a perda do seu açúcar natural, sendo necessária a adição no momento da fabricação dos cigarros (OF1).

Apesar da resolução proibir a utilização de aditivos que agregam sabor ao tabaco, especialmente os cigarros, em 2013, o Supremo Tribunal Federal do Brasil revogou a decisão. Esse parecer favorável, permitiu que os fabricantes de tabaco no Brasil continuassem a

produzir e comercializar produtos do tabaco que contêm sabor, tais como chocolate, mentol, cravo e baunilha. Como implicação dessa situação, está a dificuldade de manter a produção de tabaco do tipo “Burley”, tornando necessária a reconversão, caso tal norma venha a vigorar de fato.

Diante do ocorrido, os depoimentos retratam que as instituições definem as regras do jogo e as organizações as utilizam, ou seja, jogam e, todo jogo requer estratégias e táticas para obter sucesso. Nesses ambientes encontram-se as oportunidades e ameaças a serem aproveitadas ou neutralizadas pelos agentes da cadeia produtiva. A batalha judicial travada com relação aos aditivos demonstra o impasse e o jogo de interesses envolvidos.

No tocante a Política de preços e impostos para o setor fumo, o governo também estabeleceu preços mínimos de venda a varejo para o maço de cigarros em todo o Brasil. De 1º de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2012, o valor ficou estabelecido em R\$ 3. Em 2013, o preço chegou a R\$ 3,50 e, em 2014 a R\$ 4,00. A partir de 2011 houve aumento nos impostos com ajuste acumulado de 55% e onde foi definido um preço mínimo de varejo de R\$4,50 para o maço de cigarros em primeiro de janeiro de 2015 (ITC,2014).

A elevação na carga de impostos sobre cigarros teve um aumento de 116% entre 2006 e 2013. Como consequência direta, a venda de cigarros no país sofreu uma queda de 32% no período. Já o número de fumantes diminuiu 28% nos últimos oito anos (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ- FIOCRUZ,2014). Ao todo hoje são 11,3%, enquanto que em 2006 o índice chegava a 15,7% de fumantes no país (INCA,2014).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza como uma das medidas efetivas no combate ao tabagismo, o aumento da tributação sobre cigarros. Licht et al. (2011, p. 1672) destacam que “aumentar os preços dos cigarros tem se mostrado uma forma eficaz de controle do tabagismo. Com os preços mais elevados dos cigarros, há uma diminuição no consumo, aumentando as tentativas de abandono e maiores taxas de abandono do tabagismo.

Desta forma, observa-se que as instituições por meio da imposição, podem fazer valer-se através da coerção, o seu cumprimento, como é o caso das políticas de aumentos de impostos.

Todavia, como consequência, alguns relatos destacam que essa elevação de impostos, leva à perda de arrecadação, já que os fumantes buscam cigarros no mercado ilegal, mais baratos:

(...). Outra questão é o preço mínimo (...). Isso faz com que aumente a ilegalidade. No Paraguai se produz entre 60 e 65 bilhões de cigarros por ano, sendo que não exporta nenhum. É o país que absorve o tabaco de pior qualidade (IF1).

O cigarro é o produto mais contrabandeado no país e representa 32% do mercado total. A maioria dos cigarros contrabandeados vem do Paraguai. (...). O percentual de crescimento da ilegalidade está aumentando. À medida que você coloca muitos impostos, você combate a indústria legal. Mas à margem disso, você deixa um espaço gigantesco para a criminalidade. (...). Nosso cigarro segue absolutamente todas as regulações e restrições impostas pela Anvisa. Também temos um tabaco de qualidade, sem resíduos (OF1).

Temos problemas também com os atravessadores, os roubos de tabaco, o contrabando. Aí me pergunto: por que o contrabando prospera? Será que não há interesses. (...). Vamos até o Paraguai, verificar o que acontece lá. (...). Isso já ocorreu há alguns anos atrás. (...) As apreensões também são facilitadas pelas “denúncias”. Enfim, a corrupção e os corruptíveis estão em todas as esferas (OF4).

Essa situação poderá revelar o poder das organizações de influenciar as instituições. Uma organização, ao operar, afeta variáveis políticas e econômicas. Quando seu cálculo de custo-benefício levá-la a atuar na esfera política, isto é, alterar leis, contratos e normas, assistiremos a uma mudança institucional (NORTH, 1990, p. 86).

Nota-se que, as instituições efetivamente criadas através do processo de negociação ou imposição, surgem como forma de resolver conflitos e controvérsias entre indivíduos ou grupos. Caso não haja cumprimento das regras estabelecidas, como ocorre com o contrabando de cigarros ilícitos, ocorre à repressão.

À vista disso, segundo dados do Brasil (2014), a tabela 5 demonstra a apreensão e destruição de cigarros ilegais em território nacional de 2001 a 2014.

Tabela 5 - Apreensão e destruição de cigarros (2001 a 2014)

Ano	R\$ (Milhões)
2001	70,70
2002	69,86
2003	48,57
2004	52,97
2005	67,54
2006	80,62
2007	69,76
2008	61,64
2009	68,03
2010	96,11
2011	113,37
2012	136,84
2013	293,81
2014	257,07
Total	1.486,89

Fonte: Elaborado pela autora através dos dados do Brasil (2014).

* Os dados quanto ao ano de 2014 foram contabilizados até agosto.

A partir de 2010 observa-se um aumento nas apreensões realizadas, sendo o ápice os anos de 2013 e 2014, com os respectivos valores de R\$293.808.659,59 e R\$ 257.069.452,79

(esse último valor contabilizado até agosto). Juntos, representaram 37,05% do total apreendido desde 2001.

Licht et al. (2011, p. 1689) destacam que “a disponibilidade de alternativas de cigarros a preços mais baixos pode atenuar esforços da saúde pública destinados a reduzir a prevalência do tabagismo através de preços e aumento de impostos”.

Embora estudos de diversos países têm mostrado que a ligação entre o aumento do imposto de consumo e o aumento no comércio ilícito seja tênue, a ameaça de comércio ilícito é real em muitos países (WALBEEK, 2015). Ainda conforme o autor, para que os aumentos de impostos especiais de consumo sejam eficazes como uma ferramenta de controle do tabaco, cabe ao governo minimizar o comércio ilícito de cigarros.

O desafio para os formuladores de políticas está na concepção do sistema fiscal, de modo que, atenda aos objetivos de saúde pública. O fortalecimento das ações de combate ao mercado ilegal de cigarros tem sido uma das linhas de atuação do Governo Brasileiro. A Receita Federal e a Polícia Federal vêm atuando de forma integrada para combater o contrabando e a falsificação de cigarros, principalmente os provenientes de países vizinhos do Mercosul (INCA, 2015). Ainda segundo o INCA (2015), estes órgãos e o Ministério das Relações Exteriores participaram ativamente da negociação do protocolo de eliminação do comércio ilícito de produtos de tabaco, tratado internacional aprovado em novembro de 2012, alinhado ao Artigo 15 da Convenção Quadro, no qual as Partes se comprometem a adotar medidas para controlar o comércio ilícito.

Além do combate ao comércio ilícito de cigarros, o Brasil diante da CQCT também assumiu compromissos quanto a questões de proteção à saúde do trabalhador, trabalho infantil e adolescente nas propriedades produtoras de fumo. Diante dessa conjectura, o entrevistado declara que:

Inicialmente a demanda na cadeia produtiva do fumo chegou ao Ministério Público do Trabalho (MPT) em função do trabalho precoce de crianças a partir dos seis anos de idade e também dos adolescentes gerando evasão escolar, falta de oportunidade de emprego. O combate ao trabalho infantil é uma meta prioritária de atuação do MPT. A partir da coordenadoria regional do trabalho juntamente com outros órgãos, e em parceria com outros órgãos, conselho tutelar, MPE, outros órgãos envolvidos na erradicação para tentar a partir de uma conscientização solucionar esses problemas. (...). É um problema antigo, é um problema cultural, histórico e o MPT vem atuando bem antes da CQCT, fazendo palestras, reuniões, conscientização (SA3).

Esses compromissos foram intensificados com a formalização do termo de compromisso firmado em 15/12/2008 (NO PO 64/2008), onde houve o reconhecimento da legislação pela indústria. Segue o relato:

A partir dessa atuação, se focou também no meio ambiente do trabalho do fumo, em que se verificaram problemas nessa área também, por causa dos agrotóxicos, a doença da folha verde, da questão dos equipamentos de proteção individual (EPI). A preocupação com a qualidade de vida do pequeno produtor. (...). Conforme último senso, a lavoura do fumo foi a que mais diminuiu se comparada com outras atividades em todas as faixas no sul do país. (...). Combater o trabalho infantil é uma tecla repetitiva, porque as oportunidades das crianças e dos adolescentes precisam ser iguais. É uma questão de oportunidade e dignidade (SA3).

Assim sendo, as regras formais têm caráter legal, por serem impostas por órgãos que têm o poder de delimitar a atuação de agentes econômicos, como a atuação dos governos federal, estadual e municipal. Subsequente a isso, o depoimento a seguir reforça que:

Historicamente as crianças trabalhavam na lavoura do fumo, quando as políticas públicas nesse segmento passaram a ser impostas, com a atuação do MPT exigindo que as crianças estudassem e brincassem. (...). Quanto aos períodos que requerem mais mão de obra como a época da colheita, os menores de idade não podem trabalhar. Há a necessidade de contratar terceiros, (...) há falta de mão de obra, por isso, essa pressão sobre a mão de obra de crianças e adolescentes (SA1).

Nota-se que, o cumprimento é obrigatório, requer-se um poder coercitivo para aplicá-las e pertencem ao âmbito público. Nesse ambiente, é necessário que existam "regras" que balizem e orientem a direção a ser tomada, para que os problemas relacionados às interações entre os agentes sejam resolvidos e os acordos de troca sejam estabelecidos e cumpridos (ZERBIELLI,2005).

À vista disso, o relato corrobora no sentido de que:

Temos um trabalho de conscientização que atende aos termos dos acordos firmados perante o MPT-RS e MPT-Brasília e faz parte do programa Crescer Legal, que tem o objetivo de prevenir e combater o trabalho de crianças e adolescentes na cultura do tabaco, por meio da conscientização dos produtores integrados e da sociedade, bem como de projetos sociais no âmbito da educação e do lazer. De acordo com a legislação vigente, menores de 18 anos não podem trabalhar na cultura do tabaco. (...). Depende exclusivamente da conscientização de toda a cadeia produtiva do tabaco (OF1).

Nesse ínterim, os conjuntos de normas e regras delimitam as ações estabelecidas pelas organizações, disciplinando suas ações com seus semelhantes e com o mundo. Os relatos demonstram que as organizações reagem ou resistem à mudança não somente em função de necessidades e decisões econômicas, em busca da melhor eficiência, mas também, por necessidades e estratégias no ambiente regado em que estão inseridas.

Nessa acepção, a abordagem de North (1991) contribui no entendimento de que toda a cadeia agroindustrial do fumo necessita estar se adaptando para conseguir acompanhar as novas leis ou regras, motivada por cada nova mudança no ambiente institucional.

Além das ações supracitadas, visando a cumprir com os objetivos dos artigos 17 e 18 da (apoio a atividades economicamente viáveis e proteção ao meio ambiente e à saúde das pessoas), além das questões econômicas, sociais e culturais no contexto da CQCT, o governo

criou através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Programa Nacional de Diversificação da Produção em Áreas Cultivadas com Tabaco (BRASIL,2013).

Esse programa, objetiva apoiar os agricultores presentes em regiões fumicultoras tradicionais que estiverem dispostos a diversificar suas atividades, de maneira que a possível queda do consumo mundial de tabaco ocorra sem sobressaltos à estabilidade econômica e social destas regiões. Essas ações ocorrem em parceria com organizações governamentais e não-governamentais, sociedade civil que, apoia com a ajuda financeira, empresas de assistência técnica e extensão rural (Ater), bem como universidades, prefeituras e cooperativas que desenvolvam projetos que visem à diversificação de culturas nas propriedades dos fumicultores (BRASIL,2013).

Ainda segundo Brasil (2013), a seleção das organizações se dá por meio das Chamadas Públicas de Projetos, onde é analisada a qualificação técnica, a partir dos princípios, diretrizes e orientações metodológicas previstas na Política Nacional de Ater (Pnater) e no Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco.

O INCA (2014) destaca que os princípios estão associados a uma visão sistêmica das propriedades, com ações que: fortaleçam o desenvolvimento sustentável; ampliem a segurança alimentar das famílias; adotem sistemas diversificados de produção; e mobilizem a participação efetiva de famílias, jovens e mulheres nos processos de planejamento, produção, agregação de valor e comercialização de seus produtos, construindo parcerias institucionais e comunitárias para ampliar a qualidade de vida nas propriedades, comunidades e regiões.

Foram realizados estudos sobre a situação dos fumicultores na cadeia produtiva do tabaco, assim como sobre as alternativas economicamente viáveis ao fumo, para subsidiar tecnicamente a implementação do Programa (FIOCRUZ, 2014). Os projetos de pesquisa realizados em parceria com as seguintes instituições: Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO/RS; Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR; Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC; Universidade Tecnológica Federal do Paraná -UTFPR; Universidade de Santa Cruz do Sul -Unisc; Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro/PR; Embrapa Clima Temperado e Associação dos Fumicultores do Brasil (BRASIL, 2010).

Segundo BRASIL (2010), as políticas públicas possuem como objetivos apoiar os agricultores familiares em todas as etapas do cultivo, desde a produção até a comercialização. A seguir estão descritas as políticas e programas do Governo Federal direcionadas à agricultura familiar e que colaboram para a implementação da ação da diversificação em áreas de tabaco:

- Pronaf – O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar é um programa de crédito criado em 1995, direcionado exclusivamente para a agricultura familiar brasileira. É um mecanismo de incentivo à produção e melhoria da infraestrutura no meio rural de forma a criar as condições adequadas para os processos de desenvolvimento com qualidade de vida no campo. É um programa de crédito que beneficia mais de 2 milhões de famílias agricultoras. Associado ao Pronaf existe o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) e o Seguro para regiões do Semi Árido brasileiro (Garantia-Safra).
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, criado em julho de 2003 desenvolvido para incentivar a agricultura familiar, promover a inclusão social no campo e garantir alimento a populações em situação de insegurança alimentar, por meio da compra da produção familiar.
- Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE - Criado no Brasil através da Lei nº 11.947/2009 que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Educação (FNDE), para a compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, para a alimentação escolar.
- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), coordenada pelo Departamento de Ater - Dater, da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). A implementação do Programa de Ater, seja através dos órgãos públicos de Ater, como através da participação das Organizações Não-governamentais, especialmente ampliando iniciativas inovadoras, têm papel fundamental na implementação de propostas de diversificação nas áreas de produção de fumo.
- Seguro da Agricultura Familiar, criado em 2004. É um programa exclusivo para os agricultores familiares que realizam financiamentos de custeio agrícola no Pronaf. Para os produtores de fumo que decidirem ampliar a diversificação de sua renda através de outras culturas, com financiamento do Pronaf, o Seguro da Agricultura Familiar proporciona mais segurança para o caso de frustração de safra. O Seguro de Preços da Agricultura Familiar trata de um programa vantajoso aos agricultores e também aos consumidores. Aos agricultores, contribui para evitar o endividamento decorrente da queda de preços dos produtos agrícolas e facilita a realização de novos investimentos na atividade agrícola. Aos

consumidores, o benefício se dá pela possibilidade de se manter baixo o custo da cesta de alimentos, que poderá cair ainda mais no médio prazo.

- Programa do Biodiesel. Vem ganhando cada vez mais espaço com a inserção de agricultores familiares produtores de fumo e constitui-se em uma das alternativas na diversificação, com garantia de renda.
- Programa Turismo Rural busca contribuir para a diversificação nas áreas de produção de tabaco com o desenvolvimento de outras atividades não-agrícolas. As transformações no modo de organização das populações rurais apontam o turismo como ferramenta capaz de proporcionar a diversificação de renda, a valorização da cultura local e a comercialização da produção pelos próprios agricultores familiares.
- Programa Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção, busca realizar e/ou apoiar a transição dos modelos produtivos convencionais para estilos sustentáveis de agropecuária, de pesca, de aquicultura, de extrativismo e de manejo de sistemas florestais.
- Programa de Agroecologia prevê recursos para apoio à produção, industrialização e comercialização de alimentos orgânicos, tendo como metas: capacitação de técnicos e agricultores na produção com base agroecológica; assistência técnica e extensão rural; estímulo à pesquisa e ensino voltados à agroecologia; e crédito subsidiado para a transição agroecológica.

Ainda de acordo com os dados do INCA (2014), foram investidos até 2012, mais de R\$ 25 milhões em ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), capacitação e pesquisa para a geração de referências em prol da diversificação da produção e renda em áreas de tabaco. São 75 projetos em execução nos estados produtores de tabaco (RS, SC, PR, BA, AL e SE), parcerias com 50 organizações governamentais e com a sociedade civil, as universidades, os centros de pesquisa, as associações de produtores, que somam mais de 45 mil famílias beneficiadas (INCA,2013).

Foi realizada uma ação específica da Ater para a diversificação (Chamada Pública nº 4/2011, conforme instituiu a Lei 12.188/2010) abrangendo 95 dos principais municípios fumicultores, beneficiando 10 mil famílias produtoras de tabaco, com investimentos de mais de 11 milhões de reais, sendo encerradas suas ações em agosto de 2013. Ainda segundo o Relatório “Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil”, outra chamada pública (nº 06/2013, conforme instituiu a Lei 12.188/2010) específica foi realizada, com investimentos de

mais de 52 milhões, um período de execução de três anos, sendo ampliado o público beneficiário para 11.200 famílias, somente para os três estados do Sul, com o intuito de dar continuidade às famílias beneficiadas com a chamada de 2011 (INCA, 2014).

As políticas públicas como parte integrante do ambiente institucional formal, são ações desenvolvidas pelo Estado (nacional, estadual ou municipal) voltado para o interesse público. Assim sendo, alguns relatos a seguir, destacam a importância da diversificação e as políticas públicas de incentivos:

O estímulo à diversificação, com ajuda de governos e das empresas que operam (integram e coordenam) na cadeia são realidades em diversos discursos e ações pontuais ao longo do tempo. Da parte estatal, justificam como iniciativa de busca de menor dependência dos agricultores ao negócio do tabaco, enquanto do lado das empresas essa política serve de reforço à permanência dos agricultores no campo, pois com as culturas alternativas eles permanecem no campo e ainda podem aumentar a renda familiar, de modo a continuar produzindo tabaco (SA4).

As políticas de diversificação são necessárias. (...) Quanto às verbas do governo, deveria haver mais convênios, destaco aqui o trabalho da Emater. Devemos ter mais que uma atividade. Elas podem gerar mais renda ao produtor. (...)tenho a preocupação com os produtores e a sustentabilidade das propriedades. (...). Temos a EXPOAGRO e o Verde é Vida e buscamos através deles mudar um pouco essa cultura de você só ter produtos de sustento, mas ter mais de uma atividade econômica. Nós queremos que o produtor continue com o fumo, mas queremos que ele diminua a dependência (OF2).

A crença na mudança decorrente das políticas públicas de diversificação baseada em regras que deram origem a programas concretos pode ser examinada nas opiniões. North (2005), ressalta que as crenças sobre como o mundo funciona, teriam a capacidade de influenciar não apenas as instituições, mas também o próprio resultado de políticas e performance econômica de um determinado país. Por essas questões, outros dois agentes opinam:

Acompanhamos a evolução desse processo e incentivamos os fumicultores, para que diversifiquem a fim de que tenham alternativas de complementação de renda para reduzir o grau de dependência, trabalho esse, realizado por outras entidades como a AFUBRA. Existem municípios que tem 90% das receitas geradas decorrentes da produção de tabaco, uma dependência enorme (OF1).

Um avanço significativo em Programas de Diversificação, não apenas reduzirá as incertezas quanto aos processos de exclusão de agricultores familiares, mas, sobretudo, poderá contribuir e apontar para processos que levem à efetiva valorização e fortalecimento da agricultura familiar e de dinâmicas de um desenvolvimento sustentável, justo e viável (OF7).

Os relatos posteriores demonstram que as instituições informais representam regras que não estão escritas, que se acumulam ao longo do tempo, originadas dos usos e costumes. Os entrevistados, no seu entendimento, enfatizaram que a diversificação como sendo algo cultural, e não decorrente das políticas públicas existentes. Ainda que os discursos expressem

a transformação de hábitos da produção, a mesma só acontece como consequência da transformação formal e deve cristalizar instituições informais já existentes:

Nós sabemos que é cultural ter uma propriedade diversificada. Mas tivemos um período (década de 90) em que as indústrias incentivaram os produtores a somente produzirem tabaco, pois era mais rentável. Elas foram para o meio rural vender o seu interesse. (...). Hoje ainda existem muitos produtores que somente plantam fumo, resquíio desse período. Incentivamos a diversificação, que tenha sua horta, seu pomar, seus peixes, galinhas, porcos, milho, feijão. Isso faz com que a propriedade tenha longevidade. São desafios que temos pela frente. Convencer o produtor que não dependa somente do fumo. Nós incentivamos o agricultor a pluriatividade, para que ele tenha outra renda, ou mesmo, que ele tenha todos os alimentos para sustento da família. (...). É uma questão do próprio agricultor também querer se desenvolver, buscar novas alternativas, novos conhecimentos (OF3).

Os programas de diversificação têm seus méritos. (...). A diversificação é cultural, esses produtores já produziam outras coisas além do tabaco. E o que se tenta mostrar é que eles foram os precursores introduzindo a diversificação junto aos produtores. (...). Entretanto os números devem ser mais reais, devem ser olhados com equilíbrio, com o que a realidade nos mostra, afinal temos mais de 162 mil famílias envolvidas na produção do tabaco. (...). Existem famílias em que foi feito um trabalho de reconversão. Um número muito insignificante de famílias reconvertidas. (...). Mas não acredito na reconversão (IF1).

As propriedades sempre foram diversificadas. (...). O que esses dados mostram, é que famílias medianamente bem estruturadas do ponto de vista econômico, que produzem fumo, são famílias que têm, além do fumo, uma estrutura fortemente diversificada. Quanto mais diversificada, mais forte, e quanto mais dependente do tabaco, mais ela empobrece (SA1).

Outro entrevistado reforça a ideia de que, ainda não há uma cultura que possa substituir o tabaco, mas visualiza esse tempo (de combate ao tabagismo), como uma oportunidade para a transição:

(...). Mas sabemos da conjuntura social e econômica e se não há nada para propor, não adianta criticar. A preocupação com a saúde e com a conjuntura duvidosa. (...). O combate ao fumo é um cenário que vai se estabelecendo mundialmente. Se soubermos aproveitar esse tempo para fazer a transição, menos impactante será. Do nosso ponto de vista seria inteligente aproveitar esse cenário para dialogar e, como há uma disposição do governo federal em apoiar as políticas de transição, vamos aproveitar para mudar. (OF7).

Esse depoimento demonstra que as instituições informais possuem mais força que as formais. Há uma resistência à mudança.

No posicionamento continuado, há uma ênfase de que o cultivo do fumo é cultural e intrínseco, difícil de mudar. Esse relato também reforça o poder das instituições informais, agravado pela garantia de preço que os produtores têm ao efetuar a venda:

Qual a alternativa que temos hoje para esses pequenos? Existe também a questão da tradição do cultivo do tabaco e a definição do preço que é outro fator determinante. Que garantia se tem hoje aos produtores que querem aderir a outras culturas? Entretanto já existe uma visão de que é necessário diversificar as propriedades. Mas deixar de plantar o tabaco é algo muito difícil e não vai acabar tão cedo (OF4).

Nesse caso, percebe-se que as instituições informais são mais complexas, uma vez que envolvem as heranças culturais e as crenças, que diferem de um indivíduo para outro (NORTH, 2003). North (2003) reforça a ideia de que a herança cultural é um dos elementos que molda a maneira como as escolhas são feitas e a forma como as sociedades e as instituições evoluem. Nesse caso, contesta-se a eficiência da Convenção. Para North (1990), o conceito de *path dependence* resalta a importância da trajetória histórica, sendo difícil compreender as escolhas atuais sem entender a evolução das instituições em períodos anteriores.

Diante disso, o entrevistado a seguir reforça seu posicionamento quanto a tática das corporações e diversas entidades ligadas ao setor, no sentido de desqualificar e enfraquecer os projetos de diversificação do governo:

Essas empresas que utilizam de várias estratégias, seja através de lobby junto a gestores e legisladores, distorcendo as informações, criando mitos com o intuito de buscar atrasar a implementação da CQCT. (...). Essas empresas fazem o mesmo com o Programa de Diversificação, coordenado pelo MDA. Ao lançar seu próprio programa de diversificação (plantar milho e feijão no intervalo do fumo) e ao convencer a adesão a esse programa por gestores municipais e estaduais elas colocam em prática uma estratégia para esvaziar o programa de diversificação promovido pelo MDA e assim mantêm agricultores e as regiões produtoras continuamente dependentes da cadeia produtiva de tabaco (SA5).

Essa sagacidade também é citada por Otañez e Glantz (2011), que atentam sobre os artifícios das empresas, que por meios como, o reflorestamento, a proteção do solo e projetos de prevenção do trabalho infantil nos países produtores, tornam mais difíceis para os formuladores de políticas nos ministérios de saúde, defender a diversificação das culturas e modos de vida alternativos para os produtores de tabaco como exigido pela CQCT artigos 17 e 18.

Ainda segundo os autores, as práticas autodeclaradas pelas corporações como éticas e sustentáveis, sempre foram usados para melhorar a imagem corporativa, expandir as quotas de mercado, sem fazer mudanças significativas, bem como a transparência e os direitos humanos.

Todavia, alguns agentes sinalizaram para a efetividade das políticas públicas, no sentido de gerar menor dependência da monocultura do tabaco. A diversificação ainda inicial é uma implicação das políticas vinculadas a CQCT, mas se verifica a confiança dos agentes com relação à capacidade de transformações das instituições:

Buscamos inserir e integrar com a cultura do tabaco (...). No momento que o produtor exerce, juntamente com o tabaco outras atividades, chamamos de diversificação. A partir do momento que o agricultor resolve parar de produzir o tabaco e de se dedicar a outra atividade, chamamos de reconversão. Mas a princípio ele está diversificando a renda. A diversificação proporciona menor dependência de

uma renda. A diversificação minimiza o risco e ajuda na subsistência. (...). Entretanto, destaca-se os mercados institucionais, PAA e PNAE. Essas políticas nos deram uma margem de segurança de mercados para começar um trabalho. A alimentação escolar começou a mobilizar, por exemplo, vender R\$ 20.000,00 por ano, algo que motiva a produzir. Essa criação de mercados aumentou a renda desses produtores. (...)A política antitabaco não está sendo eficaz, pois na verdade ela incentiva o êxodo rural e é o que não queremos. Por causa dessa incerteza do direcionamento da cadeia do tabaco, o jovem estuda com o intuito de abandonar o interior (SA5).

Houve muitos avanços nesses 10 anos de CQCT. O Brasil tem procurado fazer seu “tema de casa” com ações ainda tímidas, mas trabalhando com Assistência Técnica e Extensão Rural (estamos executando junto com o Instituto de Cooperação da Agricultura Familiar de Santa Catarina – ICAF, um projeto de ATER para diversificação das áreas cultivadas com tabaco). Aprendi que a gente tem que trabalhar com as “armas que tem” e isso não é fácil, as ações têm avançado e dado resultado, o que demonstra que é importante continuar o trabalho (OF6).

No cenário que compõe esse meio rural, os produtores possuem importância social e econômica. A diversificação agrícola, incentivada por meio de políticas públicas de desenvolvimento rural, pode contribuir para diminuir os riscos de se ter apenas uma atividade como principal fonte de renda e manutenção familiar, além de garantir a permanência no campo, com mais qualidade de vida.

Em vista disso, o capítulo posterior, aborda os incentivos públicos industriais e as políticas de crédito rural deliberadas pelos governos.

6.2 INCENTIVOS PÚBLICOS INDUSTRIAIS E POLÍTICAS DE CRÉDITO RURAL

O Brasil, mesmo diante dos compromissos assumidos junto à Organização Mundial da Saúde através da CQCT, ainda promove apoio às indústrias por meio de financiamentos estatais. Há uma crença na estabilidade de instituições formais, que garantam o financiamento da indústria de tabaco quando se analisa os investimentos ocorridos na cadeia e os investimentos pontuais para instalação/ampliação de unidades industriais.

O Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além dos incentivos municipais de apoio em infraestrutura e logística, são exemplos dessa realidade.

As empresas usufruem das vantagens de recursos concedidos através do estabelecimento de parcerias com os governos, usam da ameaça de litígios nacionais e

arbitragem, no âmbito de acordos comerciais e de investimento, para intimidar esses governos nos progressos de implementação das medidas de controle do tabaco (GILMORE et al., 2015).

De 1997 a 2004, no RS, o setor que mais acumulou benefícios do FUNDOPEM foi o do fumo/cigarro com R\$ 955 milhões, a frente de outros setores como o petroquímico (R\$ 734 milhões), bebidas (R\$ 412 milhões), metais (R\$ 390 milhões), calçados (R\$ 234 milhões), plásticos (R\$ 210 milhões) e borrachas (R\$ 175 milhões), o que representou 24,7% dos investimentos no período (KAPRON, 2009).

Segundo o INCA (2014), quanto aos investimentos de recursos, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), no período de 2000 a 2010, desembolsou R\$ 801 milhões, mesmo sem possuir nenhum programa específico para a cadeia no período:

Tabela 06 - Financiamento do BNDES (Setor de Fumos e Derivados)

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
R\$ (Milhões)	1	8	53	214	175	53	15	20	53	93	116

Fonte: INCA (2015).

Após o ano de 2010, o desembolso do BNDES com a cadeia do fumo aparece agregado ao desembolso com as cadeias de alimentos e bebidas nos informes setoriais, o que dificulta a análise. Entretanto, fica claro, que os investimentos ainda ocorrem (INCA, 2014).

O BNDES informou não haver uma política específica de fomento ao setor fumageiro. Os empréstimos realizados, informa o banco, foram feitos dentro de uma linha de crédito geral para a agricultura e recebe quem faz o pedido certo na hora certa (FORMENTI, 2012).

Além desses incentivos, em 2006, a Tabacos Marasca anunciou um investimento de R\$ 15,3 milhões, na instalação de uma linha de industrialização de fumo no município de Venâncio Aires. Do total investido pela empresa, R\$ 9,2 milhões foram financiados pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2006).

Com um investimento de R\$ 136 milhões, aprovado pelo FUNDOPEM, a empresa Philip Morris, fabricante de cigarros, centralizará toda a produção em um único prédio de 40 mil metros quadrados, desde o recebimento do tabaco, até a fabricação e o empacotamento do produto final no município de Santa Cruz do Sul, Vale do Rio Pardo (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

No tocante à política de crédito rural, também teve um papel estratégico no avanço da produção de fumo no Brasil, principalmente em Santa Catarina, no Paraná e Rio Grande do Sul. Conforme a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL, 2012), mesmo diante da proibição da utilização do Pronaf Custeio para a cultura de fumo desde 2002 (Pronaf Investimento), a partir de 2005, foi liberado para as famílias fumicultoras, desde que, 20% da renda fossem obtidas a partir de outras culturas.

No Rio Grande do Sul, 30,7% do total dos contratos anuais de custeio agrícola foram direcionados para o fumo no período de 2000 a 2010. Em 2010, mais de 172 mil contratos de custeio para lavoura de fumo foram assinados, totalizando R\$ 433 milhões (FETRAF-SUL, 2012).

Isto posto, alguns depoimentos demonstram incerteza e dúvida diante da capacidade de transformação das instituições sobre o sentido das políticas públicas:

É a contradição. Se você for para o primeiro escalão em Brasília, o MS raivosamente luta contra o tabaco, no ministério ao lado, o MDA discute a diversificação timidamente e em outras instâncias, fazendo esses acordos de investimentos para a instalação de empresas tabaqueiras, com isenções. É o jogo do poder. Quem pode, manipula (SA1).

Há uma contradição no que o governo tem para as políticas públicas nacionais da saúde e o que se gera de impostos sobre os produtos do tabaco. É contraditório, pois de um lado prega algo e de outro não abre mão da arrecadação. (...). Recebe incentivos, mas não gera novos empregos. Ela causa o “desemprego”. Já tivemos 20 mil empregos nos anos 90. Mais de 6 mil formais fixos. O uso de tecnologia reduziu muito a quantidade empregada de mão de obra nas indústrias atualmente (OF4).

Nessa situação, constata-se que o aparato institucional ainda não impôs limites de acesso a grandes empresas, assim como vem buscando fazer com organizações de menor porte. Infere-se que isso está vinculado ao poder de barganha dessas empresas e a própria política industrial estatal.

Todavia, outros dois agentes enfatizaram a cessação de incentivos específicos à cadeia em questão:

Dez anos de CQCT e temos acompanhado as políticas públicas restritivas impostas ao setor. (...). O último incentivo que ocorreu foi o PRONAF para os agricultores. Mas isso já faz mais de 10 anos. Nosso setor não tem recebido incentivos. A única coisa foram os aumentos de impostos. A PM e a Souza Cruz receberam ajuda do FUNDOPEM. E o que temos visto são investimentos de infraestrutura regionais. O que tem ocorrido são os investimentos de infraestrutura e apoio logístico, ou seja, pequenos investimentos. Mas o setor em si não recebe investimentos como outros setores (OF1).

Não, especificamente para e com a cultura do tabaco não temos nenhuma linha de P&D (pesquisa e desenvolvimento), assim como provavelmente não devem existir ações de ATER (assistência técnica e extensão rural) oficial, tampouco linhas de fomento ao cultivo e linhas de créditos de governos ou mesmo com subsídios públicos como existem para a produção de alimentos em geral. É uma cadeia benchmark em termos de organização (especialmente em termos de competitividade

mundial e sustentabilidade socioambiental e econômica) e de eficiência produtiva, alocação de fatores produtivos, talvez exatamente porque não depende de governos (SA4).

Sendo assim, os discursos acima demonstram os efeitos do ambiente institucional formal restritivo à cadeia do tabaco.

Ainda dentro desse contexto, alguns discursos defendem a incoerência dos investimentos públicos, pois as corporações buscam lucros atrativos e melhores condições organizacionais para a produção agroindustrial:

O acesso de grandes empresas ao financiamento do BNDES é um tema que ainda não pudemos equacionar. Mas é uma total incoerência. Primeiro, porque essas empresas são transnacionais e têm um capital imenso, lucros estratosféricos e não necessitam de crédito subsidiado do BNDES advindo inclusive do Fundo de Amparo ao Trabalhador. E esperamos que isso mude da mesma forma que aconteceu com o Pronaf. Esse crédito deveria ser redirecionado para apoiar todo o processo de diversificação para as regiões produtoras de tabaco em especial àquelas cujo PIB é totalmente dependente da produção de fumo. São regiões que correm sério risco de colapso econômico caso não acelerem o passo rumo à diversificação. (...). Além disso, alguns estados produtores ainda dão incentivos fiscais a grandes empresas transnacionais de tabaco cujos lucros estratosféricos são, em boa parte, transferidos para seus países de origem (EUA, Inglaterra, Japão, China). Estão na contramão da conjuntura mundial do mercado de tabaco e deveriam mudar urgentemente essa política. (SA5).

Em algumas circunstâncias, os entrevistados percebem possibilidades de ganho com mudanças nas regras preexistentes ou mesmo em normas mais brandas. O agente destacou a questão das disputas de interesses que ocorrem dentro do próprio governo:

Há uma disputa de interesses internamente, enquanto alguns ministérios defendem o agricultor e a saúde da população, há outros ministérios que se deixam influenciar pelas indústrias do tabaco. Sempre foi assim. Mas para nós e demais organizações que trabalham e lutam em prol dos agricultores familiares, o foco é apoiar instâncias do governo que tenham o mesmo objetivo e enfrentar a indústria, sempre que necessário e possível. Mas os enfrentamentos são pesados e desgastantes e há uma disputa constante de projeto/poder (OF6).

À vista disso, o que se pode constatar, é que, “como jogadoras”, as corporações atuam no sentido de manter seu negócio o mais lucrativo possível, além de exigirem ações de promoção de incentivos fiscais, oferta de crédito pelos governos e promoverem *lobby* junto a eles. Tais articulações têm sido importantes vetores, que influenciam ativamente na instalação seletiva dessas corporações em determinados espaços geográficos, como é o caso do RS, onde esses aspectos corroboram no direcionamento dos investimentos de capitais.

Dessa maneira, a adversidade, a adaptação e a seleção são elementos fundamentais à definição das estratégias empresariais e às trajetórias de crescimento econômico, mesmo diante de um tratado de saúde pública internacional, que combate os subprodutos oferecidos pelas corporações tabaqueiras.

Diante disso, a Nova Economia Institucional oferece importantes elementos para o entendimento do ambiente, onde as organizações estão inseridas e de como estas se adaptam ou resistem às mudanças e pressões externas. A importância da NEI não está restrita apenas em demonstrar a relevância das instituições sobre as ações humanas e o desenvolvimento econômico, mas também em amenizar incertezas e imperfeições que se formam nos mercados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os rumos da produção de tabaco estão cada vez mais presentes na agenda pública internacional, principalmente após a elaboração do primeiro tratado de saúde pública, que traz em seu texto, medidas para reduzir a epidemia do tabagismo em proporções mundiais.

Assim sendo, compreender a mudança implica analisar a interação que se processa entre os diversos agentes envolvidos na cadeia e as medidas propostas pela Convenção-Quadro de Controle do Tabaco. À vista disso, a Nova Economia Institucional, oferece importantes elementos para o entendimento do ambiente em que as organizações estão inseridas e de como estas se adaptam ou resistem às mudanças institucionais.

As instituições entendidas como as regras do jogo, formais e informais, constituem o arcabouço imposto pelo ser humano. Formalmente, as instituições são as restrições humanamente inventadas, como regras escritas nas leis e regulamentos criados para resolver problemas específicos de coordenação e, informalmente, representam normas de comportamento, convenções e códigos de conduta.

A CQCT, como marco institucional formal de saúde pública internacional vigente é formada por um conjunto de normas, que busca regular as relações sociais, econômicas e políticas envolvidas na cadeia produtiva, restringindo as ações que vão no sentido de fortalecer o consumo de tabaco. Diante desse ambiente coercitivo, o Brasil, como maior exportador e segundo maior produtor mundial, acompanha esse movimento, pois a cadeia possui relevância para estados, municípios e milhares de pequenos produtores familiares. Aqui, também estão instaladas as subsidiárias das grandes transnacionais do tabaco, particularmente no Rio Grande do Sul.

Precursora do sistema integrado de produção, essa estruturada cadeia, possibilitou a inserção dos agricultores no mercado e a garantia de compra do cultivo. Apesar das críticas, ainda hoje serve de referência para outras cadeias produtivas. Outro aspecto que garante o diferencial é o tabaco “*flavour*” produzido no Brasil, sendo ele determinante no sabor do cigarro. Essas particularidades tornam árdua a missão do Ministério da Saúde, em relação ao dilema saúde pública, versus os interesses da indústria do tabaco, comércio e agricultura.

O que se pode constatar é que o país vem se destacando nas medidas de controle e combate ao tabagismo, na adoção de advertências nas embalagens dos produtos, na proibição do ato de fumar em locais de uso coletivo, públicos ou privados, na proibição da publicidade,

promoção e patrocínio do tabaco, na política de preços e impostos. Em decorrência disso, houve uma redução no consumo no Brasil, mas também, o crescimento do mercado ilícito de cigarros. Esses aspectos foram enfatizados nos diversos discursos auferidos.

Além das medidas supracitadas, foram destacados os avanços das políticas públicas para a agricultura familiar subsidiando o processo de diversificação da produção e renda em áreas com produção de tabaco, buscando, sem sobressaltos, a estabilidade econômica e social destas regiões.

Todavia, após a inicial tensão criada no interior da cadeia com a mudança institucional gerada pelo tratado, cabe destacar que a CQCT, em nenhum momento determinou (ou sequer fez menção) de proibir o plantio de tabaco. O tratado não estabelece qualquer prazo para implantação de medidas relacionadas aos agricultores. Os discursos dos agentes mostram uma transformação verificável em longo prazo e, as tentativas de mudanças sofrem resistências devido à força das instituições informais e do próprio mercado como instituição.

As ações ainda não têm conseguido impedir o aumento da demanda de consumo mundial, principalmente nos países emergentes. A existência de mais de um bilhão de consumidores e as alterações no hábito de fumar (dependência) não podem ser desconsideradas, mesmo diante dos ensejos e dos avanços da consciência social em relação à saúde individual e coletiva.

Esse cenário revela a força econômica, a habilidade política das corporações tabaqueiras em suas relações com os governos nacionais e locais e o uso de diversas estratégias em seus processos de acumulação e de reprodução do capital. As estratégias de ação e as decisões locais das corporações em relação à expansão da produção e direcionamento espacial dos investimentos de capitais têm se alterado. Seus esforços concentram-se atualmente nos mercados de baixa e média rendas, que têm potencial de crescimento econômico e demográfico, na busca por fumantes de substituição.

Diante dessa realidade, os dados não mostram mudanças na cadeia agroindustrial do tabaco no RS, a curto e médio prazos, principalmente, quando se constata os investimentos realizados através de recursos públicos e privados após a CQCT e os lucros crescentes auferidos pelas corporações tabaqueiras. Mesmo diante dos regulamentos em crescimento, altas taxas de impostos, especialmente quando aumentos de impostos especiais de consumo são graduais, têm beneficiado as corporações, ativando o lucro através de aumentos disfarçados. Essa situação foi constatada nas análises sobre os resultados das corporações que atuam no Sul do Brasil.

Contribuem também para esse ambiente favorável, a falta de integração e alinhamento político entre os órgãos governamentais nas esferas federal, estadual e municipal, que foram salientados nos discursos dos agentes entrevistados. Esse caráter dúbio à fumicultura também foi creditado devido à importância da receita tributária auferida aos governos.

Diante dessa conjuntura, o apoio governamental e a associação com os governos locais constituem um fator crítico para as iniciativas que buscam implementar as medidas propostas pela CQCT, como é o caso do Rio Grande do Sul. Todavia, é certo que, em se cumprindo as metas da convenção haverá futuramente uma redução na demanda de fumo no mundo, o que se traduzirá na diminuição da produção, comprometendo possivelmente a estabilidade econômica dos municípios e agricultores que dependerem das receitas geradas.

O Rio Grande do Sul, como maior produtor nacional, necessita rumar para a diversificação da economia, pois a superespecialização gera riscos e a existência de um único ou principal gerador de receitas engendra dependência das atividades satélites ligadas a ele. A pequena diversificação produtiva de regiões especializadas as torna propensas a sofrer com choques externos e às consequências de mudanças na demanda, ou mesmo por decisões locais das corporações diante de um ambiente institucional formal restritivo, impacta diretamente na renda e no desenvolvimento dessas localidades em questão.

Logo, conclui-se, que o estudo se torna relevante na medida em que permite refletir sobre as implicações que emergem em meio a esse ambiente complexo e dinâmico. Os resultados da CQCT e suas medidas terão que ser observados em um prazo maior, diante do comportamento dos consumidores, da efetividade das políticas públicas, dos embates entre os diversos agentes envolvidos e do monitoramento das estratégias das corporações tabaqueiras. A aplicação das lições do tabaco pode contribuir também, para conduzir novos tratados de saúde pública internacional a outras epidemias existentes.

Como sugestão de estudos futuros, sugere-se que se conheça, mais detidamente, o mercado como instituição, para a cadeia do tabaco. Desta forma, poder-se-á confrontar o poder das instituições formais criadas à luz da CQCT, além daquelas existentes ainda antes da assinatura deste tratado pelo Brasil e, o poder das instituições mantidas pelo mercado. Além disso, outra abordagem importante - em termos macroinstitucionais - é medir o custo de oportunidade da renda gerada pela cadeia agroindustrial do tabaco para a sociedade brasileira. Ou seja, relacionar a renda da cadeia com os custos gerados, por exemplo, à saúde. Para isso, é adequada uma análise em longo prazo.

REFERÊNCIAS

ACTBR. **Manutenção da ilegalidade: empresas de tabaco do Brasil fornecem matéria prima para os cigarros contrabandeados do Paraguai.** 26/11/2014. Deser. Disponível em: <<http://actbr.org.br/comunicacao/noticias-conteudo.asp?cod=2574>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

_____. **Convenção Quadro para o Controle do Tabaco.** [2014]. Disponível em <<http://actbr.org.br/tabagismo/convencao-quadro.asp>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. A regulação de aditivos que conferem sabor e aroma aos produtos derivados do tabaco no Brasil, **Cad. Ibero-Amer.** Dir. Sanit., Brasília, v.3, n.1, jan./jun. 2014 . Disponível em: < http://actbr.org.br/uploads/conteudo/946_125-501-1-PB.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2014.

AFUBRA. **Fumicultura Brasileira.** [2015]. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/84>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

_____. **Diagnóstico socioeconômico da propriedade fumicultora sul-brasileira safra 2013/14.** [2015]. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/197>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. **Preços mundiais do tabaco, safra 2011/2012.** [2014]. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/199>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. **Tabaco brasileiro e o faturamento do setor.** [2014] .Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/86>>. Acesso em: 05 dez. 2014.

_____. **Tabela de classificação e preços das variedades Virgínia, Burley e Comum (safra 2013/2014) em R\$/kg.** [2015]. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/uploads/conteudo/94/Tabela-de-Preco-do-Tabaco-13-14.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. **Maiores produtores mundiais, safra 2011/12.** [2014]. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/93>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. **Cigarros e impostos.** [2014]. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/85>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. **Exportações brasileiras.** [2014]. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/90>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. **Cadeia produtiva do tabaco.** [2014]. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/71>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

_____. **Fumicultor sul-brasileiro, safra 2103/14.** [2014]. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/76>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

_____. **Fumicultura Brasileira, importância social.** [2014]. Disponível em:<
<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/72>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. **Consumo mundial de cigarros.** [2014]. Disponível em:<
<http://www.afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/171>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

AGOSTINETTO, D. et al. Utilização de equipamentos de proteção individual e intoxicações por agrotóxicos entre fumicultores do município de Pelotas – RS. **Pesticidas: R. Ecotoxicologia e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 8, p.45-56, 1998.

ALMEIDA, G. E. G. **Fumo: servidão moderna e violação de direitos humanos.** Curitiba: Terra de Direitos, 2005, 168 p.

ANDRADE, C. A. S. **Percepção ampliada da cadeia produtiva: as contribuições da teoria dos custos de transação e da análise de redes sociais, 2002.** Disponível em:
http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR10_0714.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2014.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO. Gazeta Grupo de Comunicações, Santa Cruz do Sul, 2014. 134 p.

_____. Gazeta Grupo de Comunicações, Santa Cruz do Sul, 2010.152 p.

_____. Gazeta Grupo de Comunicações, Santa Cruz do Sul, 2011.162 p.

_____. Gazeta Grupo de Comunicações, Santa Cruz do Sul, 2012.157 p.

_____. Gazeta Grupo de Comunicações, Santa Cruz do Sul, 2013.172 p.

AZEVEDO, P. F. Nova Economia Institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agric. São Paulo**, SP, 47 (1): 33-52, 2000.

BARRY, R. A; HILAMO, H.; GLANTZ, S. A. Waiting for the Opportune Moment: The Tobacco Industry and Marijuana Legalization. **Milbank Q.** 2014 Jun; 92(2): 207–242. Published online 2014 Jun 3.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. **Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas.** In: BATALHA, Mário O. (coord.). **Gestão agroindustrial.** 2a ed. São Paulo: Atlas, 2001, vol1, p. 23-63.

BATALHA, M.O., **Sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas,** In: BATALHA, M.O. et. al, **Gestão Agroindustrial,** São Carlos : Ed. Atlas, 1997. P.24-48.

BEGNIS, S.M. H.; ESTIVALETTE, V. F. V.; PEDROSO, A. E. Confiança, comportamento oportunista e quebra de contratos na cadeia produtiva do fumo no sul do Brasil. **Gestão da Produção.** São Carlos, v. 14, n. 2, p. 311-322, maio-ago. 2007.

BERKELEY. **Converting tobacco to a bioenergy crop.** [2015]. Disponível em:<<http://plantbio.berkeley.edu/news/converting-tobacco-bioenergy-crop>> Acesso em: 12 fev. 2015.

BERSHIDSKY, L. **Big Tobacco's Future: Big Pot.** BLOOMBERG.20/02/2015. Disponível em <<http://www.bloombergtv.com/articles/2015-02-20/big-tobacco-s-future-big-pot>> Acesso em: 03 maio 2015.

BLOOMBERG BUSINESS. **The Chinese Government Is Getting Rich Selling Cigarettes.** 11/12/2014. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/bw/articles/2014-12-11/the-chinese-government-is-getting-rich-selling-cigarettes>> Acesso em: 13 fev. 2015.

BLU. **Discover award-winning taste.**[2015].Disponível em: <<http://www.blucigs.co.uk/>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

BOEIRA, S. L.; GUIVANT, J. Indústria de Tabaco, tabagismo e meio ambiente: as redes ante os riscos. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.20, n.1, p.45-78, jan./abril 2003.

BOLIARI, N.; TOPYAN, K. Conceptualizing Institutions And Organizations: A Critical Approach. **Journal of Business & Economic Research**, Volume 5, Number 1, January 2007.

BONATO, A.; ZOTTI, C. F.; ANGELIS, T. de. Tabaco: da produção ao consumo uma cadeia da dependência. **Revista Tabaco**, Curitiba: DESER, 104 p., 2010.

BONATO, A. **A fumicultura no Brasil e a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco.** Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais. Curitiba, 2007. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=109>. Acesso em: 10 de jun. 2014.

BORGES, R. **O tabaco no Rio Grande do Sul: Análise da cadeia agroindustrial e dos possíveis impactos das políticas derivadas da Convenção-Quadro de Controle do Tabaco sobre a economia fumageira.** 2011. 82 f. Monografia (Bacharelado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

BOSELEY, S. **Hon Lik invented the e-cigarette to quit smoking – but now he's a dual user.** The Guardian. 09/06/2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/society/2015/jun/09/hon-lik-e-cigarette-inventor-quit-smoking-dual-user>>. Acesso em: jul. 2015.

BRASFUMO INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FUMOS S.A. **Empresa.** [2014]. Disponível em: <<http://www.brasfumo.com.br/>> Acesso em: 03 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Câmara setorial da cadeia produtiva do tabaco.** [2015]. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=1&menu=3733&refr=484>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agenda Estratégica, tabaco 2010-2015.** Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/AGES/tabaco.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Diversificação da Produção em Áreas Cultivadas com Tabaco.** 2013. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil**, 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-2583697-3759191-lt_Balano_do_Programa_de-2021660.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2014.

_____. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Destruição de Cigarros** (Art. 14 Decreto-lei nº 1.593, de 21/12/1977) Valores Anuais, por Região Fiscal, em reais, 2014. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/DestinacaoMercadorias/DestruCigarros/default.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. Ministério da Fazenda. Receita Federal do Brasil. **Estabelecimentos fabricantes de cigarros autorizados a operarem no Brasil**. [2014]. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/DestinacaoMercadorias/ProgramaNacCombCigarroIllegal/EstabFabrOpBrasil.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Derivados do tabaco**. [2015]. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Derivados+do+Tabaco/Assuntos+de+Interesse/Danos+A+Saude/cigarro+eletronico>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

BRENZAN, C. K. M. **Coordenação e governança na cadeia produtiva de frango: um estudo de caso de uma cooperativa no oeste paranaense**. 2007. 176 f. Dissertação de Mestrado. UEM/ADMINISTRAÇÃO - UEM/UEL. Londrina, 2007.

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. **Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2009.

BUENO, N. P. Lógica da Ação Coletiva, Instituições e Crescimento Econômico: Uma Resenha Temática sobre a Nova Economia Institucional, **Economia**, Brasília (DF), v.5, n.2, p.361–420 jul./dez. 2004.

CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A.L.C. Mensuração e controle de custos: um estudo empírico em empresas agroindustriais. **Revista Eletrônica Sistemas & Gestão**, vol. 1, N. 2, p.132-141, maio a ago. 2006.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília (DF) 2004 set/out;57(5):611-4.

CAPA. **Núcleos**. [2014]. Disponível em: <<http://www.capa.org.br/>>. Acesso em: 01 out. 2014.

CARVALHO JÚNIOR, L. C. de. A noção de filière: um instrumento para a análise das estratégias das empresas. **Textos de Economia**. v.6 n.1. 1995.

CARVALHO JÚNIOR, L. C. de. et al. **A cultura do fumo**. Florianópolis: UFSC, 2005.

CHINA TABACO INTERNACIONAL DO BRASIL. **Estado entra em ação pela China Tabaco Internacional**. 17/10/2014. Disponível em: <<http://www.folhadomate.com/noticias/geral/estado-entra-em-acao-pela-china-tabaco-internacional>> Acesso em: 03 dez. 2014.

CLICRBS. **A aquisição da KBH&C Tabacos e da Kannenberg& Cia Ltda pela JTI**. 19/06/2009. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/santacruz/tag/jti/>> Acesso em: 03 dez. 2014.

COASE, R. H. The New Institutional Economics. **American Economic Review** 88 (2): 72–74, 1998.

_____. R. H. The Nature of the Firm. **Economica** 4 (16): 386– 405, 1937.

COLLE, C. A. **A cadeia produtiva do trigo no Brasil**: contribuição para a geração de emprego e renda. 1998. 153 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. 1. ed. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002. 228 p.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **Além da Transação: Uma Comparação do Pensamento dos Institucionalistas com os Evolucionários e Pós-Keynesianos**, Porto Alegre, janeiro de 2008.

CTA. **Histórico**. [2014]. Disponível em: <http://www.cta.com.br/Institucional_hist.html>. Acesso em: 13 nov. 2014.

CTA. **Mercado de Exportação**. [2015]. Disponível em:<http://www.cta.com.br/Qualidade_merc.html>. Acesso em: 10 jan. 2015.

DALLAGO FILHO. **Avaliação da relação produtor-empresa no sistema integrado de produção agrícola na cultura de fumo**.2003. 99f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre,2003.

DESER. A Cadeia Produtiva do Fumo. **Revista Contexto Rural** -Revista do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. DESER - Ano III . Nº 04. Dezembro de 2003.Curitiba. PR. p. 4

_____.**Boletim de fevereiro de 2015**. Fev./2015. Disponível em:<<http://www.deser.org.br/documentos/imagem/Boletim-Fevereiro-Otimizado.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2015.

DESLANDES, S. F., GOMES, R., MINAYO, C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DIESEL, V.; SCHEIBLER, J.; PALMA, J. Características e condicionantes da estabilidade de relações de integração agricultor-agroindústria: considerações a partir do caso da fumicultura

no RS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39, Recife, Pernambuco, 05 a 08 ago. 2001. **Anais...** Brasília, SOBER, 2001.

DIGITAL JOURNAL, **Lorillard, Inc. Acquires British-based SKYCIG, Expanding its Electronic Cigarette Business.** 01/10/2013. Disponível em: <<http://www.digitaljournal.com/pr/1499769>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

DRUGWARFACTS. **Drug use estimates.** [2014]. Disponível em: <http://www.drugwarfacts.org/cms/Drug_Usage#sthash.qRmwf9Cf.dpbs>. Acesso em: 21 dez. 2014.

DUARTE, R. Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, março/ 2002.

ETGES, V. E.; ABDALLAH, J. M.; CHANG, K. Tobacco growers at crossroads: Towards a comparison of diversification and ecosystem impacts. **Land Use Policy**, v. 1, p. 1-14, 2009.

EUROMONITOR INTERNATIONAL. **Global Smoking Prevalence**, 31st july, 2013. Disponível em : <<http://blog.euromonitor.com/2013/07/lighting-up-or-putting-out-global-trends-in-smoking-prevalence.html>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. **Cigarettes: Global.** [2015]. Disponível em <<http://www.euromonitor.com/cigarettes>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

_____. **Tobacco in Western Europe**, fev. 2014. Disponível em: <<http://www.euromonitor.com/tobacco-in-western-europe/report>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. **Global Tobacco: Key Findings Part 1 – Tobacco Overview, Cigarettes and the Future.** Jul. 2014. Disponível em:< <http://www.euromonitor.com/global-tobacco-key-findings-part-1-tobacco-overview-cigarettes-and-the-future/report>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

_____. **Tobacco.** 03/11/2015. Disponível em:<<http://blog.euromonitor.com/category/tobacco>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. **Vapour Devices and e-Cigarettes in the Global Tobacco Market.** 22/06/2015. Disponível em:< <http://blog.euromonitor.com/2015/06/vapor-devices-and-e-cigarettes-in-the-global-tobacco-market.html>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

_____. **Tobacco Industry.** 14 jul. 2014. Disponível em:<<http://blog.euromonitor.com/tag/tobacco-industry>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

EVER SMOKE ELECTRONIC CIGARETTES. **History of the electronic cigarette.**[2015]. Disponível em: <(<http://www.learn.eversmoke.com/history-of-electronic-cigarettes.html>)>. Acesso em> 20 jan. 2015.

EXAME. **Empresa pode pagar R\$10,1 bi para tirar Souza Cruz da bolsa.** 23/02/2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/empresa-pode-pagar-r-10-1-bi-para-tirar-souza-cruz-da-bolsa>>. Acesso em: 03 abr. 2015.

FARINA, E.M. et al., A experiência de regulamentação de sistemas agroindustriais no Brasil, In: Farina, E.M. et al., **Competitividade: Mercado, Estado e Organizações**. Piracicaba : Ed. Singular, Fapesp/Pensa, p. 207-214, 1997.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **Coredes/Mapa**. 2014. Disponível em: <<http://mapas.fee.tche.br/coredes.html>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

FEE – **Agricultura/Culturas temporárias/Fumo/ Quantidade produzida**. 2014. Disponível em: <<http://dados.fee.tche.br/index.php>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

FETRAF-SUL. **O Crédito Rural e a produção de fumo no Brasil**. 10/12/2012. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/2011/index.php?option=com_content&view=article&id=2311:o-credito-rural-e-a-producao-de-fumo-no-brasil&catid=1:ultimas-noticias&Itemid=104>. Acesso em: 04 dez. 2014.

FIOCRUZ. **Pesquisa aponta que aumento de impostos reduz consumo de cigarros**. 03/06/2014. Disponível em: <<http://www.agencia.fiocruz.br/pesquisa-da-ensp-aponta-que-aumento-de-impostos-reduz-consumo-de-cigarros>>. Acesso em: 04 dez. 2014.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa** (3a ed., J. E. Costa, Trad.). São Paulo: Artmed. (Obra original publicada em 1995), 2009.

FONG, G. T. et al. Evaluation of smoke-free policies in seven cities in China, 2007–2012. **Tob Control** 2015; 24:iv14-iv20 doi:10.1136/tobaccocontrol-2015-052508.

FORMENTI, L. **BNDES emprestou R\$ 336 milhões à agroindústria do fumo em cinco anos**, O estado de SP. 09/09/2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,bndes-emprestou-r-336-milhoes-a-agroindustria-do-fumo-em-5-anos-imp-,927865>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

FORNAZIER, A. **Mudança institucional no ambiente produtivo da maçã com a adoção da Produção Integrada de Frutas (PIF)** – 2010, 120 f. Dissertação (Mestrado) –Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.

FRANCO, M.L.P.B. O que é análise de conteúdo. **Cadernos de Psicologia da Educação**. São Paulo, PUCSP (7): 1-31, Ago 1986.

FRANCOIS, E. P. **O ambiente institucional na cadeia produtiva avícola do RS: regulação e desenvolvimento do mercado baseado no status sanitário dos plantéis**. 2013. 53 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, RS, 2013.

GALA, P. A Teoria Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, São Paulo, SP, vol. 23, nº 2 (90), abril-junho/2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Sexta edição. São Paulo: Editora Atlas, 2008. 200 p.

GILMORE, A. B. et al. Exposing and addressing tobacco industry conduct in low-income and middle-income countries. **The Lancet**, vol 385, 1029- 1043, March 14, 2015.

GILMORE, A. B.; BRANSTON, J. R.; SWEANOR, D. The case for OFSMOKE: how tobacco price regulation is needed to promote the health of markets, government revenue and the public. **Tobacco Control** 2010; 19:423e430. Doi :10.1136/tc.2009.034470

GOLDBERG, R. A. **Agribusiness coordination: A system approach to wheat, soybean and florida orange economies**. 1968. Division of Research. Graduate School of Business and Administration. Harvard University, 256 pp.

GUERRA, G. **Empresa chinesa investirá US\$ 40 milhões para produzir fumo no Rio Grande do Sul**. CLICRBS. 15/10/2014. Disponível em:<
<http://wp.clicrbs.com.br/acertodecontas/2014/10/15/empresa-chinesa-investira-us-40-milhoes-para-produzir-fumo-no-rio-grande-do-sul/?topo=52,1,1,,171,e171>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

HARRIS, J.; HUNTER, J.; LEWIS, C. M. **New Institutional Economics and Third World Development**. London: Routledge, 1995.

HEEMANN, F. **O Cultivo do Fumo e Condições de Saúde e Segurança dos Trabalhadores Rurais**. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

HIRA, A.; HIRA, R. The new institutionalism: contradictory notions of change. **American Journal of Economics and Sociology**, v.59, n. 2,p 267-282, april, 2000.

HOSHAW, L. **Tobacco Gets a Makeover as New Source for Biofuel**. 03/06/2014. Disponível em: <<http://science.kqed.org/quest/2014/06/03/tobacco-gets-a-makeover-as-new-source-for-biofuel/>> .Acesso em: 24 mar. 2015.

INCA, **Convenção-Quadro de Controle do Tabaco**. [2015]. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/convencao_quadro/o_que_e>. Acesso em: 13 mar. 2015.

_____. **Status da Política**. [2014]. Disponível em:<
http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/status_politica/a_politica_nacional>. Acesso em: 02 dez. 2014.

_____. **Fumicultura e Meio Ambiente** .[2015]. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/status_politica/fumicultura_e_meio_ambiente> . Acesso em: 19 dez. 2014.

_____. **Percentual de fumantes no Brasil cai mais uma vez, afirma Vigitel**. 02/05/2014. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2014/percentual_fumantes_brasil_cai_mais_uma_vez_vigitel>. Acesso em: 04 dez. 2014.

_____. **Desembolso do BNDES com a Cadeia do Fumo** .[2015]. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/dados_numeros/producao_fumo>. Acesso em: 02 mar. 2015.

_____. **Consumo de cigarros per capita** .[2015]. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/dados_numeros/consumo_per_capita>. Acesso em: 03 jan. 2015.

_____. A importância e a urgência da diversificação de produção em áreas que produzem tabaco no Brasil. **Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva**. Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco – RJ, 2013.

_____. **Financiamento da cadeia produtiva de fumo no Brasil**. [2015]. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/dados_numeros/producao_fumo>. Acesso em: 05 fev. 2015.

_____. **Anuário Brasileiro do Tabaco 2014: Uma visão parcial sobre a cadeia produtiva**. 27/02/2015. Disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2015/anuario_brasileiro_do_tabaco_dois_mil_e_quatorze_uma_visao_parcial_sobre_a_cadeia_produtiva. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. **Mercado ilegal**. [2015]. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/status_politica/mercado_ilegal>. Acesso em: 20 jun. 2015.

IÓRIO, M. C. de O. A modernização agroindustrial: sindicalismo ante uma versão agrária da terceirização. In: MARTINS, H. de S.; RAMALHO, J. R. **Terceirização e Negociação no Mundo do Trabalho** . São Paulo: HUCITEC: CEDI/NETS, p.137-152, 1994.

ITC – BRASIL - Projeto Internacional de Avaliação das Políticas de Controle do Tabaco **Relatório do Projeto**. Resultados das ondas 1 e 2 da pesquisa (2009-2013), maio de 2014. Disponível em: <http://www.itcproject.org/files/ITC_BrazilNR-POR-May29v3.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2014.

ITGA, **International Tobacco Growers Association**. [2014]. Disponível em <<http://www.tobaccolleaf.org/>>. Acesso em 22 set. 2014.

ITR - SOUZA CRUZ SA. **Informações Trimestrais**. 31/03/2015. Disponível em: <[http://www.souzacruz.com.br/group/sites/sou_7uvf24.nsf/vwPagesWebLive/DO7X7MUC/\\$FILE/medMD9VYTQ3.pdf?openelement](http://www.souzacruz.com.br/group/sites/sou_7uvf24.nsf/vwPagesWebLive/DO7X7MUC/$FILE/medMD9VYTQ3.pdf?openelement)>. Acesso em: 19 dez. 2014.

JACOBS, E.; ROBINSON, D. E-cigarettes: No smoke with out fear. 17/04/2014. **Financial Times**. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/2/ed185b54-c5e0-11e3-a7d4-00144feabdc0.html#axzz3UKN1LHJw>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

JOHNSTON, T.; FONG, G. T. Survey confirms need for regular tobacco price increases to prevent looming public health crisis, 2014, **Waterloo News**. Disponível em:<

<https://uwaterloo.ca/news/news/survey-confirms-need-regular-tobacco-price-increases-prevent>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

JTI. **About tobacco**. [2015]. Disponível em:< <http://www.jti.com/about-tobacco/>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

KAPRON, S. R. Renúncias Fiscais do Fundopem e Os Setores Beneficiados. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 30, Número Especial, p. 327-362, out. 2009 Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/4-encontro-economia-gaucha/trabalhos/macro-financas-sessao1-3.doc>>. Acesso em: 13 out. 2014.

KHERALLAH, M., KIRSTEN J., The New Institutional Economics: applications for agricultural policy research in developing countries, 2001. **Markets and Structural Studies Division**. International Food Policy Research Institute, 2033 K Street, N.W. Washington, D.C. 20006 U.S.A.

LEE, S., LEE, K., HOLDEN, C. Creating demand for foreign brands in a 'home run' market: Tobacco company tactics in South Korea following market liberalisation. **Tobacco Control**, v.23, n.3, 2014.

LICHT, A. S. et al. How Do Price Minimizing Behaviors Impact Smoking Cessation? Findings from the International **Tobacco Control** (ITC) Four Country Survey. *Int. J. Environ. Res. Public Health* 2011, 8, 1671-1691; doi:10.3390/ijerph8051671.

LIMA, R. G. de. **A transição agroambiental no contexto da fumicultura: caminhos e obstáculos na ótica dos agricultores familiares da sub-região centro do Vale do Rio Pardo, RS**. 2007. 234f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MENDES et al. A nova economia institucional e sua aplicação no estudo do agronegócio brasileiro. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, MG, vol. 6, nº3.

MIELE, M; WAQUIL, P. A; SCHULTZ. **Mercados e Comercialização de Produtos Agroindustriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011 80p.

MIELE, M; WAQUIL, P. A; SCHULTZ. **Mercados e Comercialização de Produtos Agrícolas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010 71p.

MILSTEAD, D. **Trends. Tobacco investors, your gains may well go up in smoke**. 23/05/2014. Disponível em: <<http://www.theglobeandmail.com/globe-investor/investment-ideas/tobacco-investors-your-gains-may-well-go-up-in-smoke/article18830827/>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

MORSE, J., Approaches to qualitative – quantitative methodological triangulation, **Nursing Research**, 40 (1), 1991, p. 120-132.

MOSELE, S.H. **A governança na cadeia agroindustrial da erva-mate na região do Alto Uruguai Rio Grandense**. 2002. 211p. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2002.

MORVAN, Y. 1985. Filière de Production, in *fondaments d'économie industrielle*. Economica. 2. ed. Paris: **Economica**, 1991.

NARDI, J. B. **O fumo brasileiro no período colonial: lavoura, comércio e administração**. São Paulo: Brasiliense, 1996, 432 p.

NASDAQ. **British American Tobacco Announces Offer For Souza Cruz - Quick Facts**. 10/09/2015. Disponível em: <http://www.nasdaq.com/article/british-american-tobacco-announces-offer-for-souza-cruz--quick-facts-20150910-00331#ixzz3r8NeiOce>>. Acesso em: 21 set. 2015.

NEVES et al. Mapping and Quantification of Sugar Cane Chain in Brazil, 2015. **IFAMA 2015 Forum & Symposium**, June 14th -17th 2015.

NG, M. et al. Smoking Prevalence and Cigarette Consumption in 187 Countries, 1980-2012. **JAMA**, January 8, 2014, Vol 311, No. 2 .

NORTH, D. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994b.

_____. D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**, Cambridge: Cambridge University Press.1990.

_____. D. C. "Institutions," *In: Journal of Economic Perspectives*, American Economic Association. vol. 5(1), pages 97-112, Winter.1991.

_____. D. C. **Structure and Change in Economic History**, Norton, New York, 1981.

_____.D.C. **Understanding the process of economic change**. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2005.

_____. D.C. **Five Propositions about institutional change**. 2003. Disponível em: <http://129.3.20.41/eps/eh/papers/9309/9309001.pdf>.>Acesso 20 jun. 2015.

OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TABACO. **Planta do tabaco pode se tornar tratamento para diversas doenças**. 13/05/2015. Disponível em: <http://observatoriodotabaco.com.br/noticias/planta-do-tabaco-pode-se-tornar-tratamento-para-diversas-doencas>>. Acesso em: 13 maio 2015.

OIT. **OIT firma parceria inédita para redução do trabalho infantil na agricultura familiar**, 08/02/2012. Disponível em: < <http://www.oit.org.br/content/oit-firma-parceria-dita-para-redu-o-do-trabalho-infantil-na-agricultura-familiar>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

OMS. Convenção-Quadro de Controle do Tabaco, Outcomes of the sixth session of the Conference of the Parties. [2014]. Disponível em: <<http://www.who.int/fctc/cop/sessions/COP6factsheet.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

_____. **About Who.** [2015]. Disponível em: <<http://www.who.int/about/en/>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso: princípios & procedimentos.** São Paulo: Pontes, 2007.
 OTAÑEZ, M.; GLANTZ, S. A. Social responsibility in tobacco production? Tobacco companies' use of green supply chains to obscure the real costs of tobacco farming. **Tob Control** 2011 20: 403-411 originally published online April 19, 2011. doi: 10.1136/tc.2010.039537

PÁGINA RURAL. RS: JTI inaugura nova unidade de compra e investe em mecanização da colheita de tabaco. 26/02/2015. Disponível em:<
<http://www.paginarural.com.br/noticia/213023/jti-inaugura-nova-unidade-de-compra-e-investe-em-mecanizacao-da-colheita-de-tabaco>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

PAULON, A; NASCIMENTO, J. V do; LARUCCIA, M. M. Análise do Discurso: Fundamentos Teórico-Metodológicos, **Revista Diálogos Interdisciplinares**, vol. 3, n°.1, 2014.

PERONDI, M.; SCHNEIDER, S; BONATO, A. A. Metodologia para Avaliar a diversificação da Produção em Áreas Cultivadas do Tabaco. 2008. In: Sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural, n. 46., Rio Branco, 2008. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008.

PHILIP MORRIS. **Institucional, Brasil.** [2014]. Disponível em:<
http://www.pmi.com/marketpages/Pages/market_pt_br.aspx>. Acesso em: 24 dez. 2014.

PLANT FORM. Science & Technology. **PlantForm is a leader in plant-derived biologic drug production.** [2015]. Disponível em:<<http://www.plantformcorp.com/science.aspx>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

PONCIANO et al. Dinâmica da Cadeia Agroindustrial do Café (Coffea Arabica L.) Brasileiro após a Desregulamentação. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural- **SOBER. Anais Eletrônicos...** Rio Branco, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/717.pdf> >. Acesso em: 15 abr. 2014.

PONCIANO, N. J. **Segmento exportador da cadeia agroindustrial do café brasileiro.** 1995. 128 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1995.

PONDÉ, J. L. **Coordenação, custos de transação e inovações institucionais.** Campinas: UNICAMP, 1994. 50p.

POPE, C.; MAYS, N., Reaching the parts other methods cannot reach: an introduction to qualitative methods in realth and healt service research , **British medical journal**,1995.pp42-45.

PORTAL DO TABACO. **Contrabando já responde por 31% do mercado nacional de cigarros.** 27/02/2015. Disponível em: < <http://portaldotabaco.com.br/?p=504>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

_____. **JTI inaugura nova unidade de compra e investe em colheita mecanizada.** 26/02/2015. Disponível em: < <http://portaldotabaco.com.br/?p=498>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. **Produtor depende menos do tabaco, revela pesquisa.** 29/06/2015. Disponível em: < <http://portaldotabaco.com.br/?p=953>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

PREMIUM TABACOS DO BRASIL. **Histórico.** [2014]. Disponível em: < <http://www.premiumbrazil.com.br/empresa/historico.php>>. Acesso em 12 dez. 2014.

POWELL, J. D. From Pandemic Preparedness to Biofuel Production: Tobacco Finds Its Biotechnology Niche in North America. **Agriculture**, 2015, 5(4), 901-917; doi:10.3390/agriculture5040901.

PRNEWSWIRE. **JT Acquires Logic, the Leading Independent US e-Cigarette Company.** 30/04/2015. Disponível em: < <http://www.prnewswire.com/news-releases/jt-acquires-logic-the-leading-independent-us-e-cigarette-company-501787281.html>>. Acesso em: 12 maio 2015.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Tabacos Marasca investe R\$ 15,3 milhões com aporte do BRDE.** 27/11/2006. Disponível em: < [http://www.estado.rs.gov.br/conteudo/156358/tabacos-marasca-investe-r\\$-15,3-milhoes-com-aporte-do-brde](http://www.estado.rs.gov.br/conteudo/156358/tabacos-marasca-investe-r$-15,3-milhoes-com-aporte-do-brde)>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. **Rigotto recebe apoio no projeto de créditos aos exportadores durante inauguração de novo investimento no Vale do Rio Pardo.** 16/02/2005. Disponível em: < <http://www.estado.rs.gov.br/conteudo/168512/rigotto-recebe-apoio-no-projeto-de-creditos-aos-exportadores-durante-inauguracao-de-novo-investimento-no-vale-do-rio-pardo>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

_____. **Com incentivos do Fundopem, Philip Morris Brasil inaugura nova fábrica em Santa Cruz do Sul.** 05/04/2013. Disponível em: < <http://www.rs.gov.br/conteudo/18354/com-incentivos-do-fundopem-philip-morris-brasil-inaugura-nova-fabrica-em-santa-cruz-do-sul->>. Acesso em: 09 dez. 2014.

_____. **BRDE – Rigotto assina financiamentos do BRDE para novos investimentos no Estado.** 26/11/2006. < <http://www.estado.rs.gov.br/conteudo/156534/rigotto-assina-financiamentos-do-brde-para-novos-investimentos-no-estado/termosbusca=investimentos%20marasca%3E>> Acesso em: 04 dez. 2014.

RESEARCHANDMARKETS. **Global E-cigarette Market 2015-2019.** December 2014. Disponível em: < <http://www.researchandmarkets.com/research/r3nmbb/global>> Acesso em: 23 fev. 2015.

REUTERS BRASIL. **Souza Cruz tem alta de 5% no lucro líquido no 4º trimestre.**

12/02/2015 Disponível em:

<<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN0LG30A20150212>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de Conteúdo e Análise de Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Alea**, dez 2005, v.7, no.2, p.305-322.

ROTHWELL, L.; BRITTON, J. ; BOGDANOVIC, I. The relation between cigarette price and hand-rolling tobacco consumption in the UK: an ecological study. 2015. **BMJ Open** 2015;**5**:e007697 doi:10.1136/bmjopen-2015-007697.

RUDNICKI, C. P. S. **Agricultura Familiar e empreendedorismo**: um estudo sobre as trajetórias de jovens egressos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) no Vale do Rio Pardo/RS. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2006.

RUDNICKI, C. P. S. **As relações de confiança no sistema integrado de produção do tabaco (SIPT) no Rio Grande do Sul/Brasil**, 2012. 181 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2012.

SA AIRWAYS. **Test tobacco biofuel in 2015**. 10/12/2014. Disponível em:

<<http://www.southafrica.info/business/trends/innovations/saa-biofuel-101214.htm#.VVQSnfxViko#ixzz3a4xRachV>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

SHAFEY, O. et al. Case studies in international tobacco surveillance: cigarette smuggling in Brazil. **Tob Control** 2002;**11**:215-219 doi:10.1136/tc.11.3.215.

SINDITABACO. **Associadas**. [2014]. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/entidade/associadas/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

_____. Estatísticas e Infográficos. **Produção de tabaco no Rio Grande do Sul**. [2015].

Disponível em:< <http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/estatisticas-e-infograficos/>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

_____. **CTIB e Alliance One formalizam a criação da joint venture China Brasil**

Tabacos.01/04/2014. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/ctib-e-alliance-one-formalizam-a-criacao-da-joint-venture-china-brasil-tabacos/>>. Acesso em: 18 out. 2014.

_____. **Dimensões do setor**. [2015]. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/dimensoes-do-setor/>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

_____. **Philip Morris Brasil inaugura complexo de R\$ 113 milhões em Santa Cruz do**

Sul. 06/04/2013. Disponível em:<<http://sinditabaco.com.br/philip-morris-brasil-inaugura-complexo-de-r-113-milhoes-em-santa-cruz-do-sul/>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

_____. **Tabaco supera exportações em 2013**. 27/01/2014. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/tabaco-supera-exportacoes-em-2013/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **Tipos de tabaco**, [2014]. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/tipos-de-tabaco/>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

_____. **Exportações**. [2015]. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/exportacoes/>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

_____. **Tabaco supera exportações em 2013**. [2015]. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/tabaco-supera-exportacoes-em-2013/>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

_____. **Participação do tabaco no total das exportações**. [2015]. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/estatisticas-e-infograficos/>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

_____. **Brasil: consumo de defensivos pelas principais culturas**. [2015]. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/estatisticas-e-infograficos/>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SILVA, L. X. da. **Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação**. 2002. 287 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2002.

_____. A cadeia agroindustrial de fumos claros do sul do Brasil e a Convenção Quadro para o controle do Tabaco: estratégias e perspectivas. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Congresso (46. : 2008, 20-23 jul. : Rio Branco). **Anais... SOBER** [recurso eletrônico]. Rio Branco: Sober, 2008.

SILVA, L. X. da; BORGES, R. L. A. Interpretações e análise das relações contratuais e da interdependência na cadeia agroindustrial do tabaco sul-brasileiro. **Quinto Encontro de Economia Gaúcha** – Porto Alegre, 2010.

SILVA, L. X. da; TILLMANN, E. A. Exportações e eficiência competitiva da cadeia brasileira do tabaco: vantagens comparativas reveladas e orientação regional. In: Sociedade Brasileira De Economia, Administração E Sociologia Rural, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais... SOBER**. Porto Alegre, Sober, 2009.

SILVA, L. X. da; LIBARDONI, P.; FARIAS, G. S. de. **Descrição e Análise do Perfil Socioeconômico das Áreas e dos Produtores de Fumo em Folha no Sul e no Nordeste do Brasil**. Um estudo baseado nos resultados do Censo Agropecuário 2006, IPEA. Relatório de Pesquisa. Brasília/DF, 2013.

SILVA, C. L.M.; GONÇALVES, S. A. **Nota Técnica: a teoria institucional**. In: CLEGG, S. et al. (Org.). Handbook de Estudos Organizacionais. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, E. L. da, MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVEIRA, R. L. L. ; DORNELLES, M. . Mercado mundial de tabaco, concentração de capital e organização espacial: notas introdutórias para uma geografia do tabaco. **Scripta Nova** (Barcelona), v. XVI, p. 338, 2010.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. Pesquisa Científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SOUTHAFRICAINFO, **SA Airways to test tobacco biofuel in 2015**. 10/12/2014. Disponível em: <<http://www.southafrica.info/business/trends/innovations/saa-biofuel-101214.htm#.VVQSnfxViko#ixzz3a4xRachV>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

SOUZA CRUZ - **ITR - Informações Trimestrais - 31/03/2015 - SOUZA CRUZ SA**. Disponível em:<[http://www.souzacruz.com.br/group/sites/sou_7uvf24.nsf/vwPagesWebLive/DO7X7MUC/\\$FILE/medMD9VYTQ3.pdf?openelement](http://www.souzacruz.com.br/group/sites/sou_7uvf24.nsf/vwPagesWebLive/DO7X7MUC/$FILE/medMD9VYTQ3.pdf?openelement)>. Acesso em: 19 abr. 2015.

_____. **BAT anuncia o lançamento de seu primeiro cigarro eletrônico no Reino Unido**. 09/08/2013. Disponível em: <http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO9AER7D?opendocument&SKN=1>. Acesso em: 26 jan. 2015.

_____. **Relatório de Administração, 2014**. Disponível em: <[http://www.souzacruz.com.br/group/sites/sou_7uvf24.nsf/vwPagesWebLive/DO9UBM4A/\\$FILE/medMD9G4RW4.pdf?openelement](http://www.souzacruz.com.br/group/sites/sou_7uvf24.nsf/vwPagesWebLive/DO9UBM4A/$FILE/medMD9G4RW4.pdf?openelement)>. Acesso em: 12 dez. 2014.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, R. P. A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco: reflexões sobre o futuro da fumicultura brasileira. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Porto Alegre, 2009. Brasília, SOBER,2009.

STATISTA. **Leading 10 tobacco companies worldwide in 2014, based on net sales (in billion U.S. dollars)**. [2015]. Disponível em: <<http://www.statista.com/statistics/259204/leading-10-tobacco-companies-worldwide-based-on-net-sales/>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

_____. **Tobacco production worldwide from 1990 to 2013 (in 1,000 metric tons)***. [2015]. Disponível em: <<http://www.statista.com/statistics/261189/global-tobacco-production-since-1980/>>. Acesso em: fev. 2015.

_____. **Leading 10 tobacco producing countries worldwide in 2013 (in 1,000 metric tons)***. [2015]. Disponível em:<<http://www.statista.com/statistics/261173/leading-countries-in-tobacco-production/>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. **Tobacco infographics**. 25/04/2015. Disponível em: <<http://www.statista.com/chartoftheday/tobacco/>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

TAMANAHARA, B. Z.; HAMMOND, W. G. The Knowledge and Policy Limits of New Institutional Economics on Development, p. 1-34. **Journal of Economic Issues**, 2015.

TOBACCO ATLAS. **Products of tobacco**, 2010. Disponível em: <http://www.tobaccoatlas.org/products/types_of_tobacco_use/smokingandsmokeless/>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. **Third Edition**. 2010. Disponível em: <<http://www.afro.who.int/en/clusters-a-programmes/hpr/health-risk-factors/tobacco/tobacco-country-profiles/tobacco-atlas-3rd-edition.html>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

_____. **Fifth edition**. 2015. Disponível em: <http://3pk43x313ggr4cy0lh3tctjh.wpengine.netdna-cdn.com/wp-content/uploads/2015/03/TA5_2015_WEB.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2015.

_____. **E-cigarettes should be regulated in such a way as to reduce smoking of combusted tobacco products to the greatest extent possible**, [2015]. Disponível em: <<http://www.tobaccoatlas.org/topic/e-cigarettes/>>. Acesso em: 09 fev. 2015.

_____. **The varying state of e-cigarettes worldwide: EU**. Regulation European Union. [2015]. Disponível em: <<http://www.tobaccoatlas.org/topic/e-cigarettes/>>. Acesso em: 01 abr. 2015.

_____. **Big tobacco & e-cigs**. Disponível em: <<http://www.tobaccoatlas.org/topic/e-cigarettes/>>. [2015]. Acesso em 29 mar. 2015.

_____. **Our largest objective is to dramatically reduce the consumption of combustible cigarettes**. Quinta edição, 2015. Disponível em: <http://www.tobaccoatlas.org/topic/cigarette-use-globally/>. Acesso em: 29 mar. 2015.

_____. **The varying state of e-cigarettes worldwide**, [2014]. Disponível em: <http://3pk43x313ggr4cy0lh3tctjh.wpengine.netdna-cdn.com/wp-content/uploads/2015/02/CH12_E-cigarettes.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2014.

TOBACCO FREE KIDS. 2014. **The global cigarette industry**. [2015]. Disponível em: <http://global.tobaccofreekids.org/files/pdfs/en/Global_Cigarette_Industry_pdf.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2015.

_____. **Global Tobacco Control Updates**. [2015]. Disponível em: <http://global.tobaccofreekids.org/en>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

TOBACCO TACTICS. **E-cigarettes**. [2015]. Disponível em: <<http://www.tobaccotactics.org/index.php/E-cigarettes>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

_____. **Tobacco industry investment in no-cigarette nicotine products**. [2015]. Disponível em: <http://www.tobaccotactics.org/index.php/File:E-cig_timeline.PNG>. Acesso em: 12 fev. 2015.

_____. **Category: Tobacco Companies**. [2015]. Disponível em: <http://www.tobaccotactics.org/index.php/Category:Tobacco_Companies>. Acesso em: 19 jan. 2015.

_____. **E-cigarettes: Lobbying**. [2015]. Disponível em: <[http://www.tobaccotactics.org/index.php/E-cigarettes: Lobbying](http://www.tobaccotactics.org/index.php/E-cigarettes:_Lobbying)>. Acesso em: 20 mar. 2015.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSAL CORPORATION. **About us**. [2014]. Disponível em: <<http://www.universalcorp.com/>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

VAN WALBEEK, C. The economics of tobacco control (Part 2): evidence from the ITC Project. **Tob Control** 2015;24:iii1-iii3 doi:10.1136/tobaccocontrol-2015-052425

VARGAS M. A., OLIVEIRA B. F., RESR, Estratégias de Diversificação em Áreas de Cultivo de Tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa, **Revista Piracicaba-SP**, Vol. 50, Nº 1, p. 175-192, Jan/Mar 2012.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VOGT. O. P. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS : 1849 - 1993**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997. 283 p.

VYPE. **Vaping made simple**. [2015]. Disponível em: <<https://uk.govype.com/>>. Acesso em: 29 jan. 2015.

WAQUIL, P. D. **A conta ambiental e econômica do desperdício**. Entrevista especial com Paulo Waquil. Instituto Humanitas Unisinos. 31/08/2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/534797-a-conta-ambiental-e-economica-do-desperdicio-entrevista-especial-com-paulo-waquil> > Acesso em: 19 set. 2014.

WEGNER et al. Obrigado por fumar! Um caso para ensino sobre Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento Regional. **XXXIII Encontro da ANPAD**, SP (2009).

WHO. **Signatories Parties**. [2015]. Disponível em: <http://www.who.int/fctc/signatories_parties/en/>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. **Cop6**. [2014]. Disponível em: (<http://www.who.int/fctc/cop/sessions/cop6/en/>). Acesso em: 14 dez. 2014.

_____. **Parties to the WHO Framework Convention on Tobacco Control**. [2015]. 2015. Disponível em: < http://www.who.int/fctc/signatories_parties/en/>. Acesso em: 14 mar. 2015.

_____. **Sessions of the Conference of the Parties to the WHO FCTC**. [2015]. Disponível em: < <http://www.who.int/fctc/cop/sessions/en/>>. Acesso: 26 jan. 2015.

_____. **Outcomes of the sixth session of the Conference of the Parties**. [2015]. Disponível em: < <http://www.who.int/fctc/cop/sessions/COP6factsheet.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. **Raise taxes tobacco**, 2012. Disponível em:
http://gamapserver.who.int/mapLibrary/Files/Maps/RaiseTaxesTobacco_2012.png. 2012.
 Acesso em: 26 dez. 2014.

_____. **Sixth session of the Conference of the Parties**. [2015]. Disponível em:
<http://www.who.int/fctc/cop/sessions/cop6/en/>. Acesso em: 28 jan. 2015.

_____. **Framework Convention on Tobacco Control**. [2014]. Disponível em: <
<http://www.who.int/fctc/cop/sessions/en/>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

_____. **Tobacco**. Fact Sheet N° 339, 06/07/2015. Disponível em:<
<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs339/en/>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

WILLIAMSON, O, E. Transaction cost economics. In: Handbook of Industrial Organization. Schmlensee and Willig, R. Amsterdam: **Elsevier Science Publishers**, 1989(a), v.1, p. 137-181.

WILLIAMSON, O, E. **The mechanisms of governance**. New York: The Free Press. 1996.

ZANELLA, M. G. **Ambiente institucional e políticas públicas para o biogás proveniente da suinocultura**. 2012. 84 f. Dissertação (Mestrado em Bioenergia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo. Centro de Engenharias e Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Bioenergia, Toledo, PR, 2012.

ZERBIELLI, J. **Mudança no ambiente institucional do agronegócio de pêssegos na região de Pelotas a partir da formação do Mercosul**. 2005. 124 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2005.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da Nova Economia das Instituições**. 1995. 238p. Tese – FEA – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1995.

_____. D.; FARINA, E. M. (1997). “Agri-system management: development sand limitation sof the concept”. **Anais...** Brazilian Workshop of Agri-Chain Management. Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, FEA-USP, Ribeirão Preto.

_____. D. **Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial**. In: NEVES, Marcos Fava; CHADDAD, Fabio R; LAZZARINI, Sergio G. Alimentos: novos tempos e conceitos na gestão de negócios. São Paulo: Pioneira, 2000.

_____. D.; NEVES, M. F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. São Paulo: Pioneira, 2000.

_____. D. Papel dos Contratos na Coordenação Agro-Industrial: um Olhar Além dos Mercados. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: FEARP- USP, 2005.

APÊNDICES

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

APÊNDICE A - Câmara Setorial da Cadeia do Tabaco

1. Qual a importância da criação da Câmara Setorial do Tabaco para a cadeia?
2. Em relação a CQCT, quais os cenários para a cadeia? A CQCT visa acabar com a produção de tabaco?
3. Quanto as políticas públicas de diversificação das pequenas propriedades fumicultoras. Qual o posicionamento a respeito?
4. Como o setor analisa a questão do contrabando?
5. E o cigarro eletrônico?
6. Para finalizar, o Senhor gostaria de colocar algo mais?

APÊNDICE B - AFUBRA

1. Sendo a AFUBRA representante dos produtores de tabaco, como ela visualiza a CQCT e o futuro da produção?
2. Qual a opinião e posicionamento da AFUBRA sobre o uso da mão de obra infantil nas lavouras e sobre a questão ambiental (desmatamento, uso de defensivos)?
3. Como a AFUBRA percebe as políticas públicas que restringem o consumo e consequentemente a produção?
4. Como são vistas as políticas públicas que incentivam a diversificação das propriedades?
5. Quais são as iniciativas da AFUBRA atualmente?
6. Alguma coisa a mais que o Sr. gostaria de colocar?

APÊNDICE C - Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional- UNISC

1. Quais foram os trabalhos que a senhora desenvolveu e que desenvolve relacionados à cadeia do tabaco?
2. Com a implantação da CQCT, qual a sua percepção sobre o futuro da cadeia?
3. Como a senhora se posiciona quanto as políticas públicas de diversificação?
4. E quanto aos investimentos/incentivos que ocorrem na cadeia? Não seria contraditório isso?
5. Em seus trabalhos, a senhora fala sobre os suicídios ocasionados pelo uso de defensivos na lavoura de tabaco. Poderia relatar mais algumas informações?
6. Algo mais que a senhora gostaria de colocar?

APÊNDICE D- Ministério Público do Trabalho – Procuradoria de Santa Cruz do Sul

1. Qual o papel/atuação do MPT junto à cadeia do tabaco?
2. O Brasil diante da CQCT assumiu alguns compromissos. Como o MPT trata a questão do trabalho infantil e adolescente nas lavouras de fumo?
3. Quanto à mão de obra terceirizada (informal) nas lavouras de tabaco, como o MPT atua nessa questão?
4. Com as medidas adotadas pelo MPT, a mão de obra infantil e adolescente nas lavouras tem diminuído?
5. Algo mais que a Senhora gostaria de relatar?

APÊNDICE E – Centro de Apoio aos Pequenos Agricultores (CAPA) da região de Santa Cruz do Sul

1. Inicialmente gostaria que o Sr. comentasse sobre o trabalho do CAPA.
2. Sendo o CAPA um proponente de alternativas, como a ONG percebe a CQCT?
3. O CAPA se mantém com que recursos? Públicos?
4. Como é a organização comunitária do CAPA?
5. Introduzir a cultura do cooperativismo é algo difícil na região?
6. Algo mais que o Sr. julga ser importante ou pertinente?

APÊNDICE F - EMATER/ASCAR – Região de Soledade – Microrregião de Santa Cruz do Sul

1. Como a EMATER visualiza o futuro da cadeia do tabaco em função da CQCT?
2. A CQCT vai acabar com a produção de tabaco?
3. Qual o papel da EMATER nesse contexto?
4. As políticas restritivas ao consumo favorecem e fortalecem a EMATER?
5. Estando no polo tabaqueiro, é difícil propor novas alternativas de renda aos pequenos agricultores?
6. O que faz um produtor de tabaco procurar a EMATER? E qual a diferença entre conversão e diversificação?
7. Gostarias de colocar algo mais e que julgas importante?

APÊNDICE G – SINDITABACO

1. A CQCT foi ratificada pelo Brasil em 2005. Como o SINDITABACO acolheu essa decisão?
2. A CQCT visa acabar com a produção de tabaco?
3. Quais os desafios pela frente?

4. Quanto ao contrabando e ao cigarro eletrônico?
5. Quanto as políticas públicas, de um lado se adere a CQCT e, do outro ainda ocorrem incentivos a cadeia. Como o SINDITABACO acolhe essa situação?
6. Algo mais a relatar e que o senhor considere importante?

APÊNDICE H - Sindicato dos trabalhadores rurais de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras.

1. Qual o papel e atuação do sindicato?
2. Como vocês enxergam a questão do trabalho infantil e adolescente na lavoura de fumo e a atuação do MPT? E sobre a mão de obra terceirizada nas lavouras?
3. Sendo o Sindicato o representante dos trabalhadores rurais, como ele analisa a CQCT? Ela visa acabar com a produção de fumo?
4. Na época que foi ratificada a CQCT pelo Brasil, como foi acolhida essa decisão?
5. Como o sindicato visualiza/acolhe as políticas públicas de diversificação?
6. Mais alguma coisa que o Senhor gostaria de colocar para finalizar?

APÊNDICE I - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação de Santa Cruz e Região (STIFA)

1. Qual o papel/trabalho desenvolvido pelo STIFA?
2. Sendo o sindicato o representante dos trabalhadores nas indústrias do fumo, qual a percepção quanto a CQCT?
3. A CQCT foi ratificada pelo Brasil em 2005. Como o sindicato na época acolheu essa decisão? O sindicato tinha ideia do que era esse tratado e o que pretendia?
4. A CQCT visa acabar com a produção de tabaco?
5. Sendo o senhor secretário da saúde e das políticas públicas do sindicato, como vocês avaliam os suicídios entre os produtores rurais? Alguma relação com a produção de fumo?
6. O Brasil é o segundo maior produtor mundial, o maior exportador de tabaco em folha. Hoje temos políticas públicas que visam o combate ao consumo, outras que incentivam a diversificação e também, aquelas que incentivam a indústria tabaqueira. Isso não é contraditório? Por quê?
7. Algo mais a colocar que o senhor considere importante?

QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS

APÊNDICE J - EMBRAPA/Clima Temperado

1. A EMBRAPA/ Clima Temperado desenvolve algum trabalho junto/referente a cadeia agroindustrial do tabaco?
2. Como a EMBRAPA/Clima Temperado visualiza a conjuntura da cadeia agroindustrial do tabaco? E o futuro da atividade? A CQCT visa acabar com a produção de tabaco.
3. O Brasil é o segundo maior produtor mundial, o maior exportador de tabaco em folha. Hoje temos políticas públicas que visam o combate ao consumo, outras que incentivam a diversificação e também, aquelas que incentivam a indústria tabaqueira. Isso não é contraditório? Por quê?
4. Algo mais a colocar que o senhor considere importante?

APÊNDICE L - Assessoria Metodológica para o Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais.

1. Como o DESER visualiza e se posiciona diante da conjuntura da cadeia agroindustrial do tabaco?
2. A CQCT visa acabar com a produção do tabaco?
3. Qual o posicionamento do DESER diante do aumento do contrabando de cigarros?
4. O Brasil é o segundo maior produtor mundial, o maior exportador de tabaco em folha. Hoje temos políticas públicas que visam o combate ao consumo, outras que incentivam a diversificação e também aquelas que incentivam a indústria tabaqueira. Isso não é contraditório? Por quê?
5. Algo mais a colocar e que julgues importante?

APÊNDICE M - Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro – CONICQ.

1. Como o INCA/CONIQ visualiza e se posiciona diante da conjuntura da cadeia agroindustrial do tabaco?
2. A CQCT visa acabar com a produção do tabaco?
3. Diversos avanços na política de controle do tabagismo ocorreram. Na sua opinião quais os maiores desafios pela frente?
4. O Brasil é o segundo maior produtor mundial, o maior exportador de tabaco em folha. Hoje temos políticas públicas que visam o combate ao consumo, outras que incentivam a diversificação e também, aquelas que incentivam a indústria tabaqueira. Isso não é contraditório? Por quê?
5. Algo mais que a Sr.^a gostaria de colocar?